

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MÁRCIO ANTONIO FARIAS DE FREITAS

Redes, (*en*)traves e cercas: notas etnográficas de um
conflito socioambiental em Vitória (ES)

Vitória - ES
2013

MÁRCIO ANTONIO FARIAS DE FREITAS

Redes, (en)traves e cercas: notas etnográficas de um conflito socioambiental em Vitória (ES)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celeste Ciccarone.

Vitória - ES
2013

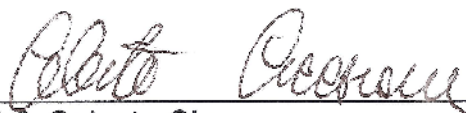
MÁRCIO ANTONIO FARIAS DE FREITAS

Redes, (en)traves e cercas: notas etnográficas de um conflito socioambiental em Vitória (ES)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em 18 de outubro de 2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Celeste Ciccarone
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-PGCS/UFES
Orientadora



Prof.^a. Dr.^a. Eliana Santos Junqueira Creado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-PGCS/UFES
Membro titular



Prof.^o. Dr.^o. Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito-PPGSD/UFF
Membro titular

Prof.^o. Dr.^o. Osvaldo Martins de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-PGCS/UFES
Membro suplente

Aos moradores do Campinho da Fonte Grande.

Ao meu tio Alvacir e meu avô Achilles (*in memoriam*).

Aos meus pais.

Para Carol.

AGRADECIMENTOS

Gratidão! Com essa palavra gostaria de começar este texto, já que tive a colaboração de muitos. Meu pai e minha mãe, pelo infinito amor e dedicação; meus tios, tias, primos e primas pela torcida; meu tio Alvacir e meu avô Achilles que me inspiraram na arte da fotografia; minha irmã Nívea pelos valiosos *feedback* e incentivo; os gatos Zulu e Sereno pelas companhias; Celeste Ciccarone pela orientação, incentivo, confiança e por ter me acolhido de braços abertos, com carinho e respeito; todos os professores de minha graduação e do mestrado em Ciências Sociais da UFES por terem caminhado comigo nessa jornada; os professores Eliana Creado e Ronaldo Lobão (em meu exame de qualificação em 2012) e Stelio Marras e Marta Amoroso (na apresentação de meu artigo no GT *Como re-conhecer os impasses do desenvolvimento e do ambientalismo* na 28ª RBA nesse mesmo ano), por suas valiosas contribuições; o professor Osvaldo Oliveira pela força e companhia nas RBAs; a professora Sônia Matos pelo meu estágio de docência em sua disciplina Antropologia Brasileira no curso de graduação de Ciências Sociais; Geovana e José Antonio por terem me contaminado com esse “tal mestrado”; a atenção de todos os entrevistados, tais como José Carlos, Maria, seu Júlio, Dino, Baiano, dona Mauride, Nanan, dona Laura, Pedro Mário, Joélia, Clarice Ana e dona Expedita, Bruna, Rodrigo, Terezinha, dona Ângela, Deda, seu Belmiro e dona Regina, Dinho e suas vacas, Juca, Gegê, dona Inácia, Rebeca, dona Eralda e seu Caim (...); Rutiléia e Adel, da Secretaria da PGCS, por terem tornado minha situação junto ao PGCS muito tranquila; Aislan Oliveira, Cristina Souza, Edimilson Rodrigues, Edson Valpassos, Eduardo Valpassos, Elizabeth Passos, Fernanda Figueira, Filipe Guimarães, José Elias, Lígia Nascimento, Luciana Zamprogne, Márcio Filgueiras, Margareth Coelho, Michele Paes, Milena Batista e Raphael Brun, pelo *abstract*, informações, materiais, genealogias, fotos, atenção, disponibilidade e trocas de ideias; Bia da biblioteca da SEMMAM pela disponibilidade; todos do Mestrado em Ciências Sociais e do Projeto de Pesquisa *Identidades, Territórios e Cidadania* da UFES; todos da Poligonal 3 pela compreensão e incentivo; e a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - pela bolsa. E Carolina, a qual minha gratidão jamais caberá numa simples folha de papel.

Sejamos realistas, exijamos o impossível!
(Pichação em muro de Paris, maio de 1968)

RESUMO

Esta dissertação pretende contribuir no debate sobre o conflito socioambiental existente no Campinho, situado no alto do morro da Fonte Grande, Vitória (ES), cenário de uma disputa, profundamente desigual em termos de poder político dos agentes humanos envolvidos, por um espaço urbano “verde” imprensado entre duas secções de uma área de proteção integral, em que habita um coletivo há gerações. Através da etnografia, procurei seguir atores humanos e não-humanos para entender as representações dos ambientalistas, gestores e técnicos ambientais bem como do coletivo, cujas perspectivas defendidas reiteram de um lado a oposição entre natureza e sociedade, consolidando políticas de reclusão (natural) e exclusão (social), e de outro a permanência e o pertencimento ao lugar, como guardiões atuantes de outro regime de relações entre humanos e não-humanos.

Palavras-chave: População tradicional - Fonte Grande (Vitória, ES) - unidades de conservação - antropologia simétrica - conflito socioambiental - etnografia

ABSTRACT

This dissertation intends to contribute to the debate on the conflict in existing environmental Campinho, situated on the hilltop of the Fonte Grande, Vitória (ES), where there is the scene of a dispute. That fight profoundly unequal in terms of political power of the human involved agents, for an urban space "green" sandwiched between two sections of a strictly protected area, that a collective of people lives for generations. Across the ethnography, I tried to follow human actors and non-human to understand the representations of environmentalists, environmental managers and technicians as well as the all collective ideas, whose perspectives espoused reiterate from one side the opposition between nature and society by political consolidating of seclusion (natural) and exclusion (social), and other permanence and belonging to the place, active as guardians of another system of relationships between humans and non-humans.

Key words: Traditional population - Fonte Grande (Vitória, ES) - conservation units - symmetrical anthropology - socioenvironmental conflict - ethnography

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1:	Vista do Campinho, no alto do morro da Fonte Grande, com destaque para o campo de futebol Benjamin Matias	17
Fotografia 2:	Escadaria do Céu	79
Fotografia 3:	Família Bastos e a sede da fazenda Vista Linda, em data provável de 1868	84
Fotografia 4:	Jogadores no campo de futebol Benjamin Matias em 1972	89
Fotografia 5:	Partida de futebol no Campinho da Fonte Grande em 2012	92
Fotografia 6:	Seu Júlio dando comida às suas galinhas	97
Fotografia 7:	Criação de porcos de seu Julio e Deda	97
Fotografia 8:	Rolinha e Açucena tendo ao fundo o Centro da capital do Espírito Santo e a Baía de Vitória	98
Fotografia 9:	Dinho e suas vacas no curral da propriedade de sua família	100
Fotografia 10:	Gado de Dinho saindo do campo em direção às propriedades de Dinho e seu Baiano. Nota-se a cerca de bambu na propriedade deste, à direita, bem como a trave do campo à esquerda e a estrada com a porteira acima, no limite com o Pefg	101
Fotografia 11:	Renata e Deda levando água e mantimentos para suas casas	116
Fotografia 12:	Clarice Ana e filhas no Poço das Mangueiras	117
Fotografia 13:	Lar de José Carlos e mata da Área B do Pefg ao fundo	119
Fotografias 14 e 15:	Terreiro da família Moura e casa de dona Inácia antes e depois da demolição, com seu banco no lado direito das fotografias	128
Fotografia 16:	Seu Carlos ao lado de um marco de AIA da PMV e de bananeiras na propriedade em que mora. Ele está abaixo da linha de transmissão que desce do Pefg e distribui energia elétrica para o Centro de Vitória, ficando o Campinho apenas com os gatos	131
Fotografias 17 e 18:	Casa de seu Julio antes e depois da alvenaria	134
Fotografias 19 e 20:	Casa de dona Eralda antes e depois de sua saída para o Aluguel Provisório	139
Fotografia 21:	Leitura da cartografia pelo coletivo	156
Fotografia 22:	Apresentação da cartografia pela equipe	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Logotipo da 12ª caminhada ao PEFG	25
Figura 2:	Proposta de localização do Parque Natural Municipal Sítio do Gegê	26
Figura 3:	“O caminhar do caranguejo”	36
Figura 4:	“O salto do marlin azul”	36
Figura 5:	As linhas do PDU, da Poligonal 3 e de sua AIA	40
Figura 6:	As 15 poligonais do Programa Terra Mais Igual	42
Figura 7:	APA do Maciço Central e as duas áreas do PEFG	49
Figura 8:	Mapa de redelimitação do PEFG	55
Figura 9:	Núcleo da família Moura	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Evolução quantitativa dos “espaços protegidos” do município de Vitória-ES	33
Tabela 2:	Ocorrências dos riscos das edificações	120
Tabela 3:	Propostas dos laudos da Defesa Civil	121
Tabela 4:	Assinatura do Termo de Opção	133
Tabela 5:	O Estado no Campinho	146

LISTA DE SIGLAS

AAPFG - Associação de Amigos do Parque da Fonte Grande
ACAPEMA - Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente
AIA - Área de Interesse Ambiental
AMF - Associação dos Moradores de Fradinhos
APA - Área de Proteção Ambiental
APE - Assessoria de Projetos Especiais
CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CMPDU - Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano
CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNUMA - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente
CPME - Coordenadoria de Pesquisa e Monitoramento de Ecossistemas
CST - Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
FACITEC - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia
FEST - Fundação Espírito-Santense de Tecnologia
GCM - Gerência de Controle e Monitoramento
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
ITC - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização Não Governamental
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PDU - Plano Diretor Urbano
PEFG - Parque Estadual da Fonte Grande
PMDB - Partido do Movimento Democrático do Brasil
PMRR - Plano Municipal de Redução de Risco

PMV - Prefeitura Municipal de Vitória
PNCSA - Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia
PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente
PNMSG - Parque Natural Municipal Sítio do Gegê
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPS - Partido Popular Socialista
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTMI - Programa Terra Mais Igual
RBA - Reunião Brasileira de Antropologia
SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
SEAMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SECULT - Secretaria de Estado da Cultura
SEDEC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade
SEGES - Secretaria Municipal de Gestão Estratégica
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação
SEMCID - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos
SEMMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMOB - Secretaria Municipal de Obras
SESC - Serviço Social do Comércio
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAR - Teoria Ator-Rede
TCA - Termo de Compromisso Ambiental
TO - Termo de Opção
UC - Unidade de Conservação
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social
ZPA - Zona de Proteção Ambiental
ZPVS - Zona de Conservação da Vida Silvestre
ZREC - Zona de Recuperação
ZUE - Zona de Uso Especial
ZUR - Zona de Urbanização

SUMÁRIO

Iniciando o percurso	15
Escolhas de como proceder	19
Sinopse dos capítulos	23
Capítulo 1: Caminhando em trilhas e entre redes	24
A 12ª caminhada ecológica ao Parque Estadual da Fonte Grande	24
O mito moderno da natureza capixaba	28
Seguindo as teias da rede “ambientalística” de Vitória	33
Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande	34
Prefeitura Municipal de Vitória	35
Agenda 21 de Vitória (ou “vitória do futuro” de quem?)	35
Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Maciço Central	37
Plano Diretor Urbano	38
Programa Terra Mais Igual	41
Parque Estadual da Fonte Grande	44
APA do Maciço Central	48
Planos de Manejo	50
Capítulo 2: Seguindo os atores em seus “laboratórios”	52
Nos escritórios e nas trilhas	52
Nas escadarias, casas e campo de futebol	63
A relação com o território transcende os limites impostos pela PMV	68
Capítulo 3: Entre as áreas do parque há um Campinho	76
O Campinho da Fonte Grande	79
Diagnóstico socioeconômico da comunidade do Campinho da Fonte Grande	93
O gado, as cercas e as pessoas	98
Capítulo 4: Etnografando num coletivo em meio ao abandono e à resistência	112
A política do abandono	114
A resistência do coletivo	129
Gatos de água e luz	130
A recusa da assinatura do Termo de Opção da PMV	130
Construções no Campinho	133
Sabotando o Aluguel Provisório	135
Dona Eralda e suas casas	137
Mostrando a cara do Campinho	139
Considerações finais	143
Referências bibliográficas	163
ANEXO I - Espaços protegidos do município de Vitória - ES	171
ANEXO II - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Maciço Central	173
ANEXO III - Delimitação do zoneamento urbanístico de Vitória - ES	175
ANEXO IV - Comunidade do Campinho da Fonte Grande	177
ANEXO V - Edificações do Campinho da Fonte Grande	179
ANEXO VI - Genealogia das famílias do Campinho	181

Iniciando o percurso

O município de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, tornou-se palco de discursos sobre “sustentabilidade” e “ecologização”, sobretudo a partir da década de 1990, com a criação do Projeto Vitória do Futuro, do Programa Terra Mais Igual (PTMI), da Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço Central e seu Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), do Plano Diretor Urbano (PDU), e também com a administração do Parque Estadual da Fonte Grande (PEFG), transferida ao poder municipal pelo estado.

Ao lado dos ambientalistas da ilha, todos esses atores - secretarias afins da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) com seus técnicos, além dos coletivos presentes nas áreas afetadas por esse ordenamento territorial -, compõem uma rede que chamo de “ambientalística”¹, por ser formada em torno dos “discursos verdes” de criação de “áreas protegidas”, a serem “resguardadas” dos coletivos que lá vivem desde antes da criação e aprovação das leis ambientais.

Alinhados com uma perspectiva de oposição natureza x sociedade (LATOUR, 1994), os ambientalistas e o poder público municipal vêm adotando um conjunto de políticas desenvolvimentistas e discursos sobre “sustentabilidade” que desconsideram as matas dos morros e seus arredores como ambientes de socialização e pertencimento de diversos coletivos da cidade.

Através de processos autoritários de ordenamento e remoção territorial, é negada não só a existência de relações desses coletivos com o território, mas com os demais sujeitos que compõe a cosmografia² do lugar, o que tem gerado diversos conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004).

¹ A expressão se refere à junção do substantivo “ambientalismo” e o sufixo nominal “-tico(a)”, que representa relação, significando aqui uma relação com o ambientalismo.

² Conforme Paul Little (2002), seria o saber ambiental, ideologias e identidades - coletivamente criadas e historicamente situadas - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (*Ibidem*).

Dentre os lugares de ocorrência desses conflitos envolvendo coletivos e o Estado, no alto do morro da Fonte Grande, num território conhecido como Campinho³, imprensado, desde 1986, entre as duas secções do Parque Estadual da Fonte Grande, a PMV pretende unir e conectar às demais áreas “protegidas” incluídas na Área de Proteção Ambiental do Maciço Central, retirando as famílias que lá habitam há gerações. O “discurso verde” da PMV, visando a criação de uma “cidade paisagem” e “ecologicamente correta”, ao ser mobilizado, desconsidera as formas de ocupação dos moradores presentes nas Áreas de Interesse Ambiental (AIA) e Zonas de Proteção Ambiental (ZPA), rotulando-as enquanto “insustentáveis” do ponto de vista ambiental.

O morro da Fonte Grande, inserida numa cadeia de montanhas com vegetação remanescente da Mata Atlântica, possui essa denominação devido às inúmeras fontes existentes em sua área, responsáveis pelo fornecimento de água para grande parte de Vitória até a inauguração do serviço de abastecimento de água encanada, que só ocorreu no governo Jerônimo Monteiro, em 1909 (PMV, 2013b). No alto do morro, no Campinho - local estratégico onde se encontram várias trilhas que se ramificam em diversas direções da cidade - vivem cerca de trinta e oito famílias que ocupam há décadas a localidade, com plantações, criações de galinhas, suínos e bovinos, nessa área situada no centro urbano da capital do estado do Espírito Santo.

Como pode ser observado na fotografia 1 - no centro se encontra o campo de futebol, rodeado pelas casas, tendo a maior concentração à direita, em direção ao centro da cidade. Já o morro do Vigia - na área B do PEEFG, localizada à frente - apresenta à direita a mata e à esquerda a área de pasto do Gegê⁴, tendo logo abaixo o bairro Fradinhos e atrás a baía de Vitória.

³ O morro da Fonte Grande possui vários territórios demarcados pelo coletivo com denominações bem específicas, tais como o Campinho, o Buraco Quente, a Boca da Mata, o Quebra Dedo e o Chapéu de Lado.

⁴ Gegê era o apelido de Geraldo Rebello, pecuarista que morou na região no período de 1950 a 2012, quando veio a falecer aos 80 anos de idade.



Fotografia 1: Vista do Campinho, no alto do morro da Fonte Grande, com destaque para o campo de futebol Benjamin Matias
Fotografia do autor, tirada do Mirante da Cidade do PEFG (05/12/08)

Os “nativos”, “índios” e “baianos”⁵, que compõem o antigo e heterogêneo perfil dos núcleos familiares do Campinho, unidos por laços de parentesco, afinidade e alianças, distribuem-se nesse espaço em casas de madeira, alvenaria, estuque e pedra, onde, num quadro geral de baixa renda, baixa escolaridade, aumento da violência por disputa do tráfico de drogas com o morro vizinho da Piedade, falta de água encanada, esgoto e energia elétrica - por ser AIA, ZPA e APA do Maciço Central - possuem com esse espaço de sociabilidade uma relação em que as fontes, a mata, as pedras, os animais e as trilhas transcendem os limites e proibições impostos pela PMV (FREITAS *et al.*, 2012).

Diante desse cenário, esta pesquisa se apresenta como uma etnografia do conflito socioambiental no Campinho da Fonte Grande, no qual busquei seguir os atores

⁵ Essas categorias foram apresentadas pelo coletivo, onde circulam como auto e heterodenominações, não significando uma classificação do autor. Vale destacar que o morro da Fonte Grande possui uma marcante presença de população afrodescendente, com pesquisas que comprovam a existência de quilombolas (OLIVEIRA *et al.*, 2009) e, muitos dos atores do coletivo do Campinho são negros. No entanto, desde 2008, nunca ouvi ninguém destes atores se referir a si ou ao outro como negro, quilombola ou africano, utilizando apenas as três categorias acima.

para entender suas diversas representações, descrever a rede formada por eles, além de vislumbrar alternativas que pudessem apontar saídas para o conflito.

Essa proposta se deu em virtude de estudar esse conflito desde 2008, quando, trabalhando na Poligonal 3 do Programa Terra Mais Igual⁶ da PMV no cargo de analista em relações sociais, desenvolvi, junto à equipe local, o *Diagnóstico socioeconômico da comunidade do Campinho da Fonte Grande* (PMV, 2009). No entanto, tratava-se de uma ação da PMV - que até então não possuía informações suficientes a respeito desse coletivo⁷ - e que impunha limites ao trabalho, não dando condições de discutir e aprofundar alguns aspectos relevantes, sempre exigindo respostas em curto prazo, tais como quantas pessoas moravam lá, seu perfil socioeconômico e a estimativa de famílias que queriam e as que não queriam sair do Campinho.

Em 2009 e 2010 foram realizadas reuniões na PMV e na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) junto aos participantes do Projeto de Pesquisa *Identidades, Território e Cidadania*⁸ para a troca de informações e experiências. Ao ingressar no mestrado em março de 2011, fui convidado para participar da pesquisa, desenvolvendo trabalho de campo etnográfico e elaboração da cartografia social com os moradores do Campinho.⁹

⁶ O Programa Terra Mais Igual, criado em 1998, e modificado em 2007, baseia-se no ordenamento do PDU da cidade para identificar suas 15 poligonais (PMV, 2007a) e em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). A Poligonal 3 é composta pelos morros da Santa Clara, Moscoso, Piedade, Fonte Grande e Capixaba, com um total de 1.006 habitações e uma população de 3.397 pessoas (*Idem*, 2012).

⁷ Adoto aqui a perspectiva de coletivo de Bruno Latour por entender que não cabe ao Campinho qualquer outra categoria que o considere apenas uma simples soma de famílias, de pessoas, como uma sociedade, por exemplo - esse "artefato imposto pelo acordo modernista" (LATOURE, 2001, p. 346) que a separou da natureza - uma mera ligação exclusiva entre humanos. Compreendo o Campinho como uma associação entre esses e os não-humanos (*Idem*, 2012; *idem*, 2004; *idem*, 2001), um conjunto formado pelas articulações entre todos os atores que possuem agência, tais como as pessoas, as fontes, matas, casas, vacas, campo de futebol, trilhas, escadaria, caminhos, cercas, terreiros, etc.

⁸ O Projeto de Pesquisa, financiado pelo Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Vitória (FACITEC) e coordenado pela professora Celeste Ciccarone, foi desenvolvido no período de 2010 a 2012. A equipe foi composta pelos alunos do Curso de Ciências Sociais da UFES Raphael Brun, Filipe Guimarães, Fernanda Figueira e Alexandre del Piero, além dos cientistas sociais Felipe Moura, Gabrielly de Souza e Edimilson de Souza.

⁹ Os fascículos da Cartografia Social da Comunidade do Campinho da Fonte Grande, Vitória-ES, foram entregues aos moradores do Campinho em agosto de 2012, um dos principais objetivos a serem alcançados pelo projeto.

Desde dezembro de 2011 voltei a trabalhar na P3, através de novo contrato temporário, o que me colocou numa situação híbrida (LATOURE, 1994), sendo ao mesmo tempo academia e poder público, UFES e PMV, antropólogo e analista em relações sociais. Essa situação trouxe alguns questionamentos em relação à minha posição, como na oportunidade em que um morador do Campinho achou que eu fosse de Fradinhos¹⁰ e estivesse subindo a Escadaria do Céu¹¹ para ir para o meu suposto bairro; ou na entrevista com a coordenadora do PTMI, quando a mesma disse que eu estava numa posição de “*double face*” - provavelmente usando o termo em inglês para aliviar um pouco a expressão de “duas caras” -, já que era pesquisador e contratado da PMV ao mesmo tempo, “estava lá e cá”; ou ainda quando uma moradora do Campinho me questionou se minha disposição em estudar esse território e as posições assumidas pela PMV não me colocariam numa condição delicada em relação à prefeitura. Em todo trabalho de campo para a dissertação fiz questão de esclarecer que, independente de meu vínculo empregatício, estava ali realizando minha pesquisa de mestrado.

Escolhas de como proceder

Entendo que posso dividir o trabalho de campo em três momentos, mesmo que tenha existido sobreposição tanto temporal quanto metodológica no mesmo. O primeiro momento no campo se deu em 2008-2009, sendo dividido em duas etapas. Adotou-se, na primeira etapa, a pesquisa quantitativa para o levantamento de dados primários, por meio de aplicação de instrumento de cadastramento socioeconômico do Programa Terra Mais Igual (diagnóstico socioeconômico), criado pelo Decreto Municipal nº 14.053/08, nos locais de moradia e convívio dos moradores do

¹⁰ Bairro de classe média alta do município de Vitória-ES - localizado no lado oposto ao Campinho, que também faz divisa com o Parque Estadual da Fonte Grande (embora não receba as mesmas restrições ambientais) - onde muitos moradores do Campinho trabalham nas casas como empregadas domésticas, jardineiros, pedreiros, pintores, porteiros, etc., e cuja Associação de Moradores, com forte poder político, lidera a Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande, e defende a criação de mais um parque municipal no Maciço Central, no intuito de unificar todas as unidades de conservação existentes nesta APA.

¹¹ Tanto a Escadaria do Céu quanto o Caminho das Pedras, também conhecido como Caminho do Valão, Caminho do Pedregulho ou Caminho da Ângela, são termos nativos dados pelos moradores às duas bifurcações da Escadaria Duntalmo Lopes.

Campinho.¹² Nesta fase foram cadastradas 38 famílias e realizados encontros com outras instituições que também estavam desenvolvendo pesquisas no morro da Fonte Grande, como a UFES e o Instituto ELIMU Professor Cleber Maciel.¹³ Já na segunda etapa¹⁴, utilizando-se da prática etnográfica (SILVA, 2011), conseguimos dialogar junto aos responsáveis pelas edificações localizadas no Campinho da Fonte Grande seguindo um roteiro previamente definido e com registros audiovisuais (gravações e fotografias).

Não realizei nessa pesquisa de 2008-2009 uma etnografia nos moldes clássicos das orientações de Malinowski (1978) já que, além do autor não contemplar, na sua perspectiva, o estudo de conflitos, a mesma etnografia exigiria muito tempo de convivência com os “grupos humanos” observados para apreender em profundidade seu modo de ser (cosmovisão, religião, organização social, economia, etc.). Assim, um estudo dessa forma seria, além de conceitualmente incoerente, operacionalmente inviável para a finalidade do trabalho proposto, que mais se pareceu com uma etnografia a jato, tal qual analisada por Fernanda Bittencourt Ribeiro, como etnografias mais focais, com roteiros estruturados (RIBEIRO, 2010).

Embora nunca tenha deixado de ir a campo no intervalo entre 2009-2011 - já que continuei o trabalho de acompanhamento às famílias do Campinho pela PMV até janeiro de 2011 - através do Projeto de Pesquisa *Identidade, Territórios e Cidadania*, já em março de 2011, ocorreu o segundo momento do trabalho de campo, que se deu nos moldes de uma pesquisa-ação¹⁵, utilizando-se tanto da etnografia, quanto da pesquisa documental (FREITAS *et al.*, 2011).

¹² Essa primeira etapa teve início no dia 12 de novembro de 2008 e foi concluída no dia 07 de dezembro de 2008. Participei dessa ação junto à também analista em relações sociais Geovana Tabachi, três assistentes sociais, dois acadêmicas de serviço social e dois técnicos de edificações.

¹³ Instituição de ensino, pesquisa e extensão a serviço da construção do imaginário positivo étnico racial capixaba que visa à promoção e o desenvolvimento social, econômico e educativo do povo de origem africana e de seus descendentes, no Estado do Espírito Santo.

¹⁴ Realizada no período de 05 de janeiro a 13 de fevereiro de 2009 junto à analista em relações sociais acima citada e ao acadêmico de Ciências Sociais José Antonio Castello Marco.

¹⁵ A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1996).

Embora essas imersões no campo tenham sido complementares, num terceiro momento, construindo meu objeto de estudo através das discussões teóricas e metodológicas realizadas no curso de mestrado¹⁶, e, ao mesmo tempo, consciente de que não poderia deixar de considerar atores¹⁷ não-humanos presentes num objeto de estudo tão híbrido (LATOURE, 1994), inspirei-me em algumas filiações (LOBÃO, 2010) propostas por Bruno Latour e presentes no que o mesmo veio a chamar de uma antropologia simétrica, que tenta explicar:

com os mesmos termos as verdades e os erros (...); estuda ao mesmo tempo a produção dos humanos e dos não-humanos (...); finalmente, ocupa uma posição intermediária entre os terrenos tradicionais e os novos, porque suspende toda e qualquer afirmação a respeito daquilo que distinguiria os ocidentais dos Outros. É verdade, ela perde o exotismo, mas ganha novos terrenos que lhe permitirão estudar o dispositivo central de todos os coletivos, até mesmo os nossos. Ela perde sua ligação exclusiva com as culturas - ou com as dimensões culturais -, mas ganha as naturezas, o que tem um valor inestimável (LATOURE, 1994, pp. 101-102).

Assim, a primeira inspiração se constitui na premissa epistemológica do trabalho, onde pretendo adotar a simetria na análise dos atores humanos e não-humanos, num esforço para pensar e tratar a realidade para além dos “grandes divisores”, visando interpretá-la levando em conta a sua hibridização (*Ibidem*).

Já a segunda se refere à ideia de seguir os atores (*Idem*, 2000), e não realizar apenas uma etnografia focada num coletivo inserido em algum conflito socioambiental, por exemplo, uma vez que nesse conflito agem diversos atores que criam fluxos, circulações e alianças, nas quais interferem e sofrem interferências constantes, formando uma rede¹⁸ (*Idem*, 2012).

¹⁶ Principalmente nas disciplinas *Etnicidade, Territórios e Direitos; Territórios Étnicos e Leituras em Antropologia Contemporânea*, ministradas, respectivamente, pelos professores Osvaldo Martins de Oliveira; Celeste Ciccarone; e a última em conjunto entre Eliana Creado e Celeste Ciccarone.

¹⁷ Para Latour, ator é tudo que age, tem agência, deixa traço, produz efeito na rede, modifica e é modificado por ela, podendo se referir às pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas, etc. (LATOURE, 2012), vindo a sugerir, dessa forma, o termo actante: “uma vez que, em inglês, a palavra *actor* (ator) se limita a humanos, utilizamos muitas vezes *actant* (atuante), termo tomado à semiótica, para incluir não-humanos na definição” (*Idem*, 2001, p. 346).

¹⁸ Aqui a noção de rede não se reduz à ideia de vínculo, mas em acentuar a ação, o trabalho de fabricação e transformação presente nas redes. O interesse consiste em seguir o trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos, dos objetos, fabricação que se faz em rede, através de alianças entre atores humanos e não-humanos (*Idem*, 2012).

Essa imersão na rede fez surgir uma terceira inspiração: as contribuições de Bruno Latour à Teoria Ator-Rede (TAR)¹⁹ - um dispositivo teórico-metodológico que se constitui num modo de seguir os atores em ação, sejam eles humanos ou não-humanos, amparado por noções de tradução, simetria, ator e rede (*Ibidem*) - se tratando aqui de um exercício de alguns aspectos dessa TAR, longe de se constituir na concretização efetiva de toda sua proposta.

Nesse sentido, além de híbrido, me coloco também como um ator inserido nessa rede, já que por estar ao mesmo tempo na UFES e na PMV, produzo efeitos nessa, com a minha pesquisa da UFES e meu trabalho da PMV, e ao mesmo tempo modifico e sou modificado por ela. Dessa forma, ao seguir os atores procuro realizar também uma etnografia do meu estar na rede, me preocupando mais com o caminhar (ação) do que com a chegada (produto final):

não tentaremos analisar os produtos finais, um computador, uma usina nuclear, uma teoria cosmológica, a forma de uma dupla hélice, uma caixa de pílulas anticoncepcionais, um modelo econômico; em vez disso, seguiremos os passos de cientistas e engenheiros nos momentos e nos lugares nos quais planejam uma usina nuclear, desfazem uma teoria cosmológica, modificam a estrutura de um hormônio para a contracepção ou desagregam os números usados num novo modelo econômico (*Idem*, 2000, p. 39).

Diante disso, posso dizer ainda que acessei a “porta de entrada” (*Ibidem*) desse conflito socioambiental, e ao mesmo tempo da rede - onde nenhum ponto é privilegiado em relação a outro, tendo, dessa forma, múltiplas entradas (*Idem*, 2012) - em março de 2008, quando fui trabalhar na P3, já que desde então sigo atores - e sou seguido por outros, já que também sou um - nos escritórios da PMV, nas caminhadas ecológicas e escadarias, nos becos e rampas dos morros do Centro de Vitória.

¹⁹ A TAR foi elaborada por um grupo de antropólogos, sociólogos e engenheiros franceses e ingleses associados, do qual Latour faz parte ao lado de Michel Callon, John Law, Madeleine Akrich, dentre outros.

Sinopse dos capítulos

No capítulo 1 procurei seguir ambientalistas e descrever os diversos instrumentos de ordenamento territorial da PMV que, pautadas na dicotomia natureza x sociedade, têm imposto limites e restrições à ocupação de territórios vivenciados há gerações por diversos coletivos.

No capítulo 2, além dos ambientalistas, passei também a seguir gestores e técnicos da PMV para entender suas representações, bem como as representações do coletivo do Campinho, após segui-los no morro da Fonte Grande afora.

No capítulo 3 procurei construir uma etnografia no Campinho, seguindo os atores humanos e não-humanos desse território para descrever suas identidades, as formas de sociabilidade do grupo e suas relações com o lugar e com os demais atores que compõem a rede “ambientalística” de Vitória.

No capítulo 4 tentei demonstrar os efeitos do ambientalismo no Campinho, bem como a política do abandono e as restrições impostas pela PMV, além de como o coletivo agencia suas formas de resistência às investidas dessa em tentar tirá-lo de lá.

Já na conclusão, diante da configuração do conflito socioambiental do Campinho e das posições, estratégias, composição das relações de poder, alianças, resistências e enfrentamentos, que estão sendo assumidos pelos diversos atores em jogo, me propus a buscar e discutir algumas alternativas possíveis para esse conflito.

Mil Demóstenes e mil Aristóteles podem ser desmoralizados por qualquer homem comum que tenha a natureza a seu lado.

Galileo Galilei

Capítulo 1: Caminhando em trilhas e entre redes

A 12ª caminhada ecológica ao Parque Estadual da Fonte Grande

Cena 1: No dia 03 de junho de 2012, durante a semana do “meio ambiente”²⁰, num domingo de sol no inverno seco de Vitória, foi realizada a *12ª Caminhada Ecológica ao Parque Estadual da Fonte Grande*, uma performance “ambientalística” da dicotomia natureza x sociedade em terras capixabas, organizada pela Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande (AAPFG), com apoio da Associação de Moradores de Fradinhos (AMF) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM). A caminhada segue um percurso com paradas estratégicas para a “pregação” do “discurso verde” da ONG, sendo que nesse ano incluiu a defesa de criação do Parque Natural Municipal Sítio do Gegê.

A concentração se deu por volta das oito horas, simultaneamente em três pontos do entorno do Parque Estadual da Fonte Grande: na praça de Santa Teresa, na praça da Fonte Grande e na praça de Fradinhos. Escolhi iniciar a caminhada da praça de Fradinhos, já que ali se concentraria, além da AMF, a AAPFG - ONG ambientalista que desde 2000 promove ações junto ao Parque Estadual da Fonte Grande - a fim de ouvir os discursos e perceber de quais representações se alimentava essa associação.

O encontro na praça contou com a presença de cerca de oitenta pessoas, a grande maioria com a camiseta do evento, fornecida gratuitamente pela SEMMAM e pela AAPFG aos seus associados. Essa ONG também vendia as camisetas ao preço de R\$ 20,00 para os não associados, valor que, se não era caro para os moradores do bairro, representava um impedimento para pessoas vindas de outros lugares, já que

²⁰ Comemorada desde 1972, quando foi realizada entre os dias 05 e 16 de junho, na Suécia, a Conferência de Estocolmo, primeira reunião entre chefes de Estado para discutir o futuro ambiental do planeta, sendo que o dia 05 de junho, desde então, é considerado o dia mundial do meio ambiente.

as fornecidas gratuitamente pela SEMMAM já haviam se esgotado. A imagem estampada na camiseta (figura 1) representa muito bem uma separação entre natureza x sociedade: ou o parque ou a destruição; ou a ordem ou o caos; ou o verde ou as cinzas; ou os pássaros e as borboletas ou o fogo; ou a vida ou a morte.



Figura 1: Logotipo da 12ª caminhada ao PEFG
 Fonte: Folder de divulgação do evento, AAPFG, 2012

O evento contou também com a presença de um vereador, da gerente de controle e monitoramento da SEMMAM e da secretária de meio ambiente do município que discursou sobre a criação do Parque Sítio do Gegê, afirmando que “estamos imbuídos de dar seguimento ao processo de criação do parque natural”. Já o presidente da AAPFG deixou claro que o objetivo da caminhada era “fortalecer o movimento de criação do Parque Municipal Sítio do Gegê, que vai unir o Parque Estadual da Fonte Grande ao Parque Municipal Gruta da Onça”, conforme pode ser visualizado na figura 2, do folder do evento.

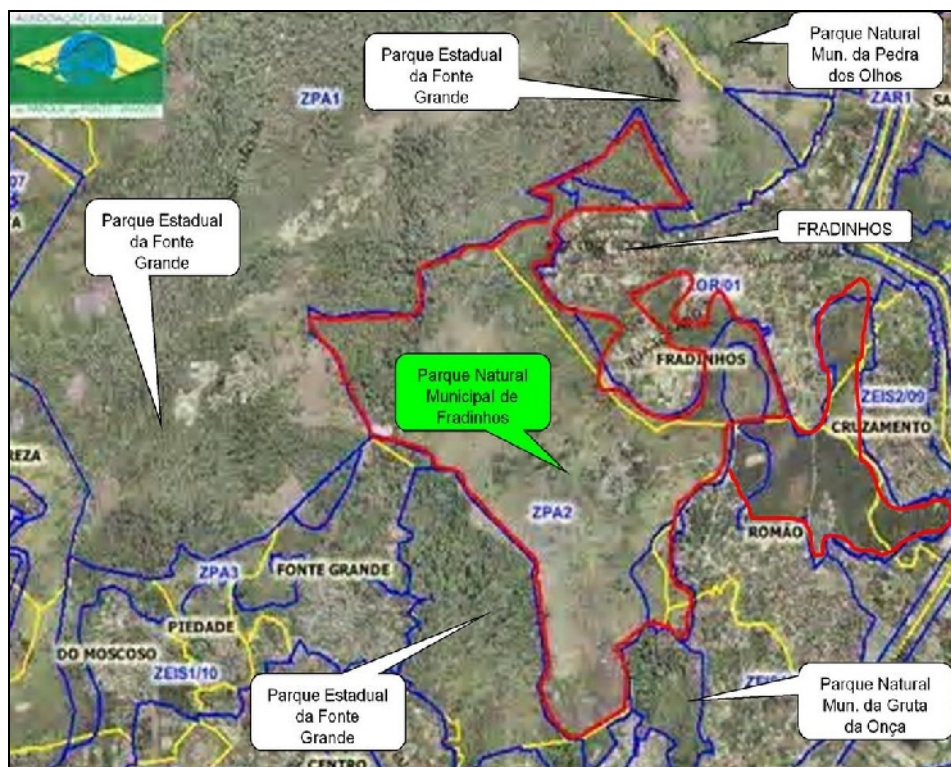


Figura 2: Proposta de localização do Parque Natural Municipal Sítio do Gegê
 Fonte: Folder de divulgação do evento, AAPFG, 2012

A imagem demonstra que o Parque Natural Municipal Sítio do Gegê - localizado ao norte e a leste do Parque Estadual da Fonte Grande; ao norte do Parque Natural Municipal Gruta da Onça e ao sul do Parque Natural Municipal da Pedra dos Olhos - serviria de barreira entre o bairro de classe média alta de Fradinhos e diversos morros da região, como um “cinturão verde” formado pelos parques do entorno que o isolaria dos morros da Fonte Grande e do Campinho, e dos morros do Romão e Cruzamento, transformando Fradinhos num condomínio de luxo cercado de Mata Atlântica e isolado dos “pobres”.

No folder ainda consta o nome antigo Parque Natural Municipal de Fradinhos, que passou a ser chamado de Parque Natural Municipal Sítio do Gegê. Depois da morte de Gegê, no início de 2012, a AAPFG, visando homenageá-lo e, ao mesmo tempo, conforme seu vice-presidente: “o nome do Gegê é para desvincular a ideia de propriedade do parque com o bairro Fradinhos, a gente não quer conflito entre as comunidades mais carentes e o bairro de Fradinhos”.

Conforme entrevista concedida por Gegê em sua casa no dia 30 de março de 2009, ele sempre teve no morro gado bovino que trouxera de sua antiga casa localizada

na avenida Maruípe, onde morava com sua família. Gegê vendeu parte de sua propriedade através de um loteamento conhecido como “Recanto das Pedras” ou “Sítio do Gegê”, localizado em Fradinhos. Era muito conhecido na região, principalmente por contar muitas histórias da localidade, por ter loteado parte de sua propriedade e pela forma truculenta como defendia a mesma, às vezes, até com tiros, o que o transformou quase que numa lenda.

Segundo o presidente da AAPFG, seria importante incorporar mais uma “área verde” para Vitória, tornando o município um dos com maiores áreas de preservação ambiental no Brasil, com cerca de 36% do seu território, “o que garantiria mais qualidade de vida para sua população, mais “área verde”, mais área livre de urbanização”.

Durante o evento foram repassadas, pelos integrantes da AAPFG, informações sobre o andamento do processo de criação do novo parque, instruções sobre o percurso e realizado um alongamento. Na caminhada, que se iniciou por volta das nove horas, em direção ao portão de acesso ao PEEG pelo bairro de Fradinhos, um grupo na frente carregava uma faixa de cerca de doze metros com os dizeres: “12ª Caminhada Ecológica ao Parque Estadual da Fonte Grande”, seguido pelas outras pessoas numa “passeata” pelas ruas de Fradinhos em prol da criação do parque Sítio do Gegê, com direito à parada para registro fotográfico junto à faixa e ao grito de ordem da caminhada proferido pelo vice-presidente da AAPFG: “Acorda Fradinhos!”.

Numa outra breve parada, o mesmo aponta para a propriedade do Gegê, área preterida para a criação do novo parque, e reforça a intenção da caminhada: “nós estamos brigando, batalhando, pedindo o apoio de todo mundo para que seja criado o Parque Municipal Sítio do Gegê pela Prefeitura Municipal de Vitória”.

Antes de passar pela cerca e pelo portal do PEEG e reforçar a intenção de criação do parque, o vice-presidente da AAPFG solicita ao grupo se acalmar, fazer menos barulho, já que não estaríamos mais em “nossas casas” (sociedade), pois teríamos entrado na “casa de um amigo” (natureza): “estamos entrando na área que é a casa dos animais, portanto, peço a todos o mesmo respeito que temos quando entramos

na casa de algum amigo”. Já no parque, após uma subida íngreme, é realizada uma nova parada onde o vice-presidente da AAPFG promove uma vivência de encontro com essa "natureza", afinal de contas - conforme a “doutrinação” dessa caminhada performática - “nós” não fazíamos parte “dela”:

(...) ao invés de vocês entrarem na natureza, vocês vão deixar a natureza entrar em vocês. (...) hoje, neste momento, vocês estão vivendo dentro na natureza, e agora vão ter a oportunidade de deixar ela viver um pouquinho dentro de vocês. Sabe por que eu faço isso? Porque eu vivo dentro da natureza, e deixo ela viver dentro de mim, é por isso que eu batalho, é por isso que eu brigo tanto por ela (...).

Depois de uma caminhada de cerca de duas horas até a sede do PEEFG, houve o plantio de doze mudas de árvores nativas, simbolizando a 12ª caminhada ecológica, além da assinatura da Carta de Vitória pela secretária municipal de meio ambiente, que posteriormente foi apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012.

No retorno da caminhada, enquanto o grupo que veio de Fradinhos fez o caminho inverso, eu desci do PEEFG pela Fonte Grande, passando pelo Campinho, para tentar encontrar as pessoas dali, mas só encontrei a moradora Clarice Ana, as vacas do morador Jaderson Lírio (conhecido como Dinho), além de muito lixo espalhado pelas vias, evidenciando um aspecto de abandono, muito diferente do que havia visto na concentração e início da caminhada em Fradinhos.

O mito moderno da natureza capixaba

Nessa busca pela “natureza intocada”, seguida pelo movimento ambientalista capixaba, e também pela Prefeitura Municipal de Vitória, envolvendo diversos atores institucionais, através do Programa Vitória do Futuro, Plano Diretor Urbano, Programa Terra Mais Igual, Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Maciço Central, além da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e suas “áreas protegidas”, criando e impondo fronteiras, as Zonas de Proteção Ambiental 1, 2 e 3, as Áreas de Interesse Ambiental, as áreas A e B do Parque Estadual da Fonte Grande, e as Zona de Conservação da Vida Silvestre, de Recuperação e de Urbanização refletem no cotidiano dos moradores do Campinho a existência de um aparato ontológico

adotado por essa política ambiental: a oposição natureza x sociedade (LATOURE, 1994; DESCOLA, 2000; VIVEIROS, 2002; INGOLD, 1995; BATESON, 2008).

A missão de fé em adotar ações e políticas públicas para mitigar os impactos das atividades humanas nas criadas “áreas verdes” está muito explícita no mais novo documento da PMV, a *Carta de Vitória pelo desenvolvimento sustentável*, apresentada na Conferência Rio+20, em que, em seu item II – “Nossas contribuições”, estabelece:

21. A cidade de Vitória-ES reconhece a importância da criação de Unidades de Conservação em áreas críticas e/ou geograficamente mais restritas, e **compromete-se a adotar ações e políticas públicas para mitigar os impactos das atividades humanas nessas áreas** (CARTA..., 2012, grifo nosso).

A oposição natureza x sociedade, juntamente com uma série de tantas outras (sujeito x objeto, humanidade x animalidade, nós x eles, etc.), faz parte de um quadro conceitual que ganhou organização especial no século XVIII (sendo radicalizado no século seguinte) e que costuma ser associado à modernidade (VELHO, 2001). Bruno Latour, em seu ensaio *Jamais fomos modernos* (1994), elabora uma análise cuidadosa das bases filosóficas dessa oposição entre natureza e sociedade ocorrida na modernidade: de um lado, estaria Thomas Hobbes, fundador da ciência política e das ciências sociais e, de outro, Robert Boyle, como o grande representante das ciências naturais e exatas:

são dois pais fundadores, agindo em conjunto para promover uma única e mesma inovação na teoria política: cabe à ciência a representação dos não-humanos, mas lhe é proibida qualquer possibilidade de apelo à política; cabe à política a representação dos cidadãos, mas lhe é proibida qualquer relação com os não-humanos produzidos e mobilizados pela ciência e pela tecnologia. Hobbes e Boyle brigam para definir os dois recursos que até hoje utilizamos sem pensar no assunto, e a intensidade de sua dupla batalha revela claramente a estranheza daquilo que inventam (*Ibidem*, pp. 33 - 34).

A modernidade se caracterizaria pela suposta divisão do mundo em entes purificados de natureza de um lado, e entes purificados de cultura de outro, portanto racionalmente compreensíveis e plenamente diferenciáveis. Dessa forma, tornar-se-ia necessário que as dimensões de hibridismo permaneçam ocultas ou postas em

segundo plano. No entanto, a descoberta de dimensões híbridas do mundo contemporâneo, como o Campinho da Fonte Grande, por exemplo - composto por animais, vegetais e humanos “nativos”, “índios” e “baianos” num cenário rural e urbano entre “áreas verdes” e sem cidadania - ao contrário de nos fazer perceber que passamos da modernidade à pós-modernidade, deveria fazer-nos perceber que “jamais fomos modernos” (*Ibidem*), ou seja, que os processos e entes híbridos sempre fizeram parte do mundo da modernidade.

Fruto dessa ontologia moderna, a ideia de criar “áreas protegidas” se deu em fins do século XIX, quando setores do ambientalismo norte-americano defendiam a proteção integral de “áreas virgens”, a partir do entendimento de que o homem fazia parte da criação divina tanto quanto a natureza e, portanto, não podia prevalecer sobre ela. Dessa forma, definiam as “áreas selvagens” (*wilderness*) como aquelas que não tinham sofrido a ação do homem moderno, movido pelo desenvolvimento industrial (VIANNA, 2008).

Esses ambientalistas propuseram a criação de ilhas de conservação ambiental, espaços naturais de grande beleza cênica, onde o homem moderno e urbano pudesse apreciar e reverenciar a “natureza selvagem” (DIEGUES, 2000).²¹ Como norteador desse pensamento, temos a neo e moderna mitificação da natureza como um espaço intocado e intocável, onde as áreas naturais protegidas deveriam permanecer intactas, de acordo com a ideia, de origem cristã, de paraíso perdido, acreditando na incompatibilidade de qualquer tipo de ação humana e a conservação da natureza, sendo o ser humano considerado um vilão a ser mantido afastado

²¹ Conforme conversa com Márcio de Paula Filgueiras em 29 de agosto de 2013, que recentemente defendeu sua tese de doutorado intitulada *Aspectos Processuais dos Direitos Ambientais Brasileiro e Norte-Americano: produção da verdade, acesso a direitos e interesse público em perspectiva comparada* junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (FILGUEIRAS, 2013), essa não seria a única perspectiva, já que estas áreas protegidas nos EUA representariam também uma maneira da civilização norte-americana se lembrar dos desafios que teve de vencer para estabelecer sua nação. Neste sentido, seria menos o interesse em preservar a natureza em si, mas uma forma de manter uma memória da grande vitória sobre o mundo selvagem protagonizada pelos colonos: uma história da nação norte-americana e do seu papel civilizador. Não é à toa que estas áreas protegidas estão ligadas nos EUA ao *Department of the Interior* e não a um Ministério do Meio ambiente, o que inclusive não existe lá, apenas uma Agência de Proteção Ambiental. Um símbolo marcante dessa visão seria o *Mount Rushmore*, em que o busto de quatro presidentes norte americanos (George Washington, Thomas Jefferson, Theodore Roosevelt e Abraham Lincoln) estão esculpidos em uma “área selvagem”, representando bem essa relação natureza x fronteira x civilização.

dessas áreas naturais. Ao recusar e desconsiderar qualquer presença humana nessas áreas, o neomito da natureza selvagem intocada passa a se confrontar com os mitos e simbologias das populações tradicionais e locais que sempre viveram nessas áreas, como os povos indígenas, as comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores, entre outras, que possuem suas próprias cosmologias e relações com a natureza. Nesse sentido, a imposição desses neomitos e de espaços públicos sobre os espaços dos “comunitários” e sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza), tem gerado conflitos graves para essas populações (*Ibidem*, 2000).

A criação das primeiras “áreas protegidas” do mundo, a partir de 1864 na Califórnia, EUA (*Yosemite Valley* e *Mariposa Grove*), seguido pela criação do *Yellowstone National Park*, em Wyoming, também nos EUA (LITTLE, 2002; DIEGUES, 2000; VIANNA, 2008; CREADO, 2011), objetivou resguardar a “vida selvagem” (*wilderness*) representando um marco referencial da política de criação de “áreas protegidas” em todo o mundo. A partir daí, os parques foram defendidos e consolidados como ideia de ordenação, em que a conservação aparece como uma forma de colocar ordem no caos provocado pela espécie humana (SIMON, 2003).

No Espírito Santo, as primeiras Unidades de Conservação - Parque Estadual de Forno Grande, Parque Estadual de Pedra Azul e Reserva Biológica de Duas Bocas²² - foram criadas na década de 1960, quando ocorre a criação de uma série de unidades em vários estados brasileiros (VIANNA, 2008), e ao nível regional se moderniza o processo de industrialização²³, que se intensificará na década seguinte, num período caracterizado pela implantação dos chamados “Grandes Projetos Industriais”.

No município de Vitória, mesmo que seu processo de industrialização tenha se iniciado em meados da década de 1960, com o Porto de Tubarão e a primeira usina

²² Localizadas, respectivamente, nos municípios de Castelo, Domingos Martins e Cariacica.

²³ Em 1966 a Companhia Vale do Rio Doce inaugura o Porto de Tubarão em Vitória-ES, e em 1969, entra em operação a sua primeira usina de pelotização também em Tubarão. Já 1973 têm-se o início da produção de petróleo e gás pela Petrobras em São Mateus; a instalação da primeira planta de pelotização da Samarco em 1977 em Anchieta e da primeira unidade industrial da Aracruz Celulose S/A em 1978 em Aracruz.

de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, atualmente VALE, foi na década de 1980 que ocorreu a consolidação do modelo de industrialização para exportação, com a inauguração da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST em 1983. Nesta década, num cenário de estruturação e consolidação da política ambiental nacional (*Ibidem*), com a criação da Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, em 1986 é instituída a SEMMAM, a primeira secretaria de meio ambiente criada no estado, através da Lei Municipal 3.315/86, e que possui, como uma de suas competências:

propor ou desenvolver projetos destinados à melhoria da condição ambiental do município, inclusive a formação de parques, jardins, reservas florestais e áreas verdes, relacionadas com a expansão urbana (PMV, 1986).

No mesmo ano de 1986 é criado o Parque Estadual da Fonte Grande, e, em 1987, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA²⁴. Em 2002 é criado o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos - IEMA²⁵, uma entidade autárquica vinculada à SEAMA, responsável pela administração de dezessete unidades de conservação, sendo nove de proteção integral e oito de uso sustentável.

Os primeiros “espaços protegidos” do município de Vitória datam de 1987, e, como pode ser observado no ANEXO I - Espaços protegidos do município de Vitória-ES, atualmente a SEMMAM é responsável por 68 dessas áreas, havendo categorias inéditas que nem são contempladas no SNUC, como são os casos das “Áreas de Preservação Permanente”, as “Áreas Verdes Especiais” e as “Reservas Ecológicas Municipais” (BRASIL, 2000).

²⁴ A SEAMA, criada através da Lei nº 4.126/87 tem como finalidade gerenciar as políticas estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, supervisionar e apoiar a elaboração de pesquisas, estudos científicos e projetos que visem à elaboração e definição de padrões ambientais, supervisionar as ações que visem promover a preservação e a melhoria da qualidade ambiental, promover a integração das atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente e coordenar as ações do CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente, CONREMAS - Conselhos Regionais de Meio Ambiente e do CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos (ES, 1987).

²⁵ O IEMA, criado através da Lei Complementar nº 248/02 tem por finalidade planejar, coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades de meio ambiente, dos recursos hídricos estaduais e dos recursos naturais federais, cuja gestão tenha sido delegada pela União (*Idem*, 2002).

Considerando os 98,19 Km² de extensão do município de Vitória (IBGE, 2013a), essas 68 “áreas protegidas” equivalem a cerca de 36% de seu território, e, como pode ser observado na tabela 1, houve um significativo crescimento no número dessas áreas no período de 2004 à 2010, com ápice em 2006, último ano da administração do prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), o que indica que a PMV seguiu à risca sua intenção de se tornar uma “cidade verde” até o ano de 2010 - conforme previsto na *Agenda 21: Vitória do Futuro - Plano Estratégico da Cidade 1996-2010* (PMV, 1996), desde que, ao mesmo tempo, fossem destinadas, em seu território, outras áreas para atividades poluidoras.

Tabela 1: Evolução quantitativa dos “espaços protegidos” do município de Vitória-ES

Espaços Protegidos	2004*	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Área de Preservação Permanente - APP	12	12	30	30	30	30	30	30
Área de Proteção Ambiental - APA	03	03	03	03	03	03	03	03
Área Verde Especial - AVE	04	04	04	06	06	06	06	06
Reserva Ecológica	07	07	07	07	07	07	07	07
Estação Ecológica	01	01	01	01	01	01	01	01
Parque Estadual	01	01	01	01	01	01	01	01
Parque Natural	02	05	05	05	05	05	06	06
Parque Urbano	08	08	08	11	13	14	14	14
Quantitativo de espaços criados por ano	04	03	18	05	02	01	01	00
Total	38	41	59	64	66	67	68	68

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM.

* Situação até 2004.

Seguindo as teias da rede “ambientalística” de Vitória

A noção de rede remete a fluxos, circulações e alianças, nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências constantes dessa rede (LATOUR, 2012). Dessa forma, entendo que no município de Vitória há uma rede “ambientalística” formada por diversos atores humanos e não-humanos que deixam traços.

Esses atores, definidos pelos efeitos de suas ações, são a AAPFG; a PMV, com seus diversos instrumentos de ordenamento urbanístico e ambiental (Projeto Vitória do Futuro, Programa Terra Mais Igual, Área de Proteção Ambiental do Maciço Central e seu Zoneamento Ecológico-Econômico, Plano Diretor Urbano, e a administração do PEEG) e com as diversas secretarias (a SEMMAM, a Secretaria

Municipal de Desenvolvimento da Cidade - SEDEC e a Secretaria Municipal de Gestão Estratégica - SEGES) e seus respectivos técnicos; além dos coletivos presentes nas áreas afetadas por todo esse ordenamento territorial.

Assim, assumindo a noção de rede de Latour, pretendo descrever não apenas os elos produzidos, mas, sobretudo, os efeitos das associações criadas nessa rede, principalmente no Campinho da Fonte Grande, já que “uma rede não é feita de fios de nylon, palavras ou substâncias duráveis; ela é o traço deixado por um agente em movimento” (LATOURE, 2012, p. 194).

Nesse capítulo darei mais ênfase aos atores que criam, gerenciam ou legitimam uma série de territorialidades sobrepostas, impondo fronteiras, proibições e limites aos coletivos que viviam em terras antes delas serem “ordenadas” por esses atores. O coletivo do Campinho e demais atores que atuam próximos a esse, como os técnicos da SEMMAM, SEDEC, Programa Terra Mais Igual, dentre outros, terão mais destaque nos capítulos seguintes.

Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande

Segundo o vice-presidente da AAPFG, esta ONG ambientalista surgiu em junho de 2000, por iniciativa de moradores de Fradinhos e Tabuazeiro, preocupados com a falta de ações por parte da PMV em relação ao PEFG. Conforme seu estatuto, a AAPFG “tem por finalidade a implantação, bem como a preservação ecológica do Parque, instituído por Lei, mobilizando moradores e autoridades, reconstituindo sua fauna e flora, contribuindo, com isso para melhor qualidade de vida da população” (Estatuto..., 2013).

A AAPFG é membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), do conselho consultivo do PEFG e da comissão especial de poluição da Câmara Municipal de Vitória. Desde 2001, além da realização anual da caminhada ecológica, participa da Feira do Verde, evento anual organizado pela PMV, e atualmente investe, como já vimos, na campanha pela criação de mais um parque.

Em 2008 a AAPFG e a Associação de Moradores de Fradinhos - AMF entraram com uma ação civil pública no Ministério Público contra a Prefeitura Municipal de Vitória²⁶, para impedir o Reassentamento²⁷ de moradores da Poligonal 2²⁸, do Programa Terra Mais Igual, numa área localizada entre o morro do Romão e Fradinhos, com o argumento de tratar-se de espaço destinado à criação do Parque Natural Municipal, e como disse o vice-presidente da AAPFG na 12ª caminhada ecológica ao Parque Estadual da Fonte Grande: “nós temos aqui (em Fradinhos) pessoas que estavam trabalhando no sentido de garantir a proteção do bairro e evitar a construção de um reassentamento na parte mais alta do bairro”.

Prefeitura Municipal de Vitória

A PMV é um ator dessa rede “ambientalística”, com suas diversas legislações municipais de ordenamento urbano e ambiental, o Programa Terra Mais Igual, a atuação dos técnicos da SEMMAM, bem como a administração dos parques, e, embora Latour afirme que numa rede nenhum ponto é privilegiado em relação a outro (LATOURE, 2012), sem dúvida é a PMV que possui mais atores nessa rede, sendo que os efeitos de suas ações interferem mais diretamente e em diversas situações no cotidiano dos moradores do Campinho.

Agenda 21 de Vitória (ou “vitória do futuro” de quem?)

Fruto da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMA-92) / ECO-Rio 92, a Agenda 21 constitui-se num programa de cooperação internacional e de ações nacionais e locais objetivando o “desenvolvimento sustentável”. No município de Vitória a Agenda 21 Local foi

²⁶ A ação civil pública encontra-se na Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, aguardando uma sentença definitiva. Para maiores informações buscar a dissertação de mestrado de Cíntia Pinheiro Marinho, intitulada *Política Urbana e Reassentamento Populacional: o caso do Projeto Terra Mais Igual em Vitória-ES*, defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

²⁷ Conforme Lei nº 6.967/07, que institui o programa habitacional de interesse social, no âmbito do Programa Terra Mais Igual, o Reassentamento é um projeto habitacional que objetiva viabilizar o acesso à moradia digna para todos os moradores removidos compulsoriamente em decorrência de projetos de intervenção urbana, preservação ambiental e remoção de áreas impróprias à habitação (PMV, 2007b, Art. 5).

²⁸ A Poligonal 2 compreende os morros do Forte São João, Cruzamento, Romão e Alto de Jucutuquara, com um total de 2.299 domicílios e 11.157 habitantes (*Idem*, 2012).

elaborada em 1996 e intitulada *Vitória do Futuro - Plano Estratégico da Cidade 1996-2010*, visando à criação de uma nova imagem da cidade que, mesmo revisada em 2002 - *Agenda 21 da Cidade de Vitória: um sonho em construção* (PMV, 2003) - tem o “desenvolvimento sustentável” como espinha dorsal de seu “plano estratégico”.

Na Agenda 21 de Vitória o poder público municipal deixa claro o modelo de cidade adotado - rompendo com um cenário considerado “inercial” e projetando um cenário “desejável” - quando, na metáfora do “caminhar do caranguejo” (figura 3) e do “salto do marlim azul” (figura 4) (PMV, 1996; *Idem*, 2003), opta por esse último - vindo a ser a imagem estampada nas capas de ambas as edições: um peixe belo, de águas profundas, que salta alto e é alvo de pescaria esportiva praticada em velozes e luxuosas lanchas pela elite capixaba (“desejável” / “moderno”), em detrimento do caranguejo, crustáceo sujo, que mora no buraco e vive na lama, anda de lado e é coletado por e para a sobrevivência de moradores do outro lado da ilha, “lugar de toda pobreza”²⁹ de Vitória (“inercial” / “tradicional”).



Figura 3: “O caminhar do caranguejo”
Fonte: PMV, 1996, p. 5

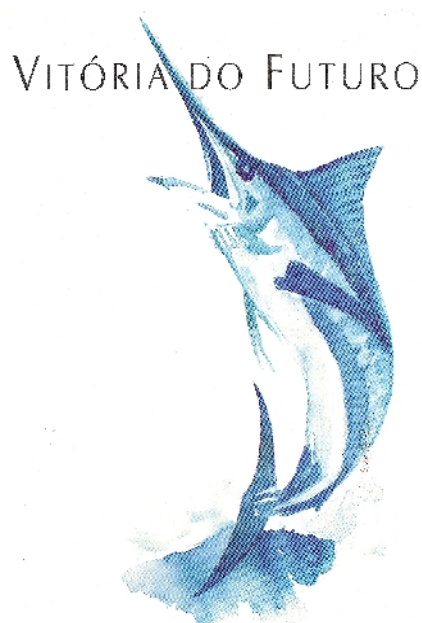


Figura 4: “O salto do marlin azul”
Fonte: *Ibidem*, capa

²⁹ *Lugar de Toda Pobreza* é o título do documentário de 1983 do jornalista, escritor e dramaturgo capixaba Amylton de Almeida (1946-1995). Nele é retratado o bairro de São Pedro, localizado a oeste da ilha de Vitória-ES, onde, em meio a barracos de madeira e palafitas no manguezal, crianças, mulheres, homens, porcos e urubus disputavam restos de comida no lixão do lugar.

Nesse cenário “desejável”, de frente para um horizonte cada vez mais cinza em decorrência das chaminés do “progresso” e literalmente de costas para sua história, Vitória seria uma cidade com “oportunidades que podem ser exploradas para manter e aumentar o seu dinamismo econômico”, com suas “indústrias competitivas, forte infraestrutura portuária e administração municipal eficiente”, “lugar de moradia da população de renda mais elevada da Região Metropolitana”; uma cidade que se apresenta como “um centro de intercambio com o exterior”, tanto no comércio, quanto no “turismo náutico, ecológico e de negócios”, tendo ao mesmo tempo “a preservação de sua paisagem, a manutenção de suas áreas preservadas” (PMV, 1996), até porque “o processo de ocupação dos morros e mangues com habitações está contido, com controle e fiscalização, e que, com o ‘Terra’, deverá se consolidar de maneira definitiva o perímetro das ‘áreas protegidas’” (*Idem*, 2003, p. 47).

Ainda nesse projeto industrializante e de preservação ambiental - onde o financiamento para as “áreas protegidas” ocorre através de compensação³⁰ relativa ao licenciamento de empresas no município e no estado, via SEMMAM e IEMA - é posto em prática o tal “desenvolvimento sustentável” que, se em sua definição visava “atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, na realidade, conforme Ronaldo Lobão “não se buscava a sustentabilidade dos grupos locais e suas realidades e sim a do mundo capitalista” (LOBÃO, 2006).

Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Maciço Central

A APA do Maciço Central foi criada em 1992, através do decreto Decreto nº 8.911 e, em atendimento aos objetivos previstos em seu artº 2º de “regularizar o uso das diversas atividades de modo a assegurar a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental dos ecossistemas ali existentes”, ficou estabelecido, através de seu artº 4º, seu zoneamento ecológico-econômico - ZEE (PMV, 1992a). Todo o

³⁰ Conforme o Artigo nº 36 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985/2000): “nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/Rima, o empreendedor é obrigado a apoiar a implementação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei” (BRASIL, 2000).

espaço da APA foi dividido com as características, objetivos e normas específicas que regulam o território, em cinco grandes Zonas: de Urbanização (ZUR); de Recuperação (ZREC); de Uso Especial (ZUE); de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) e de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), como demonstrado no ANEXO II - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Maciço Central.

Conforme o ZEE, o Campinho da Fonte Grande seria formado pela Zona de Conservação da Vida Silvestre 1 (ZCVS 1); Zona de Recuperação 1 (ZREC 1), e uma Zona de Urbanização (ZUR). A ZCVS 1 objetiva “manter e conservar a cobertura vegetal existente, garantindo a conservação da biodiversidade, assim como o equilíbrio paisagístico nas áreas de influência da zona” (*Idem*, 1992b, p. 89), sendo “proibida a construção de edificações com finalidade comercial ou habitacional no interior dessa zona” (*Ibidem*, p. 91), compreendendo uma parcela da antiga propriedade da família Lírio. A ZREC 1 são “áreas com restrições legais de uso, cuja recuperação deverá seguir programas de manejo específicos para posterior enquadramento como Zona de Preservação da Vida Silvestre - ZPVC” (*Idem*, 1992a), estando localizada ao norte do campo de futebol, na área onde moram três famílias³¹ e onde era o sítio Machadinho. Já as ZURs são espaços com características de ocupação urbana em densidades variadas e regulamentadas “segundo diretrizes **a serem estabelecidas pelo Plano Diretor Urbano (PDU)**” (*Ibidem*, grifo nosso), que a partir de 2006 impôs mais restrição à área do que o proposto pelo ZEE. Compreende a grande porção do Campinho, se estendendo do campo de futebol até três residências de moradores locais³², encontradas em direção à parte mais baixa do morro.

Plano Diretor Urbano

O modelo de ordenamento territorial do município foi normatizado através do Plano Diretor Urbano de Vitória - PDU. O primeiro PDU foi instituído em 1984 e a partir de 2001 - com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257), onde foram

³¹ As famílias de Carlos Pereira dos Santos, Claudino Almeida (mais conhecido como Dino) e Flávio Almeida.

³² As residências de dona Eralda Lopes, da família Galante e de dona Nayr Rodrigues.

estabelecidos novos instrumentos de planejamento e controle do crescimento das cidades - o PDU municipal foi revisado e seu novo texto aprovado em 2006, com a implementação da Lei Municipal nº 6.705/06, elaborada já no âmbito da Agenda 21 Local. Objetivando o ordenamento e a imposição de restrições à ocupação de seu território, o novo PDU realizou o zoneamento da cidade:

(...) instrumento destinado a regular o uso e a ocupação do solo para cada uma das zonas em que se subdivide o território do município, tendo como objetivos: I - fazer cumprir as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, tendo em vista o estado da urbanização, as condições de implantação da infraestrutura de saneamento básico, do sistema viário e do meio físico; II - atribuir diretrizes específicas de uso do solo para as zonas (*Idem*, 2006a).

Como pode ser observado no ANEXO III - Delimitação do zoneamento urbanístico de Vitória-ES, toda a delimitação das áreas de zoneamento urbanístico e ambiental, usos e proteção definidos, além das áreas de expansão urbana, industrial e turística e dos principais usos do solo do Município de Vitória estão inseridos nas oito Zonas Territoriais do município. Tem-se assim, na ilha de Vitória, uma clara separação e segregação espacial, seguindo à risca o famoso *slogan* do “desenvolvimento sustentável”: “pense globalmente, aja localmente”, que, conforme Arturo Escobar coloca a responsabilidade dos problemas mundiais do modelo econômico nas costas de culturas minoritárias (ESCOBAR, 1995), sempre associadas à irracionalidade do uso dos “recursos naturais” e à falta de “consciência ambiental”:

os títulos de sequestro de carbono são um bom exemplo. Poluidores do primeiro mundo financiam programas de reflorestamento no Sul, sob a alegação de uso irracional da natureza que ainda resta. Entretanto mantêm o direito de continuar produzindo e poluindo em um ambiente não natural. A riqueza econômica mantém-se em circulação no Norte e a pequena parcela que vai para o Sul, funciona para que os pobres cuidem de seus espaços como se fossem os jardins do Norte (LOBÃO, 2010, pp. 233-234).

Dessa forma, a baía de Vitória e sua ponta de Tubarão estariam destinadas aos portos, pelotização do minério e beneficiamento do aço para abastecer o capitalismo mundial com matéria prima “tipo exportação”, já nos morros e nos mangues são restringidos os usos do espaço aos moradores, mesmo que habitem esses lugares há gerações. Assim, as ZPAs, AIAs, ZCVSs, ZRECs, “Campinhos”, etc., são os

espaços da conservação ambiental e, ao mesmo tempo, o espaço “dos pobres”, à margem da produção capitalista e, simultaneamente, fazendo parte dela.

Como pode ser observado na figura 5 a seguir, segundo o PDU, o Campinho da Fonte Grande é constituído por ZPA 2 e ZPA 3, além de estar entre as duas áreas do Parque Estadual da Fonte Grande (ZPA 1):

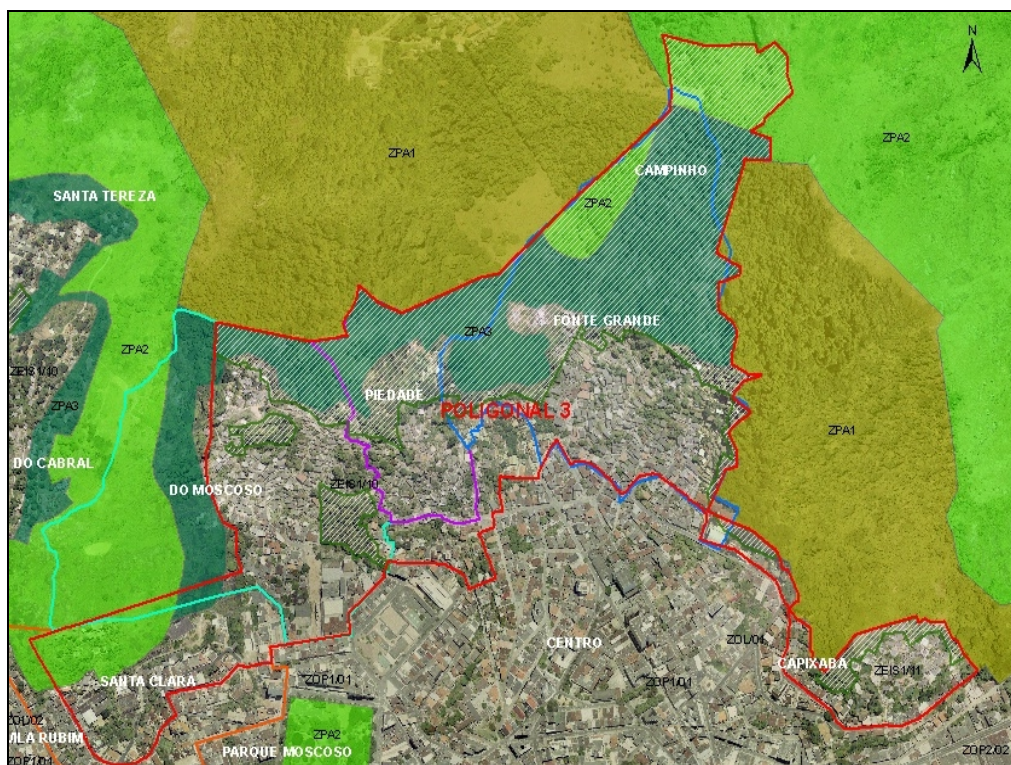


Figura 5: As linhas do PDU, da Poligonal 3 e de sua AIA
Fonte: PMV/SEGES/NGTerra/URB, 2013

Segundo o PDU, as ZPAs 1 são áreas destinadas à proteção integral dos ecossistemas e dos recursos naturais, garantindo a reserva genética da fauna e flora e seus *habitats*, podendo ser utilizadas para pesquisa científica, monitoramento, educação ambiental e uso indireto dos recursos naturais, não envolvendo o consumo, coleta, dano ou destruição dos mesmos. São constituídas aqui pelas duas áreas do Parque Estadual da Fonte Grande.

As ZPAs 2 são áreas destinadas à conservação dos ecossistemas naturais e dos ambientes criados, com uso “sustentável” dos recursos naturais, podendo ser utilizadas para pesquisa científica, monitoramento e educação ambiental, turismo, recreação e esportes, desde que estas atividades não causem danos aos ambientes

naturais ou em recuperação. É constituída pela porção norte do campo de futebol, na área onde mora seu Claudino Almeida, seu filho Flávio Almeida e a família de seu Carlos Pereira dos Santos, algumas edificações fechadas e uma parcela da fazenda da família Lírio.

Por sua vez, as ZPAs 3 são áreas com atributos ambientais relevantes, destinadas à recuperação e conservação dos recursos naturais e paisagísticos, cujo uso e ocupação do solo devem ser controlados de forma a assegurar a qualidade ambiental, podendo ser utilizadas para pesquisa científica, monitoramento e educação ambiental, recreação, realização de eventos culturais e esportivos e atividades de apoio ao turismo (PMV, 2006a). É constituída aqui por grande parte do território do Campinho, compreendendo a maior parte das residências.

Assim, o PDU municipal não permite a ocupação humana em suas ZPAs, porém a legislação é posterior à ocupação desse território; além disso, não considerou o uso rural ainda presente na área. Os morros que compõem hoje o PEFG foram historicamente “costurados” por pequenas propriedades rurais que eram conhecidas pelo nome de seus donos, como a dos Porfírio, que produzia flores e tinha uma extensa plantação de café, da família Bastos, da família Varejão, do Gegê, propriedade que se estende do Campinho até o bairro de Fradinhos, do Machadinho e da família Lírio, todas extintas, menos a última, que continua com a atividade de pecuária extensiva no Campinho da Fonte Grande, onde ainda existem pequenas propriedades com produção agrícola.³³

Programa Terra Mais Igual

Tendo como principais objetivos a implementação de obras de habitação, urbanização, ação social, geração de renda, fundiárias, reflorestamento, recomposição vegetal e delimitação de áreas de preservação, visando minimizar os traços de “informalidade” presentes na cidade (LOBINO *et al.*, 2008), o *Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e Preservação Ambiental em Áreas*

³³ Como a do Dino, Baiano, Ezequiel e seu Júlio.

Ocupadas por População de Baixa Renda, comumente conhecido como “Projeto Terra”, constitui-se num dos principais elementos de consolidação e legitimação do modelo de cidade competitiva e empreendedora que o Projeto Vitória do Futuro pretende estabelecer, através do enfrentamento da pobreza e degradação ambiental nas áreas ocupadas pela população de baixa renda (CICCARONE, 2010).

Criado em 1998 - na gestão de Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) - com o objetivo de viabilizar obras de infraestrutura nos morros da capital (Decreto nº 10.131/98), e em 2007 sob nova gestão municipal - João Coser (PT) - denominado Programa Terra Mais Igual (Decreto nº 13.669), esse programa baseia-se no ordenamento do PDU e prioriza as ZEIS - Zona Especial de Interesse Social para identificar quinze áreas de atuação, denominadas poligonais (figura 6), abrangendo 33 bairros e doze comunidades, atendendo a uma população de aproximadamente 85 mil habitantes (PMV, 2012), cerca de ¼ do total (IBGE, 2013a).

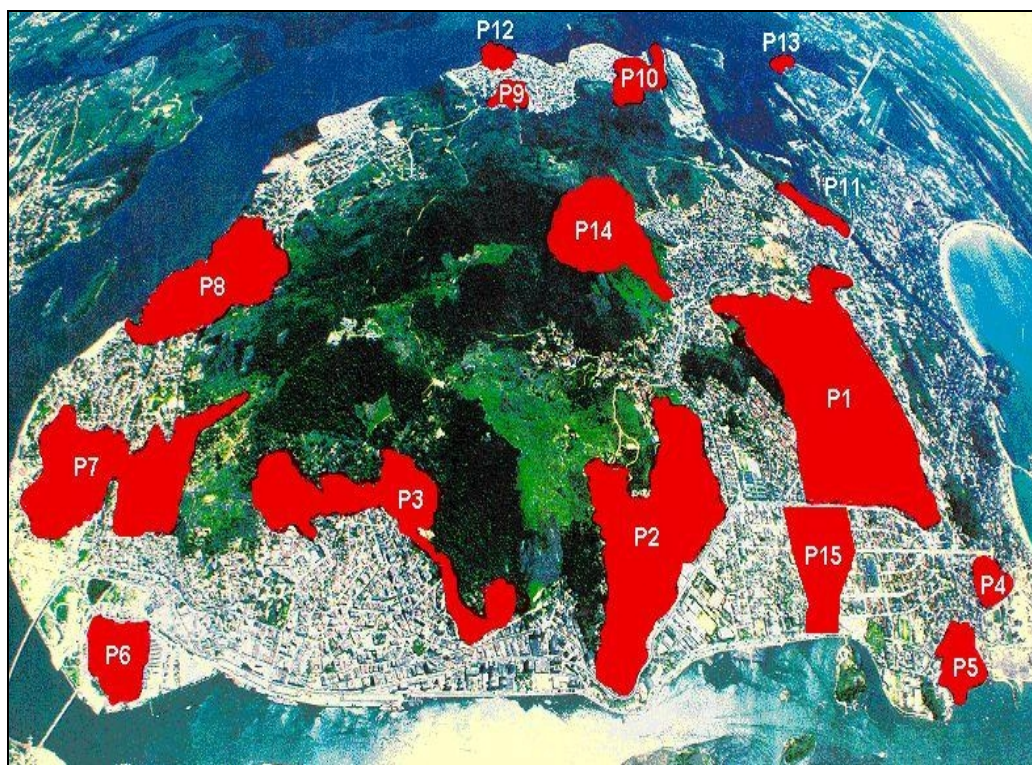


Figura 6: As 15 poligonais do Programa Terra Mais Igual
Fonte: PMV, 2013

Segundo essa nova delimitação territorial, a Fonte Grande, ao lado dos morros de Santa Clara, Moscoso, Piedade e Capixaba formam a P3 do Programa Terra Mais Igual (figura 5), possuindo, ao todo, uma área de 525.400,00 m². Limitando-se em

suas porções norte, leste e oeste com a APA do Maciço Central e o Parque Estadual da Fonte Grande, e ao sul com o Centro, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, a P3 - impressada entre o PEFG e o Centro - abrigava em 2010 uma população de 3.397 habitantes, distribuídos em 1.006 domicílios (PMV, 2012).

Nas poligonais foram identificadas e demarcadas pela SEMMAM - responsável pelo eixo ambiental do Projeto - as Áreas de Interesse Ambiental - AIAs³⁴, que por seus relevantes atributos naturais ou por fatores antrópicos decorridos e ocorrentes necessitam de amparo legal específico para sua proteção, recuperação e conservação (*Idem*, 2000). As Áreas de Interesse Ambiental:

são espaços dentro das poligonais que apresentam características ambientais, sociais e ou fatores de risco que justifiquem intervenções no sentido de se preservar, recuperar e conservar através de projetos como reflorestamento e enriquecimento vegetacional; criação e implantação de unidades de conservação; demarcação e sinalização destas áreas; regularização das áreas protegidas; **contenção de encostas**; tratamento das áreas com potencial de risco e recuperação e preservação das nascentes (*Ibidem*, grifo nosso).

As possibilidades de intervenções nas AIAs são diversificadas, no entanto, a PMV exclui a possibilidade de permanência dos coletivos quando, por exemplo, em vez de realizar a contenção da encosta ao lado da Escadaria do Céu, retira cinco famílias dessa área e as encaminha ao Aluguel Provisório³⁵, desconsiderando os riscos sociais acarretados, ligados aos pertencimentos e cosmografias do lugar, expressas em suas representações e práticas socioculturais.

Na P3, 234.277,03 m² de seu território são considerados pela PMV Área de Interesse Ambiental - AIA³⁶, o que representa cerca de 44,60% do total, indicada na figura 5 pela área hachurada, já que está sobrepondo áreas de ZPA, devido aos

³⁴ Após identificação da SEMMAM, as AIAs são instituídas através de resoluções do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, as quais aprovam suas delimitações (PMV, 2000).

³⁵ O Aluguel Provisório é um projeto que busca viabilizar a concessão temporária de subsídio, integral ou parcial, para locação de imóvel residencial por famílias inseridas nas áreas de intervenção do Projeto Terra, com renda familiar mensal de até três salários mínimos ou *per capita* de até meio salário mínimo, que, à conveniência do Poder Público, tenham optado pela inclusão no Projeto Reassentamento (*Idem*, 2007b, Art. 10).

³⁶ As AIAs da P3 foram criadas através da Resolução COMDEMA nº 009/1998 de 20 de abril de 1998 e alteradas pela Resolução COMDEMA nº 028/2000 de 27 de maio de 2000 (*Idem*, 2000).

diversos instrumentos de ordenamento territorial da PMV. Assim, tanto aqui, quanto nas outras poligonais, todos os moradores localizados em ZPA ou AIA passam a ser removidos de seu *habitat* - através de desapropriações ou dos diversos programas habitacionais da PMV, tais como o já descrito Reassentamento, o Bônus Moradia³⁷ e o Aluguel Provisório, desconsiderando tanto a antiguidade e forma tradicional de ocupação desses territórios, anterior à imposição das linhas de ZPA e AIA por parte da PMV, quanto o estado de conservação do “meio ambiente” como resultado das relações materiais e simbólicas estabelecidas pelos moradores com os “recursos naturais” (DESCOLA, 2000).

Como numa “caixa-preta”³⁸ (LATOUR, 2000), as determinações aqui são rígidas, impostas e não dialogadas, não adaptáveis às situações específicas, seja no caso das habitações de Reassentamento, com média de 48 m² para qualquer tipologia de grupo familiar, não importando se composta por um ou dez membros, seja para casos de famílias que moram em AIA há gerações, cuidando do lugar, igualados às ocupações recentes seguidas de desmatamentos.

Parque Estadual da Fonte Grande

Seguindo os atores para entender como se deu a criação do PEFG, me deparei com duas versões díspares: a retratada no Plano de Manejo do Parque da Fonte Grande, e a relatada por um ator que participou da criação do PEFG. Conforme o Plano de Manejo, a criação do Parque foi resultado da mobilização da sociedade civil:

³⁷ Conforme Lei nº 6.967/07, que institui o *Programa Habitacional de Interesse Social no âmbito do Programa Terra Mais Igual*, o Bônus Moradia é um projeto habitacional que, para viabilizar o acesso à moradia digna, autoriza o Município a adquirir os direitos sobre imóvel removido compulsoriamente em decorrência de projetos de intervenção urbana, preservação ambiental e remoção de áreas impróprias à habitação, do proprietário e/ou titular de direitos sobre o mesmo desde que resida no imóvel e não tenha optado pela permuta por unidade habitacional em Reassentamento ou pela indenização decorrente da desapropriação (PMV, 2007b, Art. 13).

³⁸ Segundo Bruno Latour, “a expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai” (LATOUR, 2000, p. 14).

em 1983, a partir da ideia da criação de um parque³⁹, ocorrem manifestações da comunidade que apóia e comparece à I Jornada Ecológica ao morro da TV, promovida pelo SESC com o apoio do Instituto de Defesa Agropastoril e Florestal - IDAF e da Associação Capixaba de Proteção do Meio Ambiente - ACAPEMA, reivindicando a proteção do maciço florestal da ilha de Vitória, através da criação de um parque municipal (SEAG-IDAF *et al.*, 1996, p. 11).

No ano seguinte a Secretaria Municipal de Turismo da PMV sugeriu a criação de um parque florestal municipal, encampando a proposta da ACAPEMA (*Ibidem*) e já em 1985 ocorre nova Jornada Ecológica:

onde são coletadas assinaturas para um abaixo assinado da comunidade científica e organizações populares, solicitando a criação de um parque, tendo sido o documento encaminhado pela Associação Espírito-Santense de Biólogos ao governador do estado (*Ibidem*, p. 11).

Ainda segundo o Plano de Manejo, em outubro do mesmo ano o governador Gerson Camata (PMDB) assina o Decreto nº 3.095-E, declarando de preservação permanente o remanescente de Mata Atlântica existente no Maciço Central para fins de criação do Parque da Fonte Grande, uma área de aproximadamente 257 hectares, situada nos morros do Mulundu, Fonte Grande, Vigia e adjacências, delineando o perfil da área. Em abril do ano seguinte, o governador assina três decretos (nº 3259-E, nº 3260-E e nº 3261-E), desapropriando três áreas distintas dentro do parque, num total de 124,4 hectares.⁴⁰ Uma terceira Jornada Ecológica é organizada, desta vez pela PMV, no bairro de Fradinhos, e em agosto de 1986 é publicada no Diário Oficial a Lei Estadual nº 3.875, de 31/07/86, criando o Parque Estadual da Fonte Grande.

Em entrevista concedida na biblioteca da SEMMAM pelo biólogo e vice-presidente da AAPFG, foi relatada uma versão diferente daquela apresentada no Plano de

³⁹ Segundo o plano de manejo, em 1982 a Secretaria Estadual de Agricultura sugeriu estudos e providências para a proteção do Morro do Cabral, Santa Clara e adjacências para criação de um parque (SEAG-IDAF *et al.*, 1996).

⁴⁰ A primeira área pertencente à Sebastião Antonio Malta Varejão, Máximo Vieira Varejão, Leonildo Pereira, Olinto Couto de Aguirre e Maria Bastos Accioly e Silva, totalizando 59,2 hectares, tendo os ex-proprietários impetrado mandato de segurança de agravo regimental, obtendo sentença favorável do Tribunal de Justiça, impedindo assim a emissão de posse para o Governo do Estado, situação que persiste até então. A outra área refere-se à propriedade pertencente à ILIL Imóveis Lançamento e Incorporações Ltda., totalizando 16,3 hectares. Já a terceira área era de propriedade da BLOMACO Industrial e Comercial S/A, compreendendo a 48,8 ha (*Ibidem*).

Manejo, configurando o Parque da Fonte Grande como resultado de sua peculiar atuação no processo. O entrevistado, também ex-coordenador administrativo das unidades de conservação da PMV, afirma que vivenciou todo o processo de criação e estruturação do parque, pois no período de criação do PEFG trabalhava no IDAF, na época, Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITC, no qual veio a coordenar todos os parques do estado administrados pela Seção de Parques e Reservas Equivalentes, inclusive o PEFG, do qual passou a ser gerente em 2001, já na PMV:

recebemos um processo que era uma denúncia de desmatamento em Fonte Grande, Piedade e adjacências. Eu fiz uma vistoria e constatei que havia realmente a retirada de vegetação. (...) eu despachei no processo dizendo que a única solução que havia era criando um parque (...). Como a gente transitava entre o meio ambientalista e também técnico, a gente apresentou uma proposta inicial que eram três áreas, e naquela ocasião o Gerson Camata autorizou a desapropriação inicialmente das áreas para a constituição do parque, com duzentos e cinquenta e três hectares (...). Efetivamente o Parque hoje equivale a duzentos e dezoito hectares, mas essa diferença corresponde à área que ficou de fora que corresponde justamente à área do Cabral, aquilo é área do estado, mas que até hoje não foi utilizada para fins de recuperação ambiental. Quando nós fizemos o planejamento do Parque tivemos uma preocupação de definir seus limites abrangendo o máximo que havia de vegetação conservada, não digo primitiva, mas conservada, e evitando ao máximo entrar nos limites onde é área urbana, porque a gente tinha a preocupação de evitar conflitos com a sociedade, por causa do interesse em preservar a mata. Então, essa é a razão pela qual até hoje praticamente não tivemos nenhum tipo de questionamento ou invasão por parte de pequenas propriedades que fazem limite com Parque da Fonte Grande. É claro que os proprietários nunca ficaram satisfeitos com a desapropriação e a criação do Parque, mas entendendo que o interesse coletivo é muito maior que o interesse individual, então nós não tivemos problemas com os limites do Parque.⁴¹

E narra os conflitos de interesses em jogo quando da criação do PEFG:

em 1984 eu propus, através do processo, a criação do parque, e ele veio a ser criado através de decreto, pelo Camata, quando ele desapropriou três propriedades. Depois, como somente o decreto de desapropriações para fins de criação do Parque não seria suficiente para barrar os problemas que a gente estava tendo, nos articulamos para a criação por lei. Foi então criado o projeto de lei, de autoria do deputado Paulo Hartung em 1985, e aí foi promulgado pela Assembléia Legislativa, pelo Hugo Borges, porque o então governador não era mais o Gerson Camata, que já tinha saído para

⁴¹ Entrevista concedida em 14 de novembro de 2012.

disputar o senado, era o Zé Moraes, que tinha interesse na área, e aí ele deixou o processo parado, ficando trinta dias no gabinete, sem despacho, e então o processo volta e o projeto de lei é promulgado, por isso que a lei não é assinada pelo governador da época, e sim pelo presidente da Assembléia Legislativa. É um fato curioso que mostra a retaliação que havia, o interesse econômico que havia na área por parte do Zé Moraes, em articulação com o presidente da câmara, que era o Máximo Varejão, que tinha uma proposta de loteamento.

O entrevistado falou ainda sobre a importância da criação do PEFG, deixando claro que se tratou mais de uma medida estratégica de impedimento das ocupações nos morros do que uma preocupação unicamente ambiental:

o Parque da Fonte Grande historicamente tem uma importância estratégica em coibir o avanço das ocupações nos morros de Vitória, quer dizer, ele foi, de certa forma, um divisor de águas quanto às medidas a serem adotadas pelo poder público para se evitar o avanço das ocupações em áreas de interesse ambiental, áreas de risco, nos morros de Vitória. Essa iniciativa já havia sido tomada pela prefeitura de Vitória, já na década de 40 do século XX, quando a prefeitura desapropriou a área do Irico Pinto Lírio, que ia desde as torres de televisão até o final da rua Sete, objetivando justamente evitar a ocupação das pessoas nessa área, porque nessa região era onde ficavam as nascentes que até então abasteciam as famílias que ali viviam, e ao mesmo tempo coibia o crescimento da ocupação desordenada nesse local. Nesse sentido a prefeitura de Vitória desapropriou esse proprietário, cujo processo está sendo analisado na PMV, já que o proprietário ainda está lá. Já a importância biológica diz respeito àquela área conter os últimos remanescentes de Mata Atlântica do município de Vitória.

Conforme a lei de sua criação são objetivos do PEFG “resguardar os atributos excepcionais da natureza na região, a proteção integral da flora, fauna, do solo e demais recursos naturais bem como assegurar condições de bem estar público, com utilização para objetivos educacionais, científicos e recreativos” (ES, 1986). Localizado na porção sudoeste da ilha de Vitória⁴², o Parque Estadual da Fonte Grande possui uma área de 218 hectares e está dividido em duas porções distintas: a área A corresponde a cerca de 195 hectares, compreendendo o morro da Fonte Grande, Santa Clara, Bastos e Pedra dos Dois Olhos, enquanto a área B possui aproximadamente 23 hectares e compreende o morro do Mulundu e a Pedra do Vigia. (SEAG-IDAF *et al.*, 1996). Quase toda a extensão do PEFG está acima do

⁴² Sob as coordenadas de 20°18'11" e 20°04'00" de latitude NW e 40°20'02" e 40°20'39" de longitude S (SEAG-IDAF *et al.*, 1996, p. 26).

nível altimétrico de 50 m, sendo que o seu ponto culminante chega aos 308,8 m, o mais alto do município. Limita-se ao norte com a região próxima ao bairro São Pedro, ao sul com o Centro de Vitória, a leste com propriedades vizinhas aos bairros de Fradinhos e Jucutuquara e a oeste com propriedades vizinhas aos bairros de Santo Antonio, Caratoíra e Boa Vista (*Ibidem*).

Posteriormente à criação do Parque Estadual da Fonte Grande, foram publicados, em 10 de junho de 1987, mais cinco decretos de desapropriação de propriedades.⁴³ Atualmente, segundo o *Relatório anual do Parque Estadual da Fonte Grande*, elaborado pela SEMMAM em 2006, apenas 41% da área do PEFG possui sentença de posse definitiva (PMV, 2006b). Já em 1996, ano em que também é elaborado o Plano de Manejo do Parque, o IDAF e a PMV assinam um contrato de gestão do parque onde a SEMMAM passa a gerenciar a área, numa cessão em regime de comodato para a implantação do PEFG, sendo inaugurado pela administração municipal em junho de 2001.

APA do Maciço Central

A Área de Proteção Ambiental do Maciço Central da Ilha de Vitória (figura 7) foi criada em 1992, através do Decreto Municipal nº 8.911. A APA abrange cerca de 1.100 hectares de remanescentes da Mata Atlântica em diferentes estágios de recuperação (*Idem*, 1992a) e compreende dez “áreas protegidas”, localizadas em diversos bairros da cidade, tanto da porção oeste da ilha, quanto da central:

- Parque Estadual da Fonte Grande (Lei Est. nº 3.875/86);
- Reserva Ecológica Pedra dos Olhos (Decreto Mun. nº 7.767/88);
- Reserva Ecológica São José (Decreto Mun. nº 10.026/97);
- Área Verde Especial Morro do Cruzamento (Decreto Mun. nº 10.024/97);
- Área Verde Especial Morro do Romão (Decreto Mun. nº 10.024/97);
- Parque Natural Municipal da Pedra dos Olhos (Decreto Mun. nº 11.824/03);

⁴³ Os decretos nº 3526-E, nº 3527-E, nº 3528-E, nº 3529-E e nº 3530-E contemplavam respectivamente as propriedades de Ana Maria Malta de Almeida Bissoli (5,3 ha), Fernando Antonio Malta de Almeida (5,7 ha), Attila Malta Vicente de Paulo Malta Varejão (2,1 ha), Herildo Santos Alves (7,6 ha) e Máximo Vieira Varejão (7,1 ha) (*Ibidem*).

- Parque Municipal de Tabuazeiro (Decreto Mun. nº 12.515/05);
- Parque Natural Municipal Gruta da Onça (Lei Mun. nº 6.482/05);
- Parque Municipal de Fradinhos (Decreto Mun. nº 13.688/08);
- Parque Natural Municipal Vale do Mulembá (Lei Mun. nº 7.972/10).



Figura 7: APA do Maciço Central e as duas áreas do PEFG
Fonte: Arquivo PMV/SEMMAM, s/d

Conforme o Plano de Manejo do PEFG, através do zoneamento ecológico-econômico da APA, foi estabelecida uma grande área acima da cota de 50 m ao redor das unidades de conservação, que funciona como zona tampão para preservação dos atributos naturais (SEAG-IDAF *et al.*, 1996). Porém, segundo o vice-presidente da AAPFG, a criação da APA teve como motivação o ordenamento territorial e a restrição da ocupação na área:

a área da APA abrange muito mais áreas que o limite do parque, e como desapropriar as áreas do parque foi tão difícil, se você precisasse desapropriar todas as áreas adjacentes ao PEFG seria um projeto inviável. Como a APA faculta a necessidade ou não de desapropriação, você então estabelece um zoneamento, restringe o uso da propriedade, mas ao mesmo tempo não obriga o poder público a desapropriar. Então a APA tem como estratégia o ordenamento territorial nessas regiões do Maciço Central, ampliando a proteção nas áreas que não estão ocupadas e ao mesmo tempo definindo que aquelas que já foram ocupadas permaneçam daquela

forma. Serve para ordenar a ocupação humana restringindo o acesso das pessoas às áreas de preservação permanente e nas áreas de risco geológico.

Planos de Manejo

Assim como os demais instrumentos de ordenamento territorial da PMV, os Planos de Manejo da APA do Maciço Central e do PEFG também foram elaborados na década de 90, período em que a PMV não mediu esforços para se inserir no contexto global da Agenda 21 (CICCARONE, 2010). Elaborados num cenário em que o saber local não mais é constitutivo dos grupos (GEERTZ, 2006), mas substituído por técnicas de manejo que se desejam “sustentáveis” (LOBÃO, 2006), o primeiro plano de manejo foi elaborado em 1992 pela SEMMAM, através de convênio firmado com a Companhia Vale do Rio Doce.

Já o plano de manejo do PEFG foi elaborado dez anos depois da criação do parque, em 1996, por uma equipe multidisciplinar composta por técnicos do IDAF e da SEMMAM, com assessoria de duas empresas de consultoria ambiental, a Cepemar Engenharia, Meio Ambiente e Energia e a Hardt Planejamento (SEAG-IDAF *et al.*, 1996), ambas demonstrando diagnósticos físicos, bióticos e antrópicos, além de programas de manejo, e especificando as atividades permitidas e proscritas dentro das unidades de conservação (LITTLE, 2002), através do Zoneamento Ecológico-Econômico (APA) e do Zoneamento da UC (PEFG).

Conforme artigo XVII do SNUC, o plano de manejo é um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000), disciplinando, dessa forma, o cotidiano dos pesquisadores, visitantes, técnicos, animais e plantas presentes nesse território, além dos moradores de seu entorno. Assim, esses atores (não-humanos), que estão presentes tanto na Biblioteca da SEMMAM (planos de manejo da APA do Maciço Central e PEFG), quanto na sede do Parque Estadual da Fonte Grande (plano de manejo do PEFG), possuem, em suas páginas, as “regras” da APA e do parque.

Voltando à Latour, entendo que essa tentativa moderna, adotada pela PMV e ambientalistas de Vitória, de purificação dos domínios natural e humano fracassou através de seu efeito colateral mais indesejável: a proliferação do híbrido, nem totalmente natural nem totalmente social, nos fazendo questionar sobre o êxito da radical separação entre natureza e sociedade (LATOURE, 1994). Esse fracasso pode ser visto como evidência de uma modernidade mal-sucedida que não foi capaz de se realizar no Campinho, haja vista que o projeto civilizador da PMV, da Agenda 21, Vitória do Futuro, Zoneamento Ecológico-Econômico, PDU, Programa Terra Mais Igual, ZPAs, não deu conta de resolver nem seu viés “verde” (não consegue resolver o caso do Campinho), muito menos trazer cidadania para todos (não consegue resolver o caso do Campinho).

Neste contexto de modernidade inacabada (*Ibidem*), o Campinho se apresenta como um híbrido de natureza e sociedade na paisagem purificada pela PMV através de seus diversos programas e instrumentos legais, uma zona de ambiguidades e incertezas entre a área protegida (natureza) e a cidade formal (sociedade), um híbrido que não é contemplado nem pela conservação nem pela cidadania, ainda que a PMV continue insistindo na separação entre bio e sociodiversidade - que por sua vez é ocultada pela homogeneização da pobreza através do Programa Terra Mais Igual - mantida como dicotomia, a custo de muito trabalho de purificação (*Ibidem*).

Aqui ninguém pode fazer mais nada, fazer casa, nada, mas no Fradinhos pode subir na mata adentro fazendo casa. Só os pobres não podem fazer né? Os ricos têm dinheiro né? Pagam né? Fazem o que querem né? Pobre não tem dinheiro pra pagar, então tem que sair né?

Inácia Maria dos Santos, 85 anos, moradora do Campinho⁴⁴

Capítulo 2: Seguindo os atores em seus “laboratórios”⁴⁵

Nos escritórios e nas trilhas

Uma característica peculiar do Parque Estadual da Fonte Grande é o fato de ser composto por duas seções, as áreas A e B. Desde que conheci o Campinho em 2008, sentia a necessidade de entender porque o parque fora criado dessa forma, qual a intenção nisso. Precisava também compreender quais eram as representações dos ambientalistas e da SEMMAM sobre o PEFG e a APA do Maciço Central, bem como porque o coletivo que morava entre as duas áreas do PEFG deveria sair dali para unificá-las.

Desta forma, tendo como inspiração o livro *Ciência em ação* de Bruno Latour, onde o mesmo seguiu cientistas e engenheiros sociedade afora (LATOURE, 2000), passei a seguir ambientalistas e técnicos ambientais, sociais e urbanísticos em caminhadas e escritórios afora.

⁴⁴ Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2009.

⁴⁵ Na década de 70, ao lado do sociólogo inglês Steeve Woolgar, Bruno Latour realizou uma etnografia de dois anos no laboratório de neuroendocrinologia do Instituto Salk, na Califórnia, Estados Unidos (LATOURE *et al.*, 1997), onde passou a seguir os cientistas assim como se etnografasse qualquer outro coletivo: “se os cientistas, que seguimos como se fossem sombras, entram em laboratórios, então também temos de entrar, por mais difícil que seja essa etapa” (*Idem*, 2000, p. 106). Aqui, muito mais que um lugar “em que se encontre um instrumento ou que reúna vários deles” (*Ibidem*, p. 115), o autor, a partir de uma perspectiva simétrica, entende o laboratório como onde se constrói a ciência, não importando a ciência acabada e justificada por seus sucessos, mas a ciência em construção, no momento da sua elaboração (*Ibidem*, p. 17), sendo importante seguir os cientistas, já que a ciência está fundada sobre uma prática, e não sobre ideias.

Cena 2: Em outubro de 2012, depois de muita insistência, finalmente consegui entrevistar a coordenadora administrativa das unidades de conservação da PMV⁴⁶, e realmente não foi fácil chegar a esse “laboratório” (LATOIR, 2000) dos técnicos ambientalistas de Vitória, muito menos conduzir a entrevista. Essa experiência revelou o receio de gestores e técnicos do poder público municipal em fornecer informações, dialogar, se posicionar, se expor; não é à toa que não se discute sobre alternativas ao conflito socioambiental no Campinho, nada avança sobre esse tema, há muito tempo engessado dentro de mais uma caixa-preta (*Ibidem*).

Em meio à grande quantidade de mapas, legislação ambiental, relatórios de controle e monitoramento, na Coordenação Administrativa das Unidades de Conservação (CAUC), ao ser indagada sobre a importância da APA do Maciço Central para a SEMMAM, e sobre o que ela representava, a responsável respondeu que existem “objetivos próprios de APA, que é proteger a biodiversidade biológica, conforme o Artº 15 do SNUC (BRASIL, 2000). Você tem os objetivos gerais e específicos da APA, onde você pode fazer um ordenamento de usos, ocupação e de atividades”.⁴⁷ Insisti na pergunta, dando como exemplo uma engenheira florestal do mesmo CAUC que, em reunião na P3 em janeiro de 2010 sobre o Campinho da Fonte Grande, disse que o Maciço Central representava o “pulmão de Vitória”, e que, devido à sua importância, a SEMMAM não abriria mão desse “órgão vital”, devendo ser retiradas todas as famílias que morassem em sua área, inclusive os moradores do Campinho. A coordenadora do CAUC me respondeu que sua “importância está em disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais, essa que é a importância da APA do Maciço Central, conforme o Artº 15 do SNUC, a Lei nº 9.985 (*Ibidem*), essa é a importância de sua criação lá em 92, ter como fazer um planejamento ambiental de toda a área”.

O que num primeiro momento foi uma surpresa, já que esperava uma resposta mais próxima ao “pulmão” da engenheira, logo em seguida pude entender o que exatamente representava o Maciço Central para ela e a SEMMAM. No ordenamento

⁴⁶ Foi a única entrevista que consegui junto aos técnicos da SEMMAM, já que não tive retorno da gerente de controle e monitoramento e da secretária de meio ambiente do município.

⁴⁷ Entrevista concedida em 19 de outubro de 2012.

territorial de uma “área verde”, com todos seus objetivos, proibições, programas, etc., não havia lugar para nenhuma referência simbólica a algum animal, planta ou órgão vital, mas somente a carga do simbolismo de uma *wilderness*, o mito da natureza intocada, onde os animais e plantas estavam “protegidos” dos humanos, não havia lugar para a presença desses, muito menos uma noção de como lidar com essa presença. Relato agora mais um trecho da entrevista:

Eu: Qual a importância do PEFG para a SEMMAM, o que ela representa?

Coordenadora do CAUC: A conservação e a educação ambiental para essa área.

Eu: Por que unir as duas áreas do Parque?

Coordenadora do CAUC: Para ter uma gestão efetiva. Sendo uma área pública poderia trabalhar com educação ambiental e outros programas, como recuperação da área, por exemplo. Uma cobertura vegetal você já tem, o que falta mesmo é essa possibilidade de uma atividade mais integrada na área.

Eu: O que fazer com as famílias?

Coordenadora do CAUC: Aí tem que ver o que pode ser feito, não existe uma definição não, tem que ver o que é melhor, se remaneja a população.

Diante de vários mapas e informações que seriam enriquecedoras para a pesquisa, a coordenadora do CAUC afirmou que não poderia liberá-los. Seu poder em relação ao fornecimento de informação pública demonstra muito bem o tipo de relação assimétrica (LATOUR, 1994) que os gestores públicos estabelecem com os pesquisadores, sendo similar a assimetria que estabelecem, por exemplo, com os moradores do Campinho, já que os engenheiros, arquitetos, geógrafos, biólogos, etc. da PMV ditam, em seus escritórios repletos de legislações, relatórios, projetos e mapas, o que pode e não ser realizado num determinado lugar, e/ou se as faxineiras, pedreiros, jardineiros, vigias, estudantes, etc. moradores do Campinho podem ou não continuar vivendo nesse lugar.

Voltando à biblioteca da SEMMAM, o vice-presidente da AAPFG relatou que o PEFG ficou dividido entre as áreas A e B por uma motivação estratégica, para não gerar conflitos com o coletivo que residia no Campinho:

(...) quando a gente delimitou a área do PEFG, e eu falo isso na primeira pessoa, a gente procurou estabelecer uma estratégia que não conflitasse com as pessoas que ali residiam, porque eu não

queria conflito na criação de um parque de tamanho porte. Se eu já tinha dificuldades administrativas internas de aceitação, ainda ia querer a comunidade contra mim? Seria um tiro no pé. Estrategicamente eu recortei o limite do parque da Fonte Grande na área B, que limita com os fundos dos quintais das pessoas, propositalmente para não criar conflito nenhum.⁴⁸

No entanto, no Plano de Manejo do Parque está bem clara a intenção de conexão dessas duas áreas. Em diversos mapas do PEFG representados nesse documento, como a figura 8 abaixo, a imagem do parque é conectada, sem a separação existente, ou sem as cores correspondentes à legenda do mapa, mas com um tracejado indicando a conexão.⁴⁹

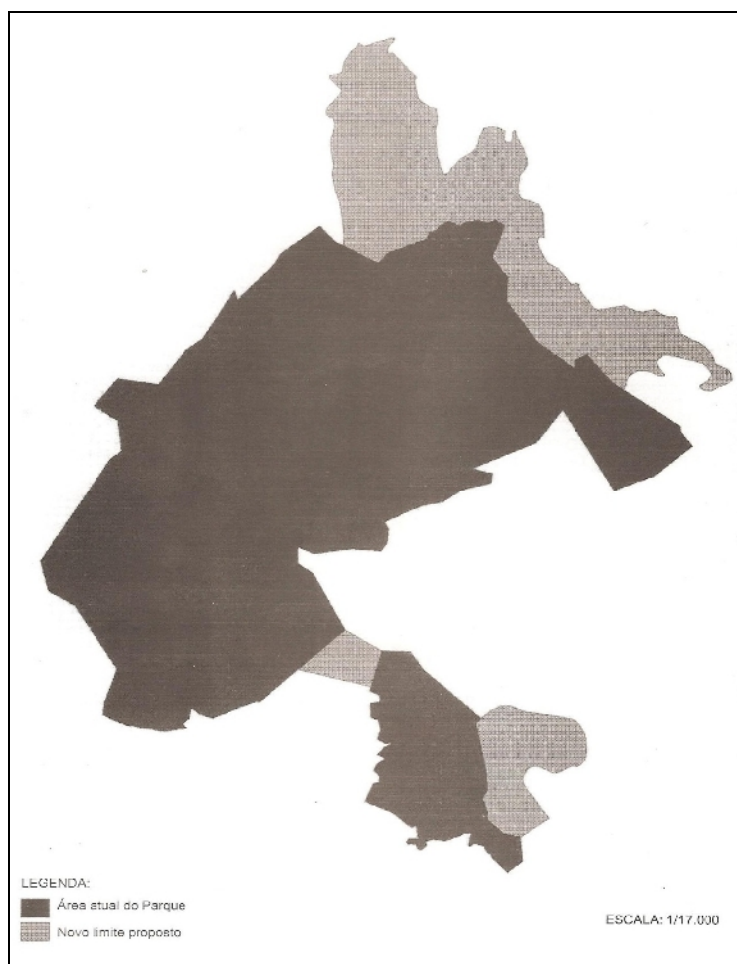


Figura 8: Mapa de redelimitação do PEFG
Fonte: SEAG-IDAF *et al.*, 1996, p. 40

⁴⁸ Entrevista concedida em 14 de novembro de 2012.

⁴⁹ Esses mapas são: mapa de localização do PEFG (página 12); mapa planialtimétrico (página 15); mapa de solos (página 17); mapa de vegetação (página 19); mapa de uso atual do solo (página 27); mapa de zoneamento da APA (página 32); situação fundiária (página 33); mapa de paisagem (página 36); mapa de redelimitação (página 40); e o mapa de zoneamento (página 41) (SEAG-IDAF *et al.*, 1996).

Conforme representado acima, no item “redelimitação da área do parque” do Plano de Manejo, são apresentadas três novas áreas, uma a nordeste do PEFMG, outra a leste da área B, além da área do Campinho da Fonte Grande, esta “com a finalidade de criar um corredor ecológico entre as áreas distintas, além de facilitar a fiscalização da UC” (SEAG-IDAF *et al.*, 1996, p. 39). Com a incorporação dessas áreas, que somam cerca de 43 hectares, o PEFMG passaria a ter 261 hectares.

A estratégia de unir os dois lados do PEFMG também está evidenciada no item *Caracterização ambiental do Dossiê Poligonal 3: relatório de atividades out/98 a dez/99*, elaborado pela Diagonal Urbana Consultoria Ltda., onde aparece a seguinte justificativa à união entre as duas secções do parque:

a cobertura vegetal encontrada na Poligonal 3 é diversificada, podendo-se encontrar desde pasto, pomares e árvores frutíferas isoladas até diversificados estágios sucessórios de mata secundária. A vegetação primitiva encontrada restringe-se à vegetação rupestre, entretanto, **as manchas remanescentes de mata secundária representam importante patrimônio natural, ainda quando associadas à área de entorno, podendo vir, futuramente, a constituir um corredor ecológico de ligação entre as duas unidades do Parque Estadual da Fonte Grande** (DIAGONAL, 1999, p. 17, grifo nosso).

Em 2010, o então secretário de meio ambiente da PMV, Roberto Mannato Valentim, demonstrava que essa intenção em se conectar áreas de parque não ficaria restrita apenas ao PEFMG. Em entrevista ao jornal A Gazeta, de 09 de maio de 2010, cujo título da matéria já anunciava que “Cinco parques e uma reserva⁵⁰ **vão ser unificados**” (FERNANDES, 2010, grifo nosso), Roberto Mannato Valentim adverte: “dezenas de desapropriações serão promovidas nos próximos anos pela PMV nos morros de Vitória”. Ainda segundo o então secretário, esses parques e a reserva estão separados por áreas privadas, “fruto de invasões onde as famílias construíram suas habitações”, sendo que “parte dessas famílias já está sendo comunicada pelos técnicos da PMV de que residem em AIA e que vão precisar deixar a região”, sendo

⁵⁰ Parque Municipal de Tabuazeiro, Parque Estadual da Fonte Grande, Parque Pedra dos Olhos, Parque Natural Municipal Vale do Mulembá, Parque Gruta da Onça e Reserva Ecológica Pedra dos Olhos, ambos os últimos compondo a Área de Proteção Ambiental do Maciço Central.

que no caso das famílias que vivem no Campinho, no alto do morro da Fonte Grande: “não é fácil retirá-las, e elas precisam ser indenizadas”, mas adianta que “é um trabalho em curso”, sem, no entanto, estabelecer prazos.

Segundo o vice-presidente da AAPFG, a ideia de se agregar várias “áreas protegidas” numa única e grande unidade de conservação é fundamentalmente de caráter econômico, para reduzir os gastos da municipalidade, mas operacionalmente geraria uma relação de incompatibilidade, já que cada parque fora criado dentro de um contexto ambiental e social:

assim, o parque de Tabuazeiro é o parque de Tabuazeiro e não o parque da Fonte Grande, a Gruta da Onça da mesma forma, o parque lá do Mulembá do mesmo jeito, ou seja, a APA é a fusão de todas as unidades, **mas qual relação que ela tem com o morador? Nenhuma** (grifo nosso).

Além disso, segundo ele, não só o PEEFG, mas todas as UCs do Maciço Central estão conectadas, tanto física quanto biologicamente:

administrativamente falando, eu tenho um limite entre a área A e a área B, e eu tenho um corredor de vegetação formado em parte por exótica e em parte por vegetação natural, em árvores exóticas e árvores nativas. Pergunto: para um passarinho que está na área A ou área B, faz diferença para ele? Um tatu que sai de um lado para o outro faz porque o cachorro que está no terreno da casa de alguém vai comer ele. Para os animais terrestres esse gargalo é prejudicial, agora para os mamíferos saltadores, como o sagui e para as aves não faz a menor diferença.

Já para os humanos também não há a menor diferença, uma vez que essas áreas são recortadas por inúmeras trilhas que as conectam ao Campinho e aos quatro cantos da ilha.

Em finais de 2012 fui ao Núcleo Gestor do Programa Terra Mais Igual - o “laboratório” do Programa - na sede da PMV: o Palácio Municipal, entrevistar a assessora de Projetos Especiais da SEGES e coordenadora do PTMI, dias antes de sua saída da PMV, por conta da troca de prefeito.⁵¹ Segundo a mesma, que

⁵¹ Desde o dia 1º de janeiro de 2013 o prefeito de Vitória é Luciano Rezende (PPS).

trabalhou no “Terra” desde 1999, a discussão sobre a área do Campinho é antiga. Na elaboração do projeto de urbanização em 1999, ao passar pelo processo de licenciamento ambiental da SEMMAM, “o COMDEMA condicionou a licença com aquilo que já estava na área consolidada, não liberou nada acima de uma determinada linha que foi estabelecida pelo COMDEMA, eles delimitaram que daqui para baixo pode e que daqui pra cima não”.⁵²

Estabeleceu-se aqui o limite entre o social e a natureza:

ficou determinado que naquela área do Campinho a secretaria de meio ambiente é quem determina a “linha da vida”, a “linha de defesa da vida”, essa linha delimita para a gente que daqui pra cima não fica ninguém, e daqui pra baixo você faz todo o tratamento necessário para garantir habitabilidade e segurança ao meio e às habitações, ou seja, infraestrutura, drenagem, esgoto, água, acessibilidade, habitação, melhorias, serviços, etc., garantidos daqui pra baixo. Daqui pra cima você vai trabalhar com outras possibilidades, reflorestamento, cercamento, paisagismo, parques, enfim, equipamentos públicos que impeçam a continuidade da ocupação. O “Terra” só entra aqui para ofertar a possibilidade de remoção (indenização, Bônus Moradia e Reassentamento).

Para a entrevistada, a SEMMAM vem liberando as “franjas” do Maciço Central, que são áreas sob responsabilidade do Programa, traçando os limites de ocupação e ao mesmo tempo incorporando o que pretende virá a ser o PEEFG, unindo a Gruta da Onça, a Fonte Grande, a Pedra dos Olhos, Tabuazeiro, até Conquista, ou seja, “a ideia é liberar todo o Maciço Central e garantir o reflorestamento e a recuperação da Mata Atlântica e ao mesmo tempo diminuir as condições de risco geológico dessa região. Segundo ela, a SEMMAM sempre pretendeu unir as duas áreas do parque, antes mesmo do “Terra”, que surgiu com a decisão tomada: “isso é uma decisão antiga, essa intenção vem desde lá de traz, desde o início do ‘Terra’”.

Ao questioná-la sobre a existência de algum documento que atestasse a decisão de remoção das famílias do Campinho por parte da SEMMAM, disse que desconhecia qualquer documento desse tipo emitido por algum secretário de meio ambiente. Conhecia apenas o parecer técnico nº 071/2008 da Coordenadoria de Pesquisa e Monitoramento de Ecossistemas da Gerência de Controle e Monitoramento da

⁵² Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2012.

SEMMAM, datado de 12 de agosto de 2008 e assinado por dois geógrafos, que concluem:

considerados os aspectos envolvidos na análise, ensejada pelo contido no ofício referenciado (Ofício nº 014/2008 do Programa Terra Mais Igual, de 11 de janeiro de 2008, onde a coordenadora do Programa solicita uma definição por parte da SEMMAM sobre o caso), **deve ser mantido o objetivo inicial estabelecido para o local, qual seja, a de remoção de seus ocupantes, permitindo-se, desta forma, a consecução dos objetivos ambientais previstos e projetados para a área** (grifo nosso).

Ou seja, mesmo ciente do encaminhamento para a retirada das famílias do Campinho, a coordenadora do PTMI solicitou à SEMMAM posicionamento oficial para se respaldar sobre o caso, com a intenção de reafirmar a responsabilidade da SEMMAM sobre o remanejamento das famílias do Campinho. Ao indagá-la em relação à remoção ou não das famílias do Campinho, a coordenadora do PTMI, após um instante de silêncio me respondeu:

quem tem que resolver é a secretaria de meio ambiente. O uso e ocupação de qualquer zona de proteção ambiental são de competência da SEMMAM. Podem-se fazer todas as discussões, levar em consideração a questão geológica, social, cultural, todas, mas isso é competência regimental da SEMMAM, ela escuta todo mundo, mas é ela quem define, até porque o COMDEMA cobrará da SEMMAM as ações sobre essas áreas.

Em fevereiro de 2012 a PMV assinou um contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 16.546.000,00 - via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) - além da contrapartida do município no valor de R\$ 2.758.748,88, totalizando um investimento de R\$ 19.304.748,88 para os morros de Santa Clara, Moscoso, Piedade, Fonte Grande e Capixaba, para regularização fundiária, reconstrução e recuperação de unidades habitacionais, indenização, Bônus Moradia, Reassentamento, pavimentação de vias, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e construção de uma praça (PMV, 2012). Ao perguntar se as famílias do Campinho seriam ou não contempladas com melhorias e reconstrução com o PAC2 na P3, a coordenadora do PTMI informou que não estavam previstas essas ações no Campinho:

na hora em que a secretaria de meio ambiente disse que a decisão era pelo uso da área para unificar as duas áreas do PEEG, não se pode fazer nada, apenas ofertar a remoção. As famílias lá de cima, no âmbito do “Terra”, serão contemplados pela oferta de Reassentamento, Bônus Moradia e indenização. Saiu das nossas possibilidades, do ponto de vista do PAC2, o Campinho não será contemplado.

Essa posição foi confirmada pela arquiteta coordenadora da área urbanística do Programa - SEGES/NGT-URB: “pois o Plano de Intervenção foi elaborado considerando a remoção das famílias. Da mesma forma, não estão previstas obras de infraestrutura, recuperação de escadarias e saneamento”.⁵³ Ou seja, a PMV não investirá em obras no Campinho nem em qualquer outra AIA, porque os únicos investimentos que chegarão a essas áreas serão relativos à indenização, Bônus Moradia e Reassentamento, direcionados justamente para a remoção dos moradores dessas áreas, sendo a única possibilidade prevista pela prefeitura para o coletivo. Ao indagá-la ainda a respeito dessa discussão, a entrevistada respondeu que a SEMMAM apresenta argumentos pertinentes, pois “a remoção das famílias é importante do ponto de vista ambiental”, e que julga não ter atribuição técnica para contra argumentar, apenas avaliar quais outros aspectos deveriam ser considerados que não apenas os ambientais:

avalio que a área não seja adequada para ocupação e que seu adensamento deveria ser impedido. Trata-se de uma área de difícil acesso, com mobilidade reduzida, sem infraestrutura, com moradias precárias, sujeita à incidência de risco geológico e ambientalmente frágil. Cabe avaliar o que seria mais viável, urbanizar a área, mesmo com o risco de provocar o adensamento da mesma (o que não é recomendado), ou estabelecer a linha de remoção e remover as famílias para um local mais adequado.

O posicionamento a favor da retirada das famílias do Campinho também é defendido por uma integrante da diretoria da AAPFG e educadora da Gerência de Educação Ambiental da SEMMAM, que acredita que a união das duas áreas do PEEG seja uma intenção ambientalmente interessante:

pois criaria possibilidades de uma maior rede de proteção para a fauna e a flora. **Áreas pequenas e ilhadas, sem conexão, possuem baixa biodiversidade,** dificuldade de

⁵³ Entrevista concedida em 02 de janeiro de 2013.

reprodução das espécies e grande chance de se tornarem no futuro pequenos espaços paisagísticos sem vida (grifo nosso).

A entrevistada afirmou ainda que a situação das famílias que ali vivem “é de muita fragilidade e as condições de moradia também são causadoras de muitas doenças recorrentes e comprovadas pela unidade de saúde local”, por isso ser importante também que saiam dali para uma situação habitacional melhor.

Buscando seguir os atores dessa rede, fui, já em janeiro de 2013, ao bairro de Fradinhos entrevistar o presidente da AAPFG, empresário, educador ambiental e membro do COMDEMA. Para o presidente da AAPFG, o que estaria em jogo seria de um lado a motivação individual das pessoas que moram ali (“continuarem morando no Campinho”) e de outro o interesse coletivo (“conexão das duas áreas”), já que essa ação “é para o bem coletivo da cidade e para o bioma Mata Atlântica, não é para o interesse de Zezinho, ou Pedrinho, ou Paulinho”.⁵⁴ O ideal preservacionista, que sempre reafirma a separação natureza x sociedade, é transferido para toda a cidade de Vitória como justificativa poderosa para se conectar as áreas e retirar as famílias: “vai falar mais alto o interesse da cidade, que é esse patrimônio genético, para a restauração ambiental, a circulação das espécies, a ligação de todos os parques, isso é importante”.

Ao destacar uma peculiar “identidade ambiental” de Vitória, o presidente da AAPFG afirma “somos uma cidade com características *sui generis* do ponto de vista ambiental, por ser uma capital, por ser uma ilha, por conseguirmos manter uma conexão vegetal de Mata Atlântica em toda a ilha, os remanescentes estão todos ligados, isso é muito bom”. O entrevistado exaltou ainda um pretenso ideal de sustentabilidade presente na ilha, pois “é bacana para a cidade do ponto de vista da imagem dela, do posicionamento dela, até mundial, em relação a uma “cidade sustentável”, que é o sonho de todos hoje”. Nesse sentido, se posiciona de forma contrária à presença humana no PEFG, mesmo admitindo que os moradores “perderão seu vínculo sociocultural com o lugar” - haja vista que esse não deva representar para a AAPFG um interesse coletivo -, pois acredita que é importante a conexão de suas áreas A e B, em decorrência das espécies endêmicas que, para o

⁵⁴ Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2013.

presidente da AAPFG estariam, supostamente, sendo comprometidas pela presença humana entre elas:

acredito que o Estado tem o papel e a obrigação de criar as melhores condições para que essas pessoas sejam remanejadas do local. Sou favorável à posição da SEMMAM em unir as duas áreas do PEFMG, se passasse pelo COMDEMA eu votaria a favor. Até porque essas pessoas não seriam simplesmente retiradas e jogadas a esmo (...), não vão ficar com fome, não vão ficar desamparados, ao relento. Hoje a civilidade, as leis, a constituição lhes dão o direito de serem amparadas.

Voltando à entrevista com o vice-presidente da AAPFG, no mesmo tom do presidente, o mesmo admite a antiga presença de moradores no Campinho, mas prefere a união das áreas do PEFMG e a retirada do coletivo, embora também entenda que não seja imprescindível:

a conexão da área A com a área B do Parque da Fonte Grande é importante? É. Mas ela é imprescindível? Não, não é imprescindível. E isso tem rebatimento que é a pergunta: e você acha que o pessoal deve continuar morando lá? Não, eu não acho. Não acho que as pessoas deveriam continuar morando lá. **Ah, porque eu gosto muito daqui, eu moro aqui há cem anos, eu estou aqui desde a Colonização.** Realmente existem imagens, fotografias, que mostram que a ocupação ali é muito antiga, desde o final do século XIX, e estão lá mesmo. Mas do ponto de vista da gestão da UC seria mais adequado que as pessoas não ali residissem (grifo nosso).

Além de assumir essa posição autoritária e dogmática, prevalecendo aqui um único e exclusivo ponto de vista: a retirada do coletivo deixa claro o papel do Programa nesta política municipal de ordenamento territorial: “as pessoas deveriam sair de forma progressiva, como é objeto do ‘Terra’, que está em andamento nesse sentido, **existe uma política de expulsão das pessoas de lá**” (grifo nosso). A retirada se daria de acordo com o Programa, dada a destinação combinada através da opção de cada um. Agora, a destinação das propriedades, depois de desapropriadas: “vão passar por um processo de remoção progressiva das espécies exóticas com o plantio das espécies nativas para melhorar a conexão do ponto de vista biológico”. O entrevistado conclui seu pensamento admitindo que somos “nós” quem criamos essa lógica de limites em relação a “eles”, que serve para justificar aqui sua posição de apoiar a retirada do coletivo:

mas mesmo sendo importante, a conexão não é imprescindível, já que essa é uma preocupação humana, fundamentalmente. Nós humanos estamos preocupados com os bichinhos, com a natureza. Ah, que ele está desconectado, é um absurdo ter a “área A” e a “área B” que não é conectável, mas **essa é uma visão espacial que nós criamos**, é o nosso referencial. Agora, do ponto de vista biológico, o bicho não está sabendo onde ele está, se está na área B, se está no Parque, se não está na área do Parque. Para ele não existe isso, **nós que criamos essa argumentação porque precisamos construir essa lógica espacial para justificar o que estamos fazendo**, mas para o bicho não existe isso, ele não pergunta se está no limite do Parque da Fonte Grande ou não, **a gente que cria isso de aqui começa e aqui termina** (grifo nosso).

Assim, a PMV e os ambientalistas de Vitória, ao adotarem um aparato ontológico de oposição entre natureza x sociedade, patrimônio natural x patrimônio cultural, vão buscando suas “áreas protegidas” como um fim em si mesmo, tendo em relação ao “meio ambiente” um ideal territorializante, de controle, de ordem, sendo esse seu aspecto simbólico, o fato de materializarem uma luta ambiental num território destinado exclusivamente à conservação da fauna e flora, sem a presença humana, a (re)encarnação da *wilderness*. Dessa forma, mesmo que na criação das linhas de AIA, área A e B do PEFG, ZPA 1, 2 ou 3, ZREC 1, ZCVS 1 ou ZUR não se tenha repercussões no dia-a-dia dos “bichinhos”, o mesmo não se pode dizer em relação aos moradores humanos dessa ilha, como no Campinho da Fonte Grande.

Nas escadarias, casas e campo de futebol

Seguindo o coletivo nas escadarias, rampas, casas, terreiros, campo de futebol pela Fonte Grande afora (LATOURE, 2000), esse me passou uma visão muito diferente daquela apresentada pelo poder público e pelos ambientalistas sobre o que representaria o PEFG, o Campinho, as matas, suas nascentes e trilhas. A representação de um coletivo que está nesse território há várias gerações, que com seu conhecimento tradicional cuida, vivencia e mantém uma forte relação de pertencimento com o mesmo. E ainda que o ordenamento territorial interfira no seu dia a dia, o coletivo não aceita passivamente, muito pelo contrário, se utiliza de várias formas de resistência (SCOTT, 2011; *idem*, 2002) contra as investidas do poder público municipal.

Em diversas reuniões na PMV sobre a situação do Campinho partia-se do pressuposto de que o coletivo estava dentro do PEFG e deveria sair de lá, ideia que, passada várias vezes como um mantra, as pessoas passam a adotar como uma verdade. Nessas pedi a palavra para fazer uma redelimitação geográfica entre os limites do Campinho e o do PEFG, também realizada em outra ocasião por uma integrante do coletivo: “eles diziam que a gente morava no parque, só que estive no dia da inauguração e olhei o mapa lá, nós somos vizinhos do parque, não estamos no parque” (Maria Santos de Moura, 42 anos).⁵⁵ Maria, filha de dona Inácia - a matriarca da família Moura, conhecida como “os índios” do Campinho - se apresenta afirmando “sempre morei aqui, sou nascida e criada aqui” e que em sua infância brincava de balanço nos cipós da mata, coisa que seus filhos não fazem, já que a mata, mesmo próxima, agora é parque.

Além de não estar no PEFG, e embora seja “vizinho” do mesmo, o coletivo percebe um distanciamento do parque, como demonstra o também filho de dona Inácia, José Manoel de Moura Filho, 43 anos, mais conhecido como Juca:

não existe interação entre o PEFG e os moradores do Campinho, não existe proposta nenhuma deles, de educação ambiental, de nada, nem sequer apresentaram alguma proposta (...). Já pedi no Orçamento Participativo curso de educação ambiental para as crianças, principalmente pras crianças que moram lá em cima, pra num futuro próximo eles ajudarem também a preservar a área, entendeu? Pra se acontecer a permanência da gente, eles já estarem cientes da preservação da área, mas também não houve sucesso nenhum não, não houve não (...). Os jovens de hoje tem consciência ambiental sim, mas tem que dar um empurrão, tem que focar bem eles.

O mesmo distanciamento por parte do PEFG, o coletivo sente em relação ao Programa Terra Mais Igual e à PMV de forma geral, como demonstram as narrativas dos moradores:

o “Terra” não faz nada aqui, porque eles querem o nome da gente, pra quê? Eles vêm aqui e leva o nome da gente, pra que eles querem? Eles não fazem nada. Tem muitos anos que falam que vão tirar, mas tiram coisa nenhuma, não tira nada não, há muito tempo a

⁵⁵ Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2009.

gente mora aqui e eles falam isso, mas não tiram não, não sai ninguém daqui, só falam (Inácia Maria dos Santos, 85 anos).⁵⁶

Parece que não são seres humanos, as pessoas que estão lá em cima, estão sendo totalmente desrespeitadas, entendeu? Minha prima teve aqui e falou: “poxa, Maria, tem um tempão que eu estou sem luz lá em cima. Tem que subir cedo, porque está sem luz lá em cima”. Quer dizer, não foi resolvido até hoje. É por isso que quando o pessoal da prefeitura vem na minha porta eu sou ignorante. De conversa fiada eu já estou cheia. Não gosto nem de conversar não (Maria Santos de Moura, 42 anos).⁵⁷

Aqui em cima nós somos invisíveis (...) porque eles, os poderosos, não definem logo a nossa situação? (Maria da Conceição dos Santos, 42 anos).⁵⁸

Não esquentam a cabeça porque aqui só tem cachorro, porque pobre pra eles é cachorro. (...) A prefeitura devia abrir o jogo, nós não vamos tirar vocês, ou vamos tirar, seria uma coisa mais honesta com a gente, mas até agora é entrevista, entrevista, entrevista e coisa mesmo que poderia nos satisfazer, nada (Ezequiel Vitor de Souza, 68 anos).⁵⁹

A prefeitura prometeu isso e aquilo, mas até agora nada, moro nesta casa com esta “descaída” perigosa e não fizeram nada, tem mais de trinta anos que eu pago imposto e a prefeitura não faz nada pra gente (Expedita Pereira da Silva, 78 anos).⁶⁰

A única coisa que a gente escuta sobre área de interesse ambiental é quando a gente vai no “Terra” e eles dizem: “a casa ou o terreno de vocês está em área de interesse ambiental e a prefeitura quer tirar porque vai ter um remanejamento”, e é por aí, é só isso mesmo, é só falar que vai ter que sair (Juca, 43 anos).⁶¹

Os moradores relatam que passaram a entender que ali se transformara em AIA com o tempo, com as proibições, e que não houve um processo de esclarecimentos por parte da PMV. Clarice Ana Pereira de Almeida, 30 anos, também nascida e criada no Campinho, contou que passou a entender que ali era uma área de interesse ambiental a partir do momento em que toda vez que cortava um galho de uma árvore os fiscais do PEFG desciam e informavam que não podia fazer aquilo: “quando eu cortei essas daqui, não sei como eles não desceram. Mais eu cortei, e descendo eu ia cortar do mesmo jeito, tava quebrando minha *eternit* toda. Quebrou

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ Entrevista concedida em 02 de julho de 2011.

⁵⁹ Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2009.

⁶⁰ Entrevista concedida em 16 de janeiro de 2009.

⁶¹ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

a primeira vez, aí colocou de novo, depois quebrou, nós colocamos de novo, aí nós pegamos e cortamos”.⁶² Já outra moradora do Campinho, Juliana Galante Dias, 35 anos, lembrou da delimitação da linha de AIA com estacas realizada pela PMV: “(...) isso é de pouco tempo. Eles colocaram uns negócios de ferro (...) não pode construir. Tanto é que o barraco do meu irmão lá (Admilson Galante Dias), se derrubar, não pode construir casa. Aí nós ficamos sabendo, mas antigamente eu não sabia de nada disso não”.⁶³

Seu Dino, cachoeirense de 60 anos que chegou ao Campinho em meados da década de 60, ao ser indagado se sabia que ali se tratava de uma área de interesse ambiental, respondeu deixando muito claro quem chegou primeiro, eles ou o “meio ambiente”: “eu sei disso, mais quando a gente veio pra cá não tinha nada disso, né”?⁶⁴ Já seu Ezequiel Vitor de Souza, 68 anos, há pouco mais de uma década no território, disse que “por alto eu sabia, mas não acreditava não, porque via que tinha pessoas que moravam há sessenta anos, então eu acreditava que nunca ia chegar ao ponto de tirar o povo daqui, que até hoje eu tenho dúvida se a prefeitura vai tirar”.⁶⁵

Esse “meio ambiente” que chega ao Campinho da Fonte Grande na década de 80, respaldado por um conjunto de “leis ambientais” e de ordenamento territorial, e materializado na criação do PEFG em 1986 - que imprensava um território tradicionalmente ocupado por suas duas áreas - chega interferindo e transtornando a vida cotidiana desse coletivo, com seus limites impostos, proibições e regras, desconsiderando que há muito tempo eles já estavam morando lá:

hoje eles ficam criando, falando que esse parque é deles, que as pessoas que moram ali não tem direito a nada, numa área em que eles estão chegando agora e criando isso aí. O que eles fazem com a gente é a mesma coisa de eu chegar na sua casa, no seu terreno, e falar “isso aqui é meu e você não tem mais direito, você sempre cuidou daqui mas agora quem vai tomar conta sou eu”, porque pela idade do parque, é bem diferente da nossa existência aqui, você vê, eu nasci em 69, o parque é de 86 né? A minha juventude toda foi ali

⁶² Entrevista concedida em 20 de outubro de 2012.

⁶³ Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2009.

⁶⁴ Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2009.

⁶⁵ Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2009.

antes da criação do parque, e depois que foi criado tirou a minha liberdade naquela área ali (Juca, 43 anos).⁶⁶

O parque é representado e vivenciado de formas distintas: enquanto para o coletivo o parque era morada (lugar de reprodução de vida e terra de trabalho) e passou a representar uma ruptura na vida social (na delimitação de espaço e na privação de práticas como caça, coleta e agricultura), como narrado por seu Júlio, morador do Campinho de 78 anos:

a gente trabalhava, roçava, fazia o diacho. Depois foi que veio este negócio de 'IBAMA' e trancou tudo que ninguém pode mais fazer nada. A mata era mata, a terra era terra (...). Tão querendo tirar a gente pra emendar tudo ao parque. (...) O parque não vem aqui pra falar com a gente, só os guardas falando pra gente não mexer no mato (...) quando eles vêm aqui, param pra tomar um café, pegar uma jaca, umas frutas e vão embora (Júlio Nascimento Brito, 78 anos) (FIGUEIRA, 2010).

Já para o poder público municipal e os ambientalistas preservacionistas o parque é o espaço de reserva ambiental, de natureza que deve ser intocada, é o “pulmão de Vitória” e retirar os moradores do local torna-se a única alternativa, alegando uso indevido dos recursos e negando que os moradores do local gerenciaram uma apropriação do espaço “sustentável”.

Num conflito de interesses e perspectivas entre esses atores, a ameaça constante de remoção e remanejamento - sustentada no discurso da PMV pela demanda de conservação dos recursos naturais - gera, no coletivo, insegurança e instabilidade. A área ocupada há gerações “virou” parque, e não se pode mais caçar, coletar ou plantar. Os recursos naturais foram delimitados e nem mesmo sobre o espaço da casa eles têm mais controle e autonomia, visto que há uma proibição relativa à construção ou reforma dos imóveis por estarem, segundo a PMV, localizados em AIA, ZPA e APA do Maciço Central.

⁶⁶ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

A relação com o território transcende os limites impostos pela PMV

Mergulhando nos vínculos sociais, simbólicos e rituais que os moradores mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos, elemento fundamental dos territórios sociais (LITTLE, 2002), as narrativas do coletivo - apresentadas tanto durante o trabalho de campo etnográfico para a elaboração do relatório para a PMV (2008 - 2009), quanto no período atual (2011 - 2013), quando ainda ocorreu a elaboração da cartografia social - falam de memória do lugar, alianças, estratégias de resistência, do trabalho e das formas de sociabilidade que funcionam como mecanismos (e instrumentos) de negociação, de pertencimento e de identificação do grupo (FREITAS *et al.*, 2011).

Nesses cinco anos de convívio com o coletivo, esse sempre deixou muito claro sua relação com o território, do qual cuidava porque se sentia parte dele, como demonstra em suas narrativas:

não acontece desmatamento há muitos anos, há quarenta e poucos anos ou mais não acontece mais aí. (...) Quem chegou desmatou para morar e ficou naquele terreninho ali, ninguém tirou mais nada. (...) Hoje ninguém desmata, hoje ninguém entra em área do parque, é o mato que está entrando nas propriedades, porque a gente não pode limpar, quando ali foi desmatado ali nem era parque, ainda nem existia parque, eles criaram esse parque há vinte e poucos anos, de qualquer forma é bem recente pra nossa existência ali (Juca, 43 anos).⁶⁷

Teve gente querendo cortar as mangueiras, mas eu falei 'não corta não, aquelas mangueiras ali foram plantadas pelo meu pai', quando eu nasci já tinha mangueira ali (...). A prefeitura veio aqui na época e avaliou em vinte mil porque tinha plantação, minha mãe plantava naquele terreno lá em cima, onde tem as mangueiras, as jacas (...) aquele terreno é herança do meu pai (...) é por isso que eu firmo o meu propósito com Deus. Eu tenho (horta), está escondida, tem taioba, pimenta, manjerição, tem saião, tem boldo (...). Eu fui criada com o meu pai, eu aprendi com ele (...) era uma boa pessoa, contava história, nas noites de lua cheia, me chamava para ouvir e cantava também (Eralda Lopes, 65 anos).⁶⁸

Eu acho, assim, a união faz a força, na época em que estava chegando a seca (...) depois limparam tudo, deram uma geral, aí

⁶⁷ *Idem.*

⁶⁸ Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2009.

depois a água veio brotando de novo nas nascentes (Maria da Penha Samora, 65 anos).⁶⁹

É preservar a mata, certo? Isso aí eu sempre cultivo bastante. Cuido bastante das plantas, estão aí (...). Tem limão, laranja, jaca (...) amora, manga (...). Qualquer tipo de remédio eu tenho. Tem acerola também (...). Eu dou, quando alguém chega aí, eu dou. Vender, eu não gosto de vender nada não (Lauro Lírio Falcão, 51 anos).⁷⁰

A única coisa que nós temos aqui. Muita fruta (risos), manga à vontade, jaca tá estragando aí. Fatura! (...) Tem pé de acerola, banana, tem jaqueira que tá crescendo agora. Eu não gosto de cortar árvore não, fico com pena de cortar uma árvore (Fernando da Vitória, 55 anos).⁷¹

Tem pé de banana, tem acerola, tem um monte de pé de fruta lá. Tem pé de fruta, tudo da época da minha mãe (...). Minha avó plantou, o pé de banana, o pé de amora que tem lá foi meu avô que plantou, o pé de carambola. Tinha mais, porque no dia que eles colocaram aquela torre ali, eles cortaram muita árvore, sem a autorização da minha avó, do meu avô (Juliana Galante Dias, 35 anos).⁷²

O pessoal sai do morro e morre, por isso que eu não quero sair do morro (Antonio Romualdo, 60 anos).⁷³

As narrativas dos moradores reforçam seu pertencimento ao lugar e são enriquecidas pela referência constante a acontecimentos que estabelecem uma relação dialógica entre presente, passado e futuro (SOUZA *et al.*, 2010). Fazem referência aos “bons tempos” do Campinho, quando tinham diversas plantações no alto do morro, como no caso de dona Mauride de Oliveira Lemos, 55 anos, que hoje está morando numa casa na Fonte Grande, na divisa com a Piedade: “(...) nós plantamos muita coisa: bananeira, mangueira, acerola, meu marido plantou muita fruta (...). Eu tinha muita galinha (...). Criei pato também (...). Quando eu era pequena era um tempo bom, muito bom”.⁷⁴ Já dona Joélia Vitorino dos Santos, 52 anos, baiana que chegou ao Campinho “há mais de vinte anos”, conhecida no morro como “cabocla”, complementava o sustento da família com aquilo que cultivava no quintal de sua casa:

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2009.

⁷¹ *Idem.*

⁷² Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2009.

⁷³ Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2009.

⁷⁴ Entrevista concedida em 07 de janeiro de 2009

esse quintal era todo plantado, até horta eu já tive aqui. Aqui eu tinha horta de alface, coentro, salsa, tempero, eu não comprava. Já vendi muita cana aqui, pra sobreviver, dava cada cana imensa (...). No dia que eu saí daqui, no outro dia, vieram aqui e acabaram com tudo. Eu criava muita galinha, eu gosto de criar galinha (...). Esse quintal meu era muito bom, hein? Tinha capim cidreira que eu trouxe da Bahia ali, aqui tinha muito inhame, de supermercado e de brejo, taioba, já colhi muita taioba aqui, meus meninos desciam pra vender, pimenta cheirosa, poejo, levante. Levante é um remédio que você toma quando você está com uma dor (Joélia Vitorino dos Santos, 52 anos).⁷⁵

Entretanto, dona Joélia não pode dar continuidade a essa atividade desde que se mudou para o morro do Quadro em novembro de 2009, com o Aluguel Provisório da PMV, morando atualmente numa casa sem quintal no bairro Grande Vitória: “lá não tem quintal, se você vê atrás como que tá de lama, porque a enxurrada desce, aí vai jogando aquela terra, não tem? Aí lá não tem quintal, não”.

Em outras instâncias também é possível encontrar referências à relação entre o coletivo e o território. Por exemplo, no plano de manejo do Parque Estadual da Fonte Grande, elaborado em 1996, o item “Uso atual dos recursos naturais da região”, há uma descrição de vários usos que ocorrem nesse território:

agricultura de subsistência: (...) ocorre em toda a região, com relativa frequência e de forma aleatória (...) os habitantes do entorno da UC, utilizam diversos tipos de ervas medicinais encontradas na área, tais como cana-de-macaco (*Alpinia spiralis*), caruru (*Amaranthus flavus*), pau-ferro (*Arauma brasiliensis*), carqueja (*Baccharis crispa*), erva-Santa-Maria (*Chenopodium ambrodioides*), pau-d’álho (*Gallesia quararema*), quebra-pedra (*Phyllanthus miruri*), e outras para cultos afro-brasileiros (SEAG-IDAF *et al.*, 1996, p. 22).

Já no item “Caracterização do usuário da UC” se afirma que “(...) pessoas também utilizam espécies vegetais que ocorrem na área como medicamentos para cura de doenças” (*Ibidem*, p. 30), citações essas que reforçam a existência de usos tradicionais do ambiente e indicam o conhecimento dessas práticas.

A estreita relação com o território ficou muito explícita na construção da *Cartografia Social da Comunidade do Campinho da Fonte Grande*, junto do Projeto de Pesquisa

⁷⁵ *Idem*.

Identities, Territories and Citizenship, no período de 2011 a 2012, onde se pode verificar no ANEXO IV - Comunidade do Campinho da Fonte Grande, que a relação do coletivo com as matas, trilhas e nascentes transcende aos limites impostos pelo PDU, planos de manejo, PTMI, etc. Exemplo disso é o conhecimento espacial do território, com as diversas trilhas que os liga ao Centro da cidade, a bairros como Vila Rubim, Santo Antonio, Fradinhos, Maruípe, São Pedro, dentre outros. Além disso, o coletivo nomeia os diversos atores não-humanos (LATOUR, 2001) existentes no morro associando-os sempre a um acontecimento, uma história, com seus diversos atores, como a fonte do Cajuza, da Bica⁷⁶, Inocentes, Morcegos, Helena, São Benedito, Pedra do Amor, dentre outros.

Durante todo o trabalho de campo iniciado em 2008, diversos moradores demonstraram que discordavam da intenção da PMV de unir as duas áreas do parque e tirar as pessoas de lá, como afirma Juca: “sou contra tirar as pessoas dali, acho que tem que manter o povo ali e reflorestar a área, seria bom pra gente e pro parque também, seria bom, quanto mais árvore plantada melhor, bom pra gente respirar, bom pra gente viver”.⁷⁷ Já Dinho, 34 anos, também nascido e criado no Campinho, acredita que a PMV deveria incentivar a permanência das pessoas, que contribuem para a preservação do território:

eu não acho uma boa ideia tirar as pessoas daqui para unir o parque, muito pelo contrário, eles deveriam é manter essas pessoas, deveriam apoiar essas pessoas, com água, tal, e manter um controle sobre essas pessoas, não deixar construir mais, manter tudo o que está. Mantendo as pessoas, que são antigas, assim como a minha família, os outros respeitam, não invadem, não tiram madeira. Agora se tirar, se vira uma coisa pública, as pessoas não respeitam mais, eles têm essa mentalidade. O parque tem que agradecer aos proprietários antigos daqui de cima como nós, o Gasparini, Zé Ganga, o pessoal do Schneider e outros que mantiveram isso aqui pouco povoado, senão estava tudo tomado, porque naquela época ninguém respeitava nada não, derrubavam a mata, construíam os barracos, invadiam mesmo. Era solto, agora tem mais controle, pode ver que as leis são de 90 pra cá. Se não fossem essas propriedades não teria parque, mas eles não respeitam, eles não têm um bom convívio com a comunidade.⁷⁸

⁷⁶ Também conhecida como Poço das Mangueiras. Essa fonte refere-se ao número 7 no ANEXO IV, e não ao número 2, como indicado.

⁷⁷ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

⁷⁸ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2013.

Maria Santos de Moura relata que o coletivo tem consciência do que a prefeitura deseja: “o interesse é tirar o pessoal lá de cima, eles tem interesse de tirar a gente daqui de cima, mas nós, a maioria, não tem interesse em sair daqui” e acredita na importância dos moradores mais antigos no morro para a preservação do mesmo: “(...) nós não chegamos aqui ontem, nós chegamos aqui tem muitos anos, entendeu? Eu acho que se não fosse nós aqui esta mata já tinha acabado e não existiria mais nada aqui em cima” (Maria Santos de Moura, 42 anos).⁷⁹ Já o pai de Dinho, Nilton Sebastião Lírio, que mora na propriedade há mais de sessenta anos, também defende a importância da ocupação antiga das terras, relatando como ocorreu com sua família. Seu pai, Irico Pinto Lírio, era funcionário público estadual, conhecido como “guarda das matas de Vitória” por não permitir o desmatamento nem a ocupação desordenada do morro:

antes (a propriedade) era até lá em baixo, lá na rua, mas devido à população aumentando, o pessoal foi invadindo, invadindo, aí eu impedi o pessoal entrar. Na época do meu pai também impediu o pessoal entrar, senão tinha barraco até lá em cima nas torres, aí nós não deixamos mais invadir.⁸⁰

Corroborando com essa ideia de que as propriedades e suas atividades foram as responsáveis pela contenção da ocupação na região, o vice presidente da AAPFG, na 12ª Caminhada Ecológica ao Parque Estadual da Fonte Grande, ao relatar sobre a história de ocupação do parque da Fonte Grande, destacou a cafeicultura como atividade de agricultura familiar imprescindível para a preservação da mata do parque:

antigamente se cultivava café debaixo das sombras das árvores, porque o café não era igual ao café que a gente conhece hoje, o café conilon, que tem que ser produzido debaixo do sol, era o café arábica, que só podia sobreviver se fosse plantado debaixo das árvores, então eles limpavam a área embaixo das árvores e plantavam o café, razão porque preservou-se toda a floresta, porque se tivesse derrubado a floresta não teriam plantado o café, então a existência de grande parte da floresta aqui se deve ao café.⁸¹

⁷⁹ Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2009.

⁸⁰ Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009.

⁸¹ Entrevista concedida em 03 de junho de 2012.

Já o plano de manejo do PEEG reforça que a pecuária contribuiu “para evitar a ocupação dessas áreas, que na sua maioria, estão acima da cota de 50 m” (SEAG- IDAF *et al.*, 1996, p. 22). Voltando à entrevista com Dinho, esse ainda mostra preocupação com o que possa acontecer com uma possível conexão entre as áreas do parque, como, por exemplo, o aumento da violência no morro, devido ao abandono do lugar:

pra eles fazerem esta união que estão pensando tem que ser uma coisa muito bem organizada, senão nós vamos virar um Rio de Janeiro aqui em cima, tem que ser muito bem estruturado, não do jeito que estão fazendo, abandonando o lugar, tiram as pessoas e abandonam, como aconteceu com Zé Ganga. (...) de vez em quando nós escutamos tiros de lá.⁸²

Devido à proibição em reformar suas casas, por estarem localizadas em AIA, ZPA, APA, etc., essas edificações estão se deteriorando, principalmente as de madeira e as mais antigas, com grande quantidade de rachaduras, cupins e infiltrações. Muitos moradores lamentam a impossibilidade de efetuar melhorias ou reconstruções de suas habitações por conta da legislação municipal que proíbe qualquer tipo de obra em áreas de interesse ambiental. A percepção dos moradores é que essa proibição veio acompanhada da inserção do Programa Terra Mais Igual no morro. Eles temem realizar investimentos e serem removidos de seus imóveis:

(...) o que eles querem é isso mesmo, deixar cair as casas para sair fora, a gente mesmo tem que se virar, sair de lá porque não tem mais nada, não pode fazer nada lá (Belmiro dos Santos, 71 anos).⁸³

(...) eu tava morando lá em cima ainda, já tinha sido proibido da gente mexer na casa da gente, já tinha sido proibido mexer em qualquer coisa dentro de casa, de construção. Aí que eu falei: “meu filho dorme na cozinha, eu tenho meu quarto e meu filho dorme na cozinha, ele tem condições de fazer um quarto pra ele?” Aí eles responderam que “não pode mexer não, porque já foi mapeada sua casa e tudo mais, se fizer, faz de madeira e tudo mais, não pode fazer de lajota” (Maria da Conceição dos Santos, 42 anos).⁸⁴

O coletivo tem consciência de que existem interesses econômicos e políticos no território em que sempre morou, como relatado por Juca:

⁸² Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2013.

⁸³ Entrevista concedida em 02 de julho de 2011.

⁸⁴ *Idem.*

esse parque recebe uma pressão muito grande daquela associação de amigos, a Associação de Moradores de Fradinhos, entendeu? Aquele pessoal é muito forte, e tem uma pressão muito grande deles de que não aconteça nada pra gente ali, entendeu? Pra você ter uma ideia, tinha uma estrada que ligava Fradinhos no campo e do campo até lá em cima, na torre. Essa estrada com o tempo ficou abandonada e hoje eu já ouvi comentários - eu trabalho naquela área do Fradinhos ali, né? - que quem bloqueou aquela estrada ali, quem não deixou ela ir pra frente foi a Rose de Freitas (deputada federal - PMDB), que mora em Fradinhos, o ex-prefeito também mora lá (os ex-prefeitos de Vitória Vitor Buaiz - PT e Luiz Paulo Velloso Lucas - PSDB). Ela mora lá, ela tem casa ali, agora ela é deputada e mora em Brasília, vem aí de vez em quando, entendeu? Então, é a pressão, por que ela embargou aquela estrada ali? Porque se deixasse aquela estrada ali iria criar um movimento dentro do bairro de Fradinhos, iria tirar o sossego deles né? Mas aquela estrada ali seria bom pra gente, bom pro turista, o acesso pra torre seria mais perto, ia ter muito movimento para acesso ao parque por Fradinhos.⁸⁵

Uma das maiores preocupações do coletivo refere-se ao discurso da PMV que, sob o argumento de ser uma “área de interesse ambiental”, pretende retirá-los do local sem que o mesmo seja incorporado ao Parque, e esse se transforme em alvo de especulação imobiliária, sendo incorporado pelos moradores de Fradinhos:

eu penso assim, pode ser loucura, mas eles querem esta mata. No futuro vai virar só mansão ali, porque só os que tiverem dinheiro, poder, vai ser liberado estrada (...). Por enquanto que só os pobres estiverem lá nada vai ser liberado, imagino, mas depois que saírem os pobres todos de lá, aí pronto, vai virar um segundo Fradinhos (Maria da Conceição dos Santos, 42 anos).⁸⁶

Eu acho que a prefeitura quer fazer a expansão de Fradinhos aqui em cima. Eu acho isso mesmo, sabe por quê? Porque cada dia que você vê mais as casas deles (Fradinhos) estão subindo o morro, chegando cada vez mais perto daqui, eu trabalho lá e vejo todo dia isso. A prefeitura não quer juntar parque não, ela quer juntar é Fradinhos aqui em cima, isso aí é tudo mentira, é só uma desculpa (Bruna Carla de Moura, 24 anos).⁸⁷

Eles estão tirando pra botar os ricos aqui dentro, aqui só vai ter mansão aqui dentro, entende? Depois os pobres vão ficar sem onde morar, só com uma casinha mesmo de morar, não vai ter quintal, não vai ter nada, né? Eu acho que é isso. Construir mansão, igual tem no Fradinhos ali né? Você vê que Fradinhos ali está crescendo, cada mansão mais bonita que a outra ali, o próprio prefeito Luiz Paulo mora ali, mora ali em Fradinhos ele, só vai aumentando as mansões. Vai ter ônibus lá (Fradinhos) em cima, vão asfaltar tudo (...). As

⁸⁵ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

⁸⁶ Entrevista concedida em 02 de julho de 2011.

⁸⁷ Entrevista concedida em 02 de novembro de 2012.

peças não querem sair daqui por isso, porque eles querem pegar da gente e dar pra outras pessoas, vender caro para outras pessoas, entende? O que vai acontecer é isso. As pessoas não querem sair porque aqui vai melhorar com o tempo, vai melhorar aqui, não é pra sair não (Terezinha de Moura Souza, 54 anos).⁸⁸

Isso é coisa de “peixe grande” que quer tirar dos pobres pra dar pros ricos, amanhã ou depois são os ricos que vêm morar aqui nas nossas terras (Nancy Rodrigues de Souza, 74 anos).⁸⁹

Renato Santos, nascido e criado no morro e mestre da banda de congo Vira Mundo, também acredita que a PMV sempre teve a intenção de tirar as pessoas do Campinho para realizar investimentos imobiliários no local:

eles (os ex-prefeitos de Vitória Paulo Hartung e Luiz Paulo Vellozo Lucas, ambos do PSDB) tinham uma proposta de um *resort* (...) É um projeto faraônico que eles tinham de colocar aqueles carrinhos, bondinhos suspensos.⁹⁰

Sobre o *resort* ainda não há notícia, mas neste ano foi aprovado um investimento de mais de 80 milhões de reais provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) para a construção de teleféricos e bondinhos em diversos morros em Vitória, sendo que na P3 há previsão de interligar os morros do Moscoso e Piedade à comunidade da Capixaba, passando pela Fonte Grande (MOREIRA *et al.*, 2013), o que além de melhorar a mobilidade no morro, irá valorizá-lo, se tornando, cada vez mais alvo de especulação imobiliária.

Os interesses pelo lugar são diversos, diversas também são as versões sobre o uso de espaço e sua cosmografia, já que, enquanto o coletivo reforça seu pertencimento e a possibilidade de permanecer no território, os agentes governamentais, representados pelos técnicos da SEMMAM, reafirmam o remanejamento do coletivo como única forma de preservar o “meio ambiente”, onde essa intenção dita ambiental explicita o verdadeiro interesse da PMV e dos ambientalistas, de camuflarem problemas sociais numa “retórica verde”. Aqui, os conflitos de classe ganham novos rótulos e novos discursos reproduzem velhas práticas (FREITAS *et al.*, 2011).

⁸⁸ *Idem.*

⁸⁹ Entrevista concedida em 06 de janeiro de 2009.

⁹⁰ Entrevista concedida em 22 de junho de 2011.

Aqui é bom pra criar a família (...) é só família moradora, de geração a geração. Todo mundo aí é conhecido (...). A mesma conversa que eu falo aqui eles vão falar também: todo mundo prefere ficar por aqui mesmo, a preferência é aqui, entendeu?

Fernando da Vitória, 55 anos, morador do Campinho⁹¹

Capítulo 3: Entre as áreas do parque há um Campinho

Cena 3: Meu primeiro contato com o Campinho se deu em meados de 2008⁹², quando, recém contratado pela PMV, fui escalado para elaborar, junto a uma assistente social da SEGES, também lotada na P3, e um engenheiro civil da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, um diagnóstico das habitações em risco da P3, visando priorizar o processo de retirada dessas famílias em risco - localizadas em AIA ou não - para o Aluguel Provisório, sendo que o resultado dessa atividade, o *Relatório das Famílias em Risco Habitacional - 2008*⁹³, se apresentaria também como um ator não-humano integrante da rede (LATOURE, 2012), uma vez que veio a produzir efeitos na realidade dos moradores da P3 e do Campinho da Fonte Grande.

Essa ação foi crucial em minha relação com o coletivo, já que se constituiu na porta de entrada no campo de estudo (*Idem*, 2000). Além disso, tanto nessa, quanto em todas as atividades que desenvolvi na PMV, eu e a equipe técnica da P3 produzíamos efeitos (*Idem*, 2012) no processo de intervenção do PTMI nos cinco territórios que compõem essa poligonal. Além de atores, todos nós trabalhávamos também como tradutores⁹⁴ (*Idem*, 2000; 2001; 2012), já que estávamos ali para

⁹¹ Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2009.

⁹² O campo se deu nos dias 14, 17 e 24 de abril e 20 de maio de 2008 e constitui-se na identificação das habitações que possuíam algum risco habitacional, seja ele geológico e/ou estrutural, com registro fotográfico das edificações e avaliação técnica dos riscos das mesmas pelo engenheiro civil. O contato com os moradores foi muito rápido, já que o trabalho consistia na tarefa da assistente social indicar as casas que possuíam algum risco aparente para que o engenheiro pudesse conferir e avaliar a existência e intensidade do mesmo, cabendo a mim o registro fotográfico das residências e a elaboração do relatório, ou seja, uma sistematização dos dados de campo, complementadas com as informações já levantadas sobre as famílias, existentes no escritório da P3.

⁹³ Conforme classificação do risco realizada pelo engenheiro da SEHAB, das 96 habitações identificadas, quatorze foram no Campinho, sendo que dessas, sete foram encaminhadas ao Aluguel Provisório para em seguida serem atendidas pelas opções de remoção (Reassentamento, Bônus Moradia ou indenização) (PMV, 2008). No entanto, apenas dona Maria Ribeiro Marinho e sua filha Nailza Marinho Brito foram atendidas pelo Aluguel Provisório.

⁹⁴ Segundo o autor, traduzir ou transladar seria a “interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam” (LATOURE, 2000, p.178).

repassar o significado das intervenções previstas pela PMV, as proibições das AIAs, os riscos de se morar nas encostas, bem como as opções de remoção ofertadas pela SEHAB, estávamos ali para traduzir o PTMI aos moradores. Importante destacar que nessa minha experiência na P3 todas as pessoas que trabalharam comigo na poligonal se mostraram contrárias à retirada das famílias do Campinho, mesmo que suas opiniões não possuíssem efeito sobre as determinações da PMV.

Depois de subir as escadarias acima da Escola de Samba Unidos da Piedade e curvar no Quebra-Dedo⁹⁵, iniciando a subida pela rampa que dá acesso aos dois caminhos para o Campinho - Caminho das Pedras e Escadaria do Céu - decidimos continuar a subida pelo Caminho das Pedras, considerado pela assistente social o caminho mais fácil para os dois “iniciantes”. Já na subida da rampa a paisagem mudou, ficando com mais vegetação e menos casas, vimos a fazenda da família Lírio e seu gado bovino, num cenário que naquele momento me parecia um tanto bucólico para uma cidade tão urbana quanto Vitória, no centro da capital do estado do Espírito Santo.

À medida que íamos subindo, percebia que até a configuração das propriedades era diferente, já que os quintais eram bem maiores que nas casas da parte baixa, como é o caso da propriedade de seu Ezequiel, uma chácara com plantações e criações. Nesse momento o calçamento no caminho já havia terminado, dando lugar às pedras que nomeiam esse caminho íngreme, que oferecem pistas de que se tratava de um caminho d’água, parecendo com um córrego seco, que voltava à sua forma original nos períodos de chuva. Em meio à vegetação fechada do lugar, o calor úmido aumentava, dificultando a subida, principalmente para os iniciantes nesse morro, aumentando também o silêncio, o canto dos pássaros e o lixo espalhado pelo chão.

Lembro que cheguei ao campo exausto, devido ao calor intenso e ao esforço da subida de seus 180 metros de altura. Logo vi uma pedra onde estava escrito “100% NATIVOS”, que, como me explicou a assistente social, se referia ao time do

⁹⁵ O Quebra-Dedo é uma denominação nativa da interseção entre as duas ramificações da escadaria Duntalmo Lopes, acima da Escola de Samba.

Campinho que jogava ali. Atrás de uma das traves do campo de futebol havia no alto o PEFG e suas torres de TV, e no lado oposto do campo, algumas habitações coloridas, parecendo, à primeira vista, fechadas. Próximo à trave desse lado do campo começava o outro caminho de acesso ao Campinho, onde rapidamente prosseguimos o trabalho. Imediatamente me deparei com um barraco verde, de madeira, onde estava escrito: “Nativos: aqui até a tristeza pula de alegria”, era o barracão do time dos Nativos, que, mais uma vez, segundo a assistente social e “guia” dessa jornada, “era formado pelos índios que moravam ali”.

Nesse momento fiquei confuso, e já sabia que muito perguntaria à minha “guia”, já que, na minha primeira semana na PMV, quando permaneci no Núcleo Gestor do Programa Terra Mais Igual, o coordenador da equipe social do PTMI comentou que existia um lugar no alto do morro da Fonte Grande onde havia remanescentes de quilombolas próximos ao PEFG, sendo esse o motivo da escolha para que eu fosse para a P3.

Iniciei a descida com essa dúvida - eram quilombolas ou indígenas? - tendo à frente uma quantidade um pouco maior de casas do que na subida, mas ainda bem menor que na parte baixa do morro. Neste instante a assistente social disse que estávamos passando em frente à casa dos “índios” do Campinho. Vi dona Inácia muito rapidamente, ela estava na janela de sua casa de madeira com um terreiro em frente, onde havia um banco de madeira. Ao perceber que nos dirigíamos a ela, fechou a janela e não apareceu mais.

Voltando à descida do caminho, lembro-me que fiquei impressionado com a quantidade de lixo espalhado e a precariedade das residências, como a de seu Júlio Nascimento Brito, feita de madeira, que parecia tão frágil que ao primeiro vento poderia sair voando. Além disso, desci os mais de 180 degraus da Escadaria do Céu (fotografia 2), nome nativo de uma ramificação da Escadaria Duntalmo Lopes, em alusão à inclinação da mesma, na qual quando se sobe se olha para o céu, um ator não-humano com agência que, mesmo não sendo o único acesso, representa a porta de entrada no coletivo, o limiar entre a Fonte Grande e o Campinho, sendo, ao mesmo tempo, alvo de reclamações, principalmente pelos mais idosos, que

consideram sua subida muito cansativa, os fazendo solicitar melhorias na estrada que liga o parque ao Campinho.



Fotografia 2: Escadaria do Céu
Fotografia do autor (14/04/08)

O Campinho da Fonte Grande

A Fonte Grande foi assim denominada pela presença de numerosas fontes e bicas de água, que abasteceram a cidade até começo do século XX (DERENZI, 1965; ROCHA, 2008). Atualmente, o morro da Fonte Grande, localizado na região central da capital do Espírito Santo e fazendo limites com o PEFG, o morro da Piedade e o Centro de Vitória, conforme dados do censo de 2010 do IBGE possui uma população de 1.231 habitantes (PMV, 2013a).

Essa região apresenta uma dinâmica de ocupação por comunidades tradicionais desde os primeiros registros coloniais disponíveis, e, ao longo da história, foram

desenvolvidas diversas hipóteses a respeito dos ciclos migratórios e de ocupação na região (FIGUEIRA, 2010). A versão oficial do poder público municipal, disponível em seu site, destaca três momentos desse processo. Afirma que, por ter sido a Fonte Grande “refúgio de escravos no século XVII, esse fato explica um enorme número de pessoas afro-descendentes residentes no local” (PMV, 2013b). No início do século XIX a ocupação na parte baixa do bairro se espalhou pelas encostas, abrindo espaço para “a construção de novos barracos que se estenderam até o ponto mais alto da região” (*Ibidem*), chegando ao Campinho. O terceiro momento da ocupação da Fonte Grande remete a meados da década de 60, quando no Espírito Santo, conseqüente à implantação dos “Grandes Projetos Industriais”, houve uma intensa pressão por moradia exercida pelo grande contingente populacional que chega à ilha, proveniente do interior do estado e de estados vizinhos, como Minas Gerais e Bahia, que ocasionou um grande adensamento da área (*Ibidem*).

No entanto, conforme Serafim Derenzi, a região está ocupada desde os primeiros processos de povoamento e colonização da capitania de Vitória no século XVI, já que suas fontes atraíram para suas proximidades os colonizadores na escolha dos lugares propícios para as edificações da nova sede da Capitania, conciliando a necessidade de se proteger e defender dos ataques dos rivais europeus e dos povos indígenas, originários daquelas terras, com o aproveitamento dos recursos hídricos (DERENZI, 1965), ideia corroborada por Gegê, antigo morador da região: “a Fonte Grande é antiga, aquilo ali tem mais de duzentos, trezentos, quatrocentos anos. A Fonte Grande não é de hoje, não é de ontem não” (Gegê, 77 anos).⁹⁶

Ainda hoje existem manifestações culturais relacionadas às fontes do morro, como a festa de São Benedito (ROCHA, 2008; CICCARONE, 2010), que ocorre desde a década de 40, com cânticos, congo e queima de fogos, seguidas de celebrações de missa e reza do terço na Igreja do Rosário. Destacam-se os fogos da alvorada para cumprir uma promessa das lavadeiras da Fonte Grande à São Benedito, que apesar de uma forte seca, cuidou para que essa fonte não secasse, alterando, a partir desse momento, seu nome para “São Benedito” (ROCHA, 2008; ELTON, 1986; DERENZI, 1965).

⁹⁶ Entrevista concedida em 30 de março de 2009.

Além da festa de São Benedito, há ainda outras manifestações culturais no morro, como o samba, o congo, a marujada, o cordão de ouro, as batucadas, as burrinhas e cantigas de roda (SEAG-IDAF *et al.*, 1996), destacando-se, nesse cenário multifacetado do patrimônio imaterial do lugar, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Piedade, a escola mais tradicional do carnaval de Vitória, fundada em 15 de janeiro de 1955 e campeã em treze oportunidades. Em 1987 a escola homenageou as matas e fontes da Fonte Grande. Segundo Renato Santos, “o morador da Fonte Grande não consegue se ver sem as fontes e a mata. As fontes e a mata é ele. É uma só pessoa”.⁹⁷ O título do samba-enredo, *Nossas matas, nossas fontes, nosso samba*⁹⁸, evidencia o tripé identitário do morro da Fonte Grande, e já na primeira estrofe se declara “obra da natureza, guardião das matas e fonte” para, logo adiante, relembrar um passado onde os moradores experimentavam uma intensa relação com o território:

Nossas matas, nossas fontes, nosso samba

Eu sou como aquela folha
Que o vento vai soprando, pairando no ar
Sou obra da mãe natureza
Sou guardião das matas e desta fonte a cantar

Oh! Minha Fonte Grande
És a rainha da minha inspiração
Quisera rejuvenescer, voltar a ser criança
E em suas matas me embrenhar
Brincar com a passarada
Colher lírios e rosas pra minha amada ofertar
Se recordar é viver, viverei
Minha fonte em suas águas banharei

Vou me banhar, com meu amor, vou me banhar
Na Fonte dos Inocentes, corpo nu, pleno luar

Como é belo relembrar, as lavadeiras nas fontes a cantar
As pastinhas e o chuveiro de prata
Na avenida em forma de cascatas
O toque da alvorada, que transforma o morro em alegria
As festas do Lapinha e a Congada
Que só findavam ao romper do dia

⁹⁷ Entrevista concedida em 22 de junho de 2011.

⁹⁸ Compositores: Abel Nascimento Filho, Edilson Quintiliano e Clemildo Rocha Dias. Intérprete: Edson Papo Furado.

Vem lua Airosa, iluminar meu coração
 Piedade vem bonita e orgulhosa
 Emocionando toda multidão
 Mostrando que tem muitas histórias pra contar
 Vejam a euforia destes bambas
 Reluzindo a avenida com as coisas
 Deste morro onde mora o samba

Amarra o burro, bota o Chapéu de Lado
 Deixa cair, que o samba hoje é coroadado.

E lá no alto do morro encontra-se um território conhecido como Campinho, no qual o plano de manejo da APA do Maciço Central, elaborado em 1992, faz uma breve descrição, mesmo que não haja a denominação do mesmo, se referindo a ele como a zona rural do município:

(...) no centro desta malha urbana, surge acima da cota altimétrica 50 m, a zona rural do município de Vitória, com parte de sua periferia ocupada (...). Boa parte da área rural é destinada à conservação dos recursos naturais (...). Existem ainda pastagens com diversas fisionomias, áreas agrícolas de diversas culturas, principalmente banana, mandioca, feijão, milho e café (...). Na área existem edificações esparsas nas sedes das propriedades e de forma mais significativa no topo do morro da Fonte Grande (...) (PMV, 1992b, pp. 46-47).

Desde que conheci esse território, em março de 2008, já ouvi algumas versões sobre a origem de seu nome. Segundo relatos de moradores, esse lugar era chamado de alto do morro da Fonte Grande, mas passou a ser conhecido como Campinho a partir de meados da década de 60, em função da reforma do campo de futebol Benjamin Matias, construído pelo coletivo. O campo passou a ser a referência do lugar, já que diziam que “moravam próximo”, “perto” ou “no” campinho, e, com o tempo, cerca de cinquenta anos, Campinho passou a ser o nome de toda a localidade, e não apenas se referir ao campo de futebol, como explicou Clarice Ana:

a gente sempre chamou de Campinho da Fonte Grande. O endereço daqui é Campinho da Fonte Grande próximo da torre de televisão (no morro do Mulundu, próximo à sede do PEFG), toda vida foi assim, isso pra quem vem por cima, né? Da Faesa⁹⁹ pra cá.

⁹⁹ Dos três acessos ao PEFG, apenas um é possível para veículos, localizado na rodovia Serafim Derenzi, próximo ao campus São Pedro da faculdade FAESA. Já os acessos pelo Centro e por Fradinhos são para pedestres.

Mas pra quem vem por baixo a gente fala pra pegar a Escadaria do Céu, próximo ao campo, todo mundo sabe, não tem?¹⁰⁰

Seu Gegê, em 2009, fez um relato de como era o Campinho até a construção o campo de futebol:

ali naquele campo era pasto e tinha uma casa antiga de pedra, no meio do campo, (...) o nome da mulher que morava na casa era dona Leocádia (...) aquilo ali era de Alziro Viana, toda aquela faixa de mata que vai até na represa é de Alziro Viana, a casa de Dino está dentro do terreno do Alziro Viana (...). Então, aquilo ali (...) tudo era pasto, e ele tinha cavalos ali dentro, ia até na represa, onde morou o Benedito (...). O Armando Rabelo é que se dizia dono, que ia usucapir a propriedade do Alziro Viana, mais ele não podia usucapir porque ele tinha um morador na casa velha, e ele era estudado, não era analfabeto, não ia deixar a família Rabelo ficar com a propriedade, porque o que manda na usucapião é a posse dentro da propriedade, e quem morava dentro era um velho e uma velha que criou uma menina que casou com o João Monteiro (...) mas os Rabelo ficou com aquilo ali, não sei como ficou com aquele troço (...) depois essa casa de pedra ficou abandonada, foi demolida (...) destruíram a casa de pedra e fizeram o campo.¹⁰¹

O morro dos Bastos, localizado ao lado do morro da Fonte Grande, e integrante do PEEG, conforme relato de Gegê, era, ao lado desse e dos outros morros do entorno, uma região rural de Vitória, com agricultura e pecuária bovina:

quando eu vim aqui pra cima, em 1950, tudo era pasto ainda, porque o pessoal tinha vaca. O pessoal de Vitória vivia de agricultura, todos eles tinham horta, pra ter horta tinha que ter adubo, esterco, então, o pessoal daqui tinha vaca, o pessoal dali tinha vaca, a família Monjardim tinha vaca, nós tínhamos vaca, todo mundo tinha vaca e era tudo aberto, não tinha esta capoeira que está aí, não existia, eram tudo as pedras e o capim, e fazia horta, a maioria das pessoas. Ali eles (os antigos moradores) carregavam verdura na cabeça até no Mercado da Capixaba¹⁰², não tinha transporte não, chegava de madrugada, botava na cabeça, três quatro e iam embora pro mercado. Na cabeça, não tinha transporte, só tinha o bonde, o bonde vinha até Jucutuquara e ia até a Praia do Canto.¹⁰³

¹⁰⁰ Entrevista concedida em 20 de outubro de 2012.

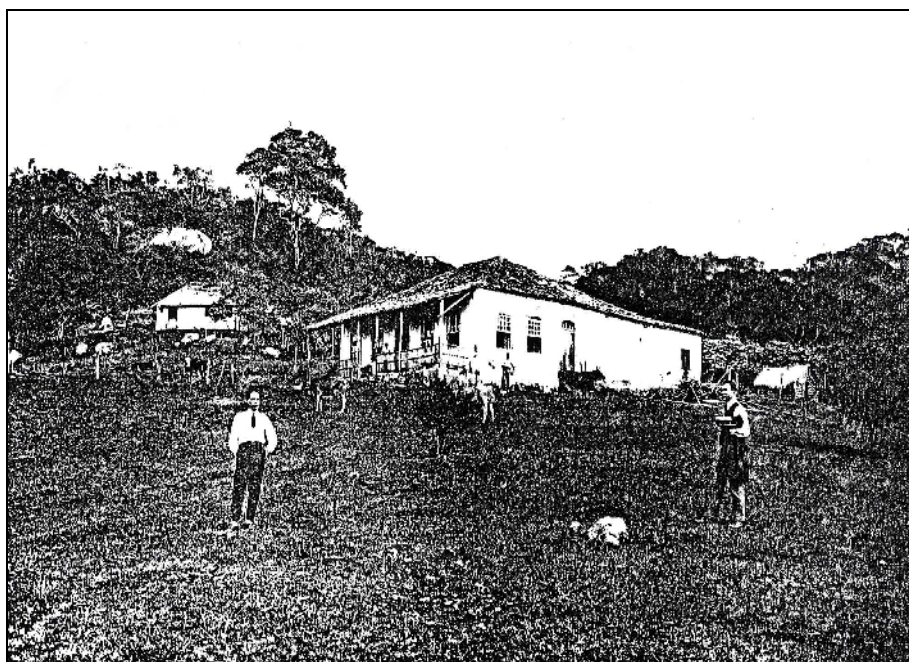
¹⁰¹ Entrevista concedida em 30 de março de 2009.

¹⁰² Inaugurado em 1926, o prédio foi projetado pelo arquiteto Joseph Ptilick e construído para substituir o antigo Mercado Municipal, possui formas ecléticas e neoclássicas e foi tombado em nível estadual. É acessível por duas das avenidas mais movimentadas do Centro de Vitória, a Princesa Isabel e a Jerônimo Monteiro, e atualmente oferece artesanatos diversos.

¹⁰³ Jucutuquara é um bairro antigo de Vitória, localizado logo abaixo de Fradinhos, já a Praia do Canto é um bairro de classe média alta localizado na porção norte da Ilha.

Esse morro tem esse nome originado da família Bastos, que possuía uma fazenda em seu topo, denominada de Bela Vista. Conforme fotografia 3, têm-se os proprietários da fazenda num primeiro plano, no pasto; a sede da fazenda no centro da fotografia com os empregados, cercas e o gado ao lado; e ao fundo a casa do caseiro e a mata. Dona Eralda, moradora do Campinho, narrou que a fazenda “tinha um pasto, uma horta que era uma maravilha! (...) lá em cima tinha alface, couve, cebolinha, tinha tudo quanto é verdura, era uma horta linda, um pasto lindo”.¹⁰⁴ Da sede da fazenda, datada de 1868, restaram apenas ruínas, onde, na 12ª caminhada ecológica, o vice-presidente da AAPFG contou sua versão da história da casa:

ela foi construída sem um único grama de cimento (...) foi construída com barro e pedra, e no meio do barro era misturado concha do mar para dar uma liga especial à argila, para ficar mais resistente, razão pela qual ela está aqui há quase 200 anos, (...) isso aqui era a fachada da Fazenda Bela Vista, uma fazenda que chegou a produzir flores.¹⁰⁵



Fotografia 3: Família Bastos e a sede da fazenda Vista Linda, em data provável de 1868
Fotografia gentilmente cedida por Edson Valpassos

A fazenda ainda fora habitada pela família Porfírio e posteriormente pela família Varejão, antes de ser desapropriada em 1987 para incorporação ao PEFG (SEAG-

¹⁰⁴ Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2009.

¹⁰⁵ Caminhada realizada em 03 de junho de 2012.

IDAF *et al.*, 1986). No entanto, mesmo depois da saída da família Varejão da propriedade, o caseiro da família, o senhor Zé Ganga, figura muito conhecida na região, continuou por anos em sua pequena casa acima da sede, conforme fotografia acima, com suas plantações e sua criação de gado bovino, vindo, após seu falecimento, a dar nome ao vale logo abaixo da propriedade, o vale do Zé Ganga, posteriormente desapropriado pela PMV.

Essa Vitória rural passou a se modificar a partir da década de 60, fruto de um processo de industrialização com consequente explosão demográfica nos cinco municípios que compreendem a Grande Vitória, com migrantes vindos do interior do estado, além de Minas Gerais e Bahia (BANCK, 1998). E revisitando o discurso oficial, articulando outras versões das histórias de ocupação do morro da Fonte Grande, através das narrativas dos moradores (SOUZA *et al.*, 2010), essas demonstram que o adensamento do Campinho ocorreu justamente nessa década de 60, como consequência de um modelo hegemônico de desenvolvimento que ocasionou um intenso êxodo rural, responsável pela favelização, ocupação desenfreada e aumento da pobreza e degradação ambiental de territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais (*Ibidem*). Nesse processo, os espaços vazios nas áreas de morro do centro da cidade foram determinantes para o alargamento da ocupação nos mesmos. As possibilidades de trabalho próximo do local de moradia, o acesso aos serviços e equipamentos urbanos oferecidos, foram fatores de atração para os moradores, que passaram a receber parentes e amigos, multiplicando os lotes ocupados e a construção de barracos que se espalhavam nos morros. Destaca-se ainda a importância da proximidade com os recursos naturais, uma vez que muitos desses novos moradores viviam em áreas rurais, e mantinham estreita relação com a terra (FREITAS *et al.*, 2011). No entanto, não se pode considerar apenas o caráter econômico do povoamento da capital, esquecendo-se das trilhas traçadas pelas identidades locais e as territorialidades que referenciam os distintos modos de vida existentes na capital (GUIMARÃES *et al.*, 2011).

Na década de 80 o “meio ambiente” também chega ao alto do morro da Fonte Grande, como ideário de uma política pública municipal, num território já ocupado historicamente e de forma tradicional (CICCARONE, 2010; FIGUEIRA, 2010; SOUZA *et al.*, 2010; FREITAS *et al.*, 2011; GUIMARÃES *et al.*, 2011; SILVA, 2011;

FREITAS *et al.*, 2012), trazendo consigo a missão de construção de uma “cidade verde”, em que a dimensão urbana não comportava mais aquela rural. Mais uma dicotomia, já que o “verde intocado” excluiria a presença humana, as atividades históricas, econômicas, sociais, culturais desenvolvidas há gerações, renegando, sua trajetória e expulsando os atores de seu território. Dessa forma, a expansão geográfica do ambientalismo na década de 80 resultou não apenas na incorporação de território às terras das UCs, mas também na imposição de um novo modo de vida, não mais rural e nem totalmente urbano, mas “verde” e sem gente, mesmo que indícios de ruralidade ainda estejam presentes na paisagem cada vez mais híbrida do Campinho.

Além da versão nativa, relacionada ao campo de futebol, o vice presidente da AAPFG contou uma outra, segundo esse, mais antiga, em que o nome se refere aos tempos do Brasil Colônia, quando os comerciantes, fazendo o percurso pelo Maciço Central entre o Centro de Vitória e a região de Santo Antonio - demonstrando aqui o Campinho como ponto de intersecção e ligação entre diferentes localidades de Vitória - deixavam suas montarias no Campinho, para se alimentarem e descansarem:

(...) o Campinho era um ponto de encontro de dois acessos das fazendas que existiam, a fazenda Maruípe e a região de São Pedro, que deu origem aos bairros. E essas fazendas levavam o que produziam para o Mercado da Capixaba e também existia um acesso que interligava o Centro à Ilha das Caieiras. (...) na época do Brasil Colônia havia uma via que interligava a Ilha das Caieiras e que recebia parte da produção que vinha de Santa Leopoldina.¹⁰⁶ Então, chegava à Ilha das Caieiras, era colocado no lombo do burro, e cruzava toda a Fonte Grande para chegar ao porto de Vitória, mas de fato existia uma estrada de acesso, em alguns trechos ainda dá para ver, e o nome Campinho era dado porque os animais de montaria, depois que carregavam as mercadorias lá no cais, ou na Vila Capixaba, eles ficavam comendo, se reabastecendo ali no Campinho, então, o nome Campinho não é do futebol, mas do espaço onde eles usavam para poder dar alimentos aos animais.¹⁰⁷

Em finais de 2008, no início do trabalho de campo para elaboração do relatório do Campinho da Fonte Grande (PMV, 2009), já havia uma delimitação do que seria

¹⁰⁶ Município do Espírito Santo com uma população de 12.240 habitantes, localizado à 51 km de Vitória. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=320450>.

¹⁰⁷ Entrevista concedida em 14 de novembro de 2012.

esse território localizado no alto do morro da Fonte Grande, elaborado em dezembro de 2007 pela SEDEC, com uma lista dos moradores e respectivo mapa com as habitações. Tanto o nome dessa listagem, intitulada *Lista dos moradores em ZPA do bairro Fonte Grande*, quanto ao fato dos limites do Campinho terem sido submetidos aos das ZPA 2 e ZPA 3, indicam apenas uma preocupação de ordenamento urbanístico em relação à área, que, conforme o PDU da cidade (*Idem*, 2006a), não é destinada à ocupação humana, e sim à proteção ambiental.

Além dessas, existe outra versão mais recente em que se acredita que o Campinho é uma invenção (WAGNER, 2010) da academia, a partir do Projeto de Pesquisa *Identidades, Territórios e Cidadania*, de 2010, onde se teria criado esse termo no âmbito da construção política do território para efeitos de políticas públicas (LEITE, 2004). Muito embora julgue essa discussão pertinente, pude constatar em pesquisa realizada no Centro de Documentação - CEDOC¹⁰⁸ do NGTerra da PMV, documentos de 1999 e atas de reuniões de 2005 entre PMV, CESAN e moradores, que já se referem aquele espaço como o Campinho da Fonte Grande.

E independente de se adotar qual, ou quais, talvez todas as versões sobre sua origem, entendo esse recorte espacial da pesquisa como uma “região sicionatural”, um *lócus* que é simultaneamente uma entidade geográfica e um produto de representações e modos de vida construídos por diferentes grupos sociais com suas respectivas instituições socioeconômicas (LITTLE, 2006). Não encaro o Campinho apenas como uma área no alto do morro da Fonte Grande cercada pelas duas secções do Parque Estadual da Fonte Grande, mas sim considerando as relações que esses moradores estabelecem com o lugar e os vários atores sociais envolvidos, explicitando interesses, reivindicações e interações em jogo no conflito socioambiental em questão.

¹⁰⁸ Estão arquivados, nesse grande acervo do PTMI cerca de doze mil documentos datados a partir de 1997 e distribuídos em cerca de 450 caixas armazenadas em prateleiras. A tipologia documental compreende contratos, relatórios de diagnóstico e visitas técnicas, relatórios e pareceres técnicos, relatórios mensais de obras (medição), relatórios mensais do trabalho social, pesquisas socioeconômicas, projetos sociais, formulários de cadastro de famílias, contratos de repasse, relatórios de captação, ofícios, relatórios de reunião, apresentações e ata de reuniões, dentre outros.

O coletivo frequentemente demonstrou a memória de um passado festivo, com bailes, festas juninas, carnavais, escola de samba, futebol e forrós, ritualidades de socialização que também representa um elemento identitário do coletivo, como narra dona Mauride de Oliveira, 65 anos, antiga moradora do Campinho que hoje reside na Piedade: “sempre tinha festa, né (...). Em tempo de Reis eu participava, era muito bonito. Fazia quadrilha (...). Tinha futebol, futebol dos antigos (...)”.¹⁰⁹

Dona Eralda Lopes, 65 anos, nascida e criada no Campinho, falou da casa de seu Benedito Sanfoneiro, nordestino que morava entre as casas de Dino e seu Antonio, onde todo final de semana, entre as décadas de 60 e 70, organizava um baile de forró. Já dona Laura Maria Sarmiento, 53 anos, nascida e criada no morro da Fonte Grande, lembrou que o forró do Campinho se chamava “Espera Tapa”, nome originado das inúmeras brigas que ocorriam no local, relatando ainda que esse forró durou até a década de 90, “era até o sol raiar, e as pessoas iam pras pedras, bicas, nascentes e matas ao redor pra namorar”, sendo personagens folclóricas desses bailes “Maria Volta ao Mundo” e “Maria Roda Cama”, apelidos de moradoras e ex-moradoras do Campinho por terem fama de serem muito aventureiras e namoradeiras.

Maria da Conceição dos Santos, 42 anos, nascida e criada no Campinho, reforça dizendo que depois do futebol sempre tinha o forró: “(...) acabava o jogo tava todo mundo dentro do boteco do Dino, terminava tudo em forró. Chegava lá com as unhas feitinhas, os pés limpinhos, e saía de bota, poeira até aqui (na canela), nossa era muito bom (...)”.¹¹⁰

Cena 4: No dia 25 de julho de 2012, demonstrando que além de seguir os atores (LATOIR, 2000) esses também me seguiam, Juca ligou para o escritório da P3 me procurando. Disse que no último domingo as partidas de futebol haviam voltado ao Campinho da Fonte Grande, e gostaria de me convidar para assistir às partidas que aconteceriam no domingo seguinte, às dez horas. No mesmo instante confirmei

¹⁰⁹ Entrevista concedida em 07 de janeiro de 2009.

¹¹⁰ Entrevista concedida em 02 de julho de 2011.

minha presença e deixei claro que havia ficado feliz pelo convite, já que depois de tanto tempo voltaria a ter futebol no Campinho.

O campo de futebol Benjamin Matias, nome dado em homenagem a um antigo morador do morro, conforme relato de Nanan¹¹¹: “já existia antes da década de 60, mas era menor e posicionado no sentido norte-sul”.¹¹² Já em meados dessa década, visando uma melhor utilização do terreno para aumentar o campo, um grupo de moradores, tais como Nanan, Jair Gomes (Zuzú), Ailton Canário, Celso Nascimento, Milton (Sinhazinha), Dário Falcão, dentre outros, muitos deles presentes na fotografia 4 abaixo, mudaram a posição do campo para o sentido leste-oeste, como está até hoje, constituindo-se em espaço de articulação e convivência (MAGNANI, 1996), de socialização desse coletivo e do seu entorno: “faz parte da história, da memória do morro, não é possível pensar a Fonte Grande sem o campo”.¹¹³



Fotografia 4: Jogadores no campo de futebol Benjamin Matias em 1972
Fotografia gentilmente cedida por Sérgio Nogueira (Nanan)

¹¹¹ Nanan era o apelido de Sérgio Nogueira, nascido e criado na Fonte Grande, falecido em 2010.

¹¹² Entrevista concedida em 07 de dezembro de 2008.

¹¹³ *Idem.*

Conforme Nanan, os primeiros times foram o Olaria, Mocotó, Sinhazinho, Endiabrado, Portuguesa, Boca da Mata, Come e Dorme e os Astronautas, que participavam de disputados torneios no campo. Depois vieram o Juventus e o Nativos, da Fonte Grande, Apanha e Porto, do morro da Piedade, além de times do morro do Quadro e do Moscoso, que nos períodos de trégua no conflito entre traficantes dos morros da Fonte Grande e Piedade, participam de jogos nos finais de semana e alguns torneios, como o “Galo Velho”¹¹⁴ e o “Casados x Solteiros”. Além de existirem times de crianças que também participam desses jogos, formados pelos filhos dos jogadores, o que dá continuidade à história do coletivo, proporcionando maior sociabilidade entre os moradores e as famílias.

No dia 02 de julho de 2011, eu e a equipe do Projeto de Pesquisa *Identidade, Territórios e Cidadania*, em mais uma etapa da elaboração da Cartografia Social do Campinho, fomos ao local conversar com os moradores que havíamos conseguido marcar, todos integrantes da família Moura, a família dos “índios” do Campinho. Estavam presentes nessa ocasião, na casa de seu Belmiro dos Santos, 71 anos, o próprio, que é irmão de dona Inácia e também veio pequeno de Itapina; com dona Regina Brandão, 66 anos, “nativa” do Campinho; sua filha Maria da Conceição dos Santos, 42 anos, também nascida e criada no Campinho; além de seu sobrinho Juca. O grupo narrou como o futebol no Campinho era movimentado, uma verdadeira festa de todo o coletivo, além dos reflexos do conflito entre os morros nessas partidas:

Seu Belmiro: (...) não sobe mais gente lá devido às brigas lá de cima, é só parar as brigas que eles vêm, é por causa disso, tinha dia de domingo ali, que tinha dez, doze times jogando ali em cima, você começava seis horas e parava de noite (...). Acabava bebida, vinha buscar mais aqui embaixo, ia até tarde da noite, ficava dez, doze times jogando o dia todo, o campo ficava assim. Pegava minha cadeira, ia pra lá, ficava sentado lá o dia todo.

Maria: O dia todo era só festa.

Juca: Mas aí juntou esse abandono todo da prefeitura e essa situação aí desanimou né?

Maria: Eu tenho muitas lembranças, eu tenho muitas lembranças boas (...). Antigamente era legal, antigamente era aquela rivalidade (...) porque os meninos do Nativos quando iam jogar com qualquer time, as meninas dos outros times ficavam mexendo com a gente, que era sempre a maior torcida, era toda a família né? Mas era uma

¹¹⁴ Disputado por moradores e ex-moradores mais experientes.

coisa sadia, entende? Até nove horas, dez horas, tinha gente descendo do campo bêbado, um agarrado com outro, né pai!? Era muito divertido.

Seu Belmiro: Deitava por aí a fora, podia dormir à vontade, hoje...

Maria: Hoje se deita, amanhece morto.

Voltando ao convite de Juca, no dia 29 de julho de 2012, numa manhã quente de domingo do inverno capixaba, cheguei à praça da Escola de Samba e liguei para Juca para subirmos juntos, e como ele não atendeu, percebi que já havia subido e que eu deveria fazer o mesmo sozinho. Ao chegar à Escadaria do Céu, me deparei com um jovem casal e seu filho, sendo que o rapaz carregava um aparelho de som e uma caixa numa sacola, e outra sacola na outra mão com a outra caixa de som. Prontamente me coloquei à disposição para ajudar, já que tinha a noção do longo caminho que nos esperava até o Campinho.

Perguntei para ele se estava indo para o jogo de futebol no Campinho, ao mesmo tempo em que já indicava para onde eu estava indo, com a intenção de puxar conversa e não me sentir tão sozinho, já que até aquele momento só havia trocado uns poucos “bom-dia” pelo caminho. Ao dizer que havia sido convidado pelo Juca, me disse que ele era seu tio, que seu nome era Deivid e que era filho de Zelinda de Moura Euzébio, momento em que tive que dizer que conhecia sua mãe, tio, tias e avó, já que era estudante da UFES e estava fazendo uma pesquisa no Campinho. Surpreso e rindo bastante, Deivid disse que achava que eu fosse um morador de Fradinhos que estivesse indo para o meu suposto bairro pelo Campinho.

Deixei a caixa de som na casa de sua mãe e fomos juntos ao Campinho, e já no caminho ouvíamos os gritos vindos do campo que estava cheio, como há muito tempo não o via, já que a última partida que havia presenciado ali foi no dia 07 de dezembro de 2008, no *3º Encontro dos Veteranos do Campo Benjamim Matias*, a festa do “Galo Velho”, ocorrendo um hiato de cerca de três anos sem partidas de futebol, devido ao conflito entre Fonte Grande e Piedade. Fiquei próximo de moradores que já conhecia como Clarice Ana, seu Júlio, seu Belmiro e dona Regina, que estavam sentados em cadeiras de praia e ouvindo rádio, ao mesmo tempo em que admiravam seu filho, sobrinhos, primos e afilhados jogarem futebol, todos com a camisa do Nativos. Juca me explicou em 2009 que criou o time Nativos em 2000, e que ficou umas três noites pensando no nome:

Nativos é nativo mesmo, do bairro mesmo, é uma coisa nativa mesmo daqui, entendeu? Nós somos nativos, eu sou nativo, é o local, né? E ficou bom, pegou, todo mundo gostou e até hoje tá aí (...). O time é formado por família e amigos daqui mesmo, gente da área mesmo, ficou bom rapaz, a gente chegou a ganhar aí uns quinze troféus de primeiro e segundo lugares, de torneios, campeonatos.¹¹⁵

Cada time tinha seis jogadores na linha e um no gol, que, com seus jogos de camisas coloridas - conforme fotografia 5 - disputavam em partidas de trinta minutos quem seria o vencedor, dentre crianças, jovens e senhores, sem o auxílio de um juiz, sendo tudo resolvido literalmente no grito. Somando-se os jogadores em campo, os times de fora e as pessoas que assistiam às partidas, contei em torno de cinquenta pessoas, que, entre esposas, filho(a)s, pais, tio(a)s, primo(a)s, madrinhas, padrinhos, afilhados e amigos, desfrutavam momentos prazerosos e divertidos juntos, não importando muito qual era o placar do jogo naquela manhã quente de inverno. Desci o morro por volta das doze horas, ciente de que as pessoas estavam mais interessadas na partida de futebol do que nas minhas perguntas, e satisfeito tanto pelas partidas de futebol terem voltado ao Campinho, quanto por ter reiniciado o meu trabalho de campo.



Fotografia 5: Partida de futebol no Campinho da Fonte Grande em 2012
Fotografia do autor (29/07/12)

¹¹⁵ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

Assim como Latour em *Ciência em ação*, que compara a construção de fatos a um jogo de *rugby*, no Campinho essa construção se dá como no jogo de futebol, onde a bola está sempre aguardando ser passada de pé em pé para sair do estado de estagnação, dependendo - por ser a construção de fatos um processo coletivo - da agilidade, força e velocidade dos outros atores com agência nessa partida (LATOURE, 2000), sendo esse o único momento em que observei o coletivo unido em uma ação em função de um objetivo comum - o gol - energia essa que poderia ser canalizada também para a mobilização do coletivo para além das quatro linhas, visando à luta por seus direitos.

Diagnóstico socioeconômico da comunidade do Campinho da Fonte Grande

Em novembro de 2008, eu, a analista em relações sociais Geovana Tabachi e o acadêmico de Ciências Sociais José Antonio, demos início a uma pesquisa no Campinho da Fonte Grande, cujo produto se constitui em mais um ator não-humano presente nessa rede (LATOURE, 2012), tendo como objetivo caracterizar as famílias desse lugar, diagnosticar sua relação com o ambiente e subsidiar tecnicamente o PTMI no diálogo com as Secretarias de Meio Ambiente (SEMMAM), Desenvolvimento da Cidade (SEDEC), Obras (SEMOB) e Habitação (SEHAB), uma vez que esse território estava localizado em Área de Interesse Ambiental (AIA) e havia o indicativo de remanejamento das famílias que ali viviam para se conectar as duas áreas do PEFG pela SEMMAM. Nesse instante foram criadas relações de familiaridade com o coletivo, que passou a me conhecer, saber onde trabalhava e o que fazia, passei a ser o “barbudinho”.

No *Diagnóstico* foram identificadas 38 famílias, com um total de 120 pessoas, destacando-se tanto a presença de jovens com até 21 anos, com 52 indivíduos, quanto os indivíduos acima de 60 anos, que somaram 22 pessoas. E mesmo não sendo nenhuma novidade identificar o morro da Fonte Grande como um reduto da população pobre da cidade - já que desde 1590, quando os frades franciscanos chegaram à ilha de Vitória e escolheram o morro da Fonte Grande para o Convento de São Francisco, contaram apenas com a ajuda de habitantes do lugar para os serviços da construção, já que a pobreza do povo não os deixava contribuir financeiramente (DERENZI, 1965) - alguns dados mostram que depois de mais de

quatro séculos pouca coisa mudou na condição socioeconômica das pessoas desse morro.

Realidade que destoa da versão oficial, exposta no plano de manejo da APA do Maciço Central, que, ao abordar o processo de repressão da PMV à ocupação dos morros da capital a partir da década de 60, faz a seguinte descrição do processo, a partir de estereótipos preconceituosos referentes aos moradores dos morros do município, considerados “marginais, desocupados”:

(...) Os primeiros barracos construídos no Maciço Central foram fortemente reprimidos pela prefeitura da Capital, que colocava tudo abaixo. Eram demolições grandiosas, mas **a persistência dos invasores, na calada da noite**, venceu os fiscais demolidores. (...) **As favelas** que nos anos 60 ocupavam os morros encravados do Maciço Central, aos poucos **foram se transformando em sociedades organizadas**. Os barracos de madeira foram sendo substituídos por casas de alvenarias, recebendo do poder público, água encanada, iluminação e rede de esgoto. Hoje o morro que antes era o **reduto de marginais, desocupados**, forma uma sociedade representativa, composta de trabalhadores, operários e profissionais liberais (...) (PMV, 1992b, pp. 63-64, grifo nosso).

Demonstrando que nada avançou na infraestrutura do Campinho nesse intervalo de meio século, contrariamente ao plano de manejo, o *Diagnóstico socioeconômico da comunidade do Campinho da Fonte Grande* de 2009 já detectava que, das 47 edificações mapeadas, conforme ANEXO V - Edificações do Campinho da Fonte Grande, doze eram de madeira e/ou madeirite, quatro mistas, uma de estuque, uma de bambu e uma de pedra, além disso, as residências não possuíam água encanada, a energia elétrica era clandestina, doze residências não possuíam banheiro e as que tinham não estavam ligadas à rede de esgoto (PMV, 2009).

Já em relação à ocupação das pessoas, constatou-se que apenas quarenta exerciam alguma atividade remunerada, sendo que seis realizavam bicos e biscates, além de doze desempregados. E das profissões identificadas, destacam-se a de doméstica, vigilante e lavrador, além das de auxiliar de serviços gerais e ajudante de pedreiro. Conforme narrou Clarice Ana em 20 de outubro de 2012, “todo mundo aqui de cima trabalha ou já trabalhou lá”, nas “casas de família” em Fradinhos, recebendo em média um salário mínimo. O Campinho seria os fundos das “casas grandes” do

bairro de classe media alta de Fradinhos: “como é muito perto, em quinze minutos a gente chega lá, a gente vai conversando. Mas quando chove não dá para passar, tem que descer o morro e pegar ônibus no Centro, demorando mais de uma hora para chegar em Fradinhos”.

Quatro moradores se declararam lavradores, confirmando o uso agrícola de algumas propriedades existentes no Campinho, além de uma propriedade que desenvolve a atividade de pecuária bovina e uma que possui uma criação de porcos. Seu Ezequiel Vitor de Souza, 68 anos, ao ser indagado se se considerava mesmo um lavrador, respondeu que “quem tem comércio é comerciante, quem dirige carro é motorista, se eu trabalho na roça eu sou lavrador (...) a minha renda é isto aqui, é a jaca, a mandioca, o mamão, o fruta pão, a goiaba, o franguinho, vendo no morro, de casa em casa, na feira, eu me viro (...) só tenho essa renda, uma média de um salário mínimo”, sendo o único que possui renda dessas atividades, já que os demais, mesmo que em outrora tivessem plantações, hoje possuem apenas alguns animais e horta para o consumo próprio.

Seu Ezequiel, mineiro de Aimorés, contou que morava no bairro Santo Antonio e que está no Campinho desde 2002, quando comprou essa propriedade, segundo ele, com cerca de doze mil m², tendo o recibo de compra e os carnês do IPTU que paga todo ano. Disse ainda que planta mandioca, batata doce, cana, feijão guando, coentro, salsinha, cebolinha, abóbora, chuchu, além de manga, jaca, jabuticaba, acerola, pitanga, fruta pão, abacate, e de sua criação de cem cabeças de galinha, que vende em casa em casa no morro e na feira do bairro de Santo Antonio, na quarta-feira, aos sábados em São Pedro I e aos domingos em São Pedro II. Mas remédio, muda e semente disse que não vende, dá para as pessoas, “se perguntar em qualquer casa do morro se conhece o véio da chácara, o véio da banana, o véio do aipim eles vão falar que conhecem”. Disse que gosta tanto do lugar que não quer mais sair de lá: “eu nunca tive uma residência na Terra tão agradável como essa que eu tenho aqui, mas em todos os pontos de vista, apesar dos pesares, a alegria aqui é muito maior que a tristeza (...). Eu pretendo ser enterrado aqui, não em

nenhum cemitério não, aqui mesmo, enterrado aqui, eu gostaria de ser enterrado aqui”.¹¹⁶

Outros moradores relatam sua origem e sua vida no Campinho. Seu Júlio, 78 anos, veio de Itamaraju, sul da Bahia, em meados da década de 80: “eu vim de lá porque meus tios vieram tudo embora e eu fiquei sozinho, a mulher tinha me largado há um bocado de tempo. Aí eu vim pra cá”.¹¹⁷ Desde então seu Júlio trabalha como agricultor em sua propriedade, consumindo o que produz: “(...) eu planto é aipim, banana, jiló, mamão, cana, mandioca, banana, coco, cebolinha, salsinha (...) eu não compro verdura não”. Uma característica marcante de seu Júlio é o prazer que demonstra em distribuir legumes, verduras, hortaliças e frutas cultivadas por ele aos vizinhos, como numa oportunidade em que me disse que plantava cana só para ter a satisfação de doar, já que não conseguia chupá-la por não ter mais os dentes.

Essa prática é comum entre o coletivo, não só entre os lavradores, mas com todos, já que sempre tem em seus quintais uma fruta, um pé de chá ou de remédio, um tempero, um ovo de galinha, ou a própria, que doam entre si e futuramente são correspondidos, elementos que sugerem o exercício da dádiva no coletivo (MAUSS, 2003 *apud* FREITAS *et al.*, 2011). Como demonstrado nas fotografias 6 e 7, seu Júlio possui uma pequena quantidade de galinhas e uma parceria na criação de porcos com sua vizinha, a Deda, com quem os compra, os engorda e depois vende a carne:

(...) eu comprei porco pra ela, e ela ficou criando, eu tentei vender, mas é difícil. Outro dia nós matamos um aí, deu uns seis quilos de carne. Vendemos tudo (...). Eu mais ela vendemos dezesseis cabeças de porco e galinha eu criei também (...). Mas agora eu vou criar de novo.¹¹⁸

¹¹⁶ Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2009.

¹¹⁷ Entrevista concedida em 30 de março de 2009.

¹¹⁸ *Idem.*



Fotografia 6: Seu Júlio dando comida às suas galinhas
Fotografia do autor (14/02/13)



Fotografia 7: Criação de porcos de seu Julio e Deda
Fotografia do autor (28/01/09)

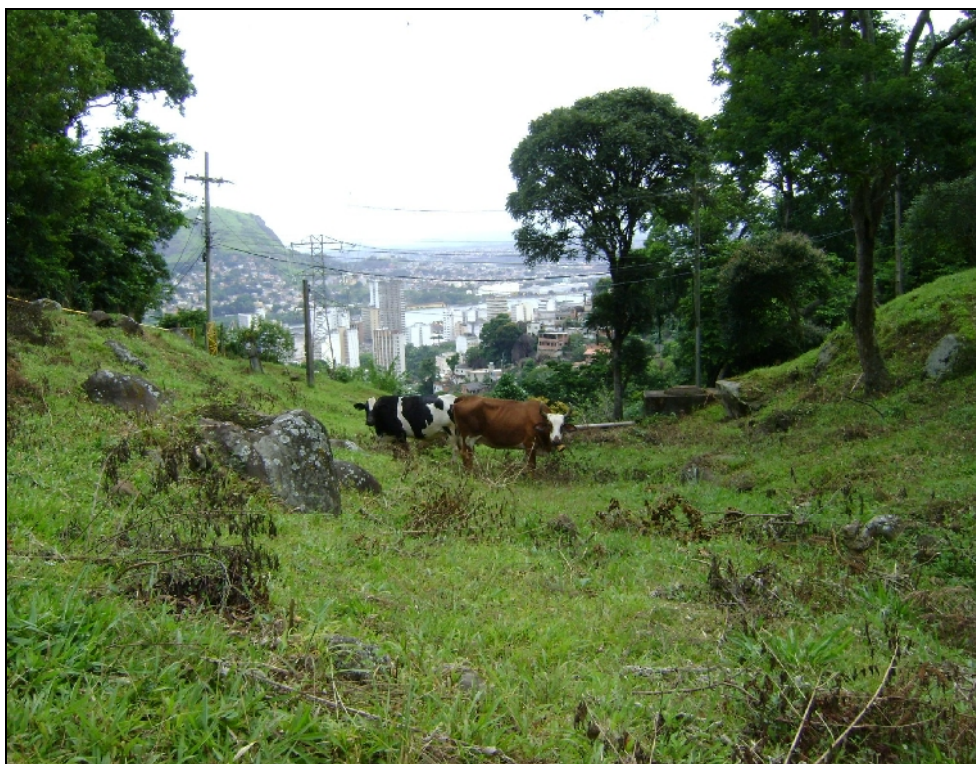
Claudino Almeida, 60 anos, conhecido no morro como seu Dino, disse que veio de Itaoca, um distrito do município de Cachoeiro de Itapemirim em 1965, para trabalhar na propriedade de Machadinho: “trabalhei oito anos pra ele, depois trabalhei pra firma dele, aí depois entrei na prefeitura”.¹¹⁹

Seu Dino mora numa casa de alvenaria com um quarto, ao lado da casa de seu filho Flávio, no mesmo quintal, cercado por bambus e com galinhas e patos espalhados ao lado de árvores frutíferas, seu jardim e sua horta. Ao ser perguntado desde quando plantava ali, seu Dino respondeu: “desde que eu vim pra cá, eu vim pra cá pra cuidar de roça”. E disse que vendia parte do que plantava: “já plantei horta aqui e vendia. Hoje não está dando nada não (...). Eles vinham comprar aqui”. Dino também tem um pequeno bar ao lado do campo de futebol, que foi construído há muito tempo: “mais de vinte anos. Desde que eu vim pra cá eu vendo alguma coisinha, não tinha luz, eu vendia querosene. Era melhor que hoje”. E explica por que antigamente era melhor: “hoje tem mais ação, não tinha luz, nem televisão, quase todo mundo ia dormir, né? Hoje não, tá tudo claro, né?, fica até mais tarde (...). Tira mais o sossego da gente, né? Eu fazia uma fogueirinha e ficava ao redor”.

¹¹⁹ Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2009.

O gado, as cercas e as pessoas

Nessa paisagem híbrida, na qual o rural e o urbano se misturam, tem destaque o gado de Jaderson Lírio, 34 anos, mais conhecido como Dinho, gado esse considerado aqui mais um ator não-humano com agência (LATOURE, 2000), já que interfere na dinâmica do morro, quando, ao entrar em áreas fora da propriedade da família Lírio, gera conflitos com a administração do PEFG, com os moradores e atrapalha as partidas de futebol. Na fotografia 8 é possível visualizar Rolinha e Açucena, duas de suas vacas, tendo ao fundo a capital do estado do Espírito Santo e a baía de Vitória, onde seus portos a conecta aos quatro cantos do mundo.



Fotografia 8: Rolinha e Açucena tendo ao fundo o Centro da capital do Espírito Santo e a Baía de Vitória
Fotografia do autor (27/01/09)

Em 2013, Dinho me recebeu na casa de seu irmão na parte mais baixa do morro da Fonte Grande, já que alegou que não tinha como receber ninguém lá em cima atualmente, devido à falta de segurança, “porque pode ter um tiroteio lá, isso é para preservar a sua segurança. Um dia desses, umas sete da manhã eu estava indo da

Fonte Grande para a Piedade e uma bala passou perto de minha cabeça, só ouvi o barulho, aí que acordei para a situação”.¹²⁰

Assim como seu bisavô, seu avô e seu pai, Dinho, a quarta geração da família Lírio nessas terras, cuida do gado e se orgulha de desenvolver uma atividade considerada rural no espaço urbano do Centro de Vitória: “eu faço por amor mesmo, entende? Para dar continuidade à história da família, isso é a história da família, existe em nossa propriedade desde 1888 com meu bisavô Fortunato Pinto Lírio, que trouxe cinquenta cabeças de Viana”.

Dinho conta que até a época de seu avô, Irico Pinto Lírio, cuidavam do gado e plantavam café em dois dos sete alqueires da propriedade, mas que depois deram fim no café e continuaram apenas com o gado. Dinho atualmente está com trinta cabeças do gado leiteiro¹²¹ da raça Girolando - entre vacas, bois, bezerros, novilhas e garrotes - resultado do cruzamento entre as raças Gir e a Holandesa. Disse que essa mistura é muito boa, já que “o Gir é muito resistente e a Holandesa é leiteira, produz muito, assim a Girolando é uma raça que se adapta bem ao morro e ao mesmo tempo é muito boa produtora de leite”.

Ao lado de suas vacas na fotografia 9 abaixo, disse que adquiriu esse conhecimento “no morro mesmo, com as pessoas antigas daqui, da família e vizinhos”, porque, segundo ele, o que falam que hoje é o parque da Fonte Grande, antes era tudo propriedade rural “quando eu tinha meus dez, doze anos eu saía de casa às cinco da manhã, minha mãe ficava doida, eu subia, ia lá no Zé Ganga, no Gegê, no Batelão, na família Gasparini, juntava o gado deles e ia tirar leite, sem cobrar um real, só por prazer. Era o dia todo em cima de cavalo no pêlo, atrás das vacas e cuidando delas”.

¹²⁰ Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2013.

¹²¹ Não é de se espantar essa atividade rural na capital do estado em pleno século XXI, já que, segundo dados do Censo do IBGE, em 2010 o município de Vitória possuía um total de 144 cabeças de rebanho bovino (IBGE, 2013b), sendo 32 cabeças de vacas ordenhadas (*Idem*, 2013c), que produziam 22 mil litros de leite por ano (*Idem*, 2013d).



Fotografia 9: Dinho e suas vacas no curral da propriedade de sua família
Fotografia do autor (19/02/09)

Trabalhando atualmente como técnico de manutenção industrial numa multinacional no Porto de Vitória, Dinho contratou um funcionário para auxiliá-lo, que é pago exatamente com a venda de leite para uma sorveteria em Itararé, um bairro de Vitória, atualmente seu único comprador, “eu já cheguei a vender o leite na comunidade e vendia até queijo”. Consegue cerca de trinta litros de leite por dia, de segunda a segunda, sendo dois galões por dia, “hoje tiramos o leite às sete da manhã, tranquilo, mas quando entrava às seis e meia eu acordava às quatro horas, entregava lá em baixo o leite, e depois ia para o serviço”.

A presença do gado de Dinho fez surgir um novo ator não-humano com agência no coletivo: a cerca de bambu¹²² nas propriedades. Fiquei curioso para saber qual era seu objetivo, se servia para demarcar melhor as propriedades, ou se teria alguma outra função. Segundo os moradores, as cercas servem para proteger os jardins,

¹²² Numa conversa realizada em 27 de janeiro de 2009, Dino disse que pegava o bambu na área do parque “eu vou no meio dos bambus”, ciente de que estava ajudando a cuidar do mesmo, já que os bambus estavam tomando conta da área. Mostrava ainda a legitimidade de sua permanência no local, baseada na sua relação com a terra e na (re)significação das categorias de parque, proteção e preservação da natureza, plantando árvores e flores que ajudavam a aumentar a floresta, indo ao encontro à ideia de preservação do parque (GUIMARÃES *et al.*, 2011).

plantações e hortas das investidas das vacas do Dinho, como visto na fotografia 10, que entram e comem o que vêem pela frente, dando dor de cabeça a todo mundo, já que os que se sentem lesados vão até o dono das vacas pedirem reparação pelos prejuízos causados.



Fotografia 10: Gado de Dinho saindo do campo em direção às propriedades de Dino e seu Baiano. Nota-se a cerca de bambu na propriedade desse, à direita, bem como a trave do campo à esquerda e a estrada com a porteira acima, no limite com o PEEG
Fotografia do autor (03/04/12)

Conforme narrativa de Dinho, as vacas ficam confinadas no curral da propriedade da família Lírio, onde, pela manhã, por volta das cinco e meia, o caseiro as ordenha. Depois disso ficam soltas pelo pasto - até o final da tarde - e quando encontram a porteira que dá acesso ao campo aberta vão em busca de uma alimentação mais diversificada, para além da ração e capim diários:

todos usam a estrada e nem sempre fecham a porteira que dá acesso ao campo, passam e deixam aberta, aí as vacas saem. Quando chega um carro **o gado fica esperando porque já sabe que vão abrir a porteira**, aí naquele tempo em que as pessoas vão para o campo desembarcar as compras, aí já era, as vacas vão para a área de Zé Ganga, para a área do parque, para os quintais (...). Já conversei com eles pra gente fazer um mata-burro, dá pra fazer um negócio legal. Mas a prefeitura chega atropelando, cada um deveria respeitar o direito do outro e não vir atropelando. Um animal meu sai

e eles já vem com multa, o que é isto? Vamos conversar para ver a melhor forma para o animal não sair, eles fazem divisa comigo e eu sou responsável por tudo sozinho?¹²³ (grifo nosso)

Clarice Ana explicou o que ocorre quando o gado invade as casas: “viu a moto lá em casa que tá toda quebrada? Foi a vaca. A vaca arrebenta com tudo, acaba com tudo. A vaca entra e acaba com tudo, tudo, tudo. É roupa, é sabão, se tiver alguma coisa ela sai quebrando, balde, rasga tudo, come tudo, come roupa, come sabão, plástico, a vaca não é brinquedo não”.¹²⁴

Assim, percebi que essas cercas acabam demarcando o que cada morador quer proteger de imediato das vacas, e não indicando, prioritariamente, o limite entre as propriedades, já que muitas, por estarem numa área mais alta e mais protegida, como as da família dos “índios”, além das casas localizadas ao lado da Escadaria do Céu - tanto as que continuam lá, quanto as que foram demolidas e as famílias encaminhadas ao Aluguel Provisório - não possuem cercas. No entanto, considero prematuro afirmar que se não tivessem as vacas não existiriam as cercas, ou que só existiriam cercas baixas para proteger as hortas de pequenos animais, mas não as propriedades, considerando que o Campinho é compartilhado por todos, tanto em relação às terras serem “tudo de parente”, quanto por ser um território coletivo de socialização e identificação.

Voltando aos humanos, em relação ao tempo de residência, destacam-se as famílias que declararam que moram no Campinho há mais de trinta, quarenta, cinquenta anos, além de uma família que mora desde finais do século XIX (PMV, 2009), plantando café e criando gado bovino, o que evidencia uma ocupação antiga, muito anterior à implementação do Parque Estadual da Fonte Grande (1986) e do Plano Diretor Urbano (2006). Vários moradores expressaram afetividade e demonstraram sentimento de pertencimento ao dizerem que “moram no local há muitos anos”, enfatizando o fato de serem “nascidos e criados” no Campinho, além de residirem e cuidarem de propriedades herdadas de seus familiares, como é caso de dona Eralda.

¹²³ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2013.

¹²⁴ Entrevista concedida em 20 de outubro de 2012.

No dia 05 de janeiro de 2009 eu e Geovana Tabachi, iniciando a 2ª etapa da pesquisa no Campinho, fomos conversar com dona Eralda, que vive com seu companheiro Oscarino da Vitória, 78 anos, conhecido no morro como seu Caim. Tamanha era a ansiedade para fazermos a nossa etnografia que marcamos com ela às dez horas da manhã de uma segunda feira quente e chuvosa, o que deixara o caminho muito escorregadio, naquele típico dia de verão capixaba. Dona Eralda disse que antes moradora da Boca da Mata e mudou-se para uma casa próxima à Escadaria do Céu, quando Caim comprou essa casa por R\$1.000,00. Ao ser indagada se tinha plantações no quintal, dona Eralda afirmou que “eu tenho, eu tenho taioba, pimenta, manjeriço, hortelã, cidreira, pimenta, tem saião, tem boldo (...) Eu fui criada com o meu pai, eu aprendi com ele”.

Dona Eralda fez uma narrativa lembrando-se da época em que outros moradores, hoje todos falecidos, compunham o coletivo, como seu pai Sebastião Diniz Lopes, “um cabloco, filho de índio pego a laço”, e sua mãe, dona Antonia Nunes Lopes, “lavadeira, lavava roupa lá em cima, no Campinho”, além de dona Luíza, dona Ozide, dona Leocádia, Zé Ganda, Maria Luíza, dona Natalina, seu Pedro, dona Zizinha, seu Luiz, dona Mercedes, dona Maria Rosa, Tônico, dona Iolanda, dona Sebastiana, seu Benjamin, dona Iaiá, dona Zefina, dentre outros, nos alertando para entender que o Campinho não é apenas o que vemos hoje, com os moradores atuais, ou considerando-o a partir da década de 60, mas que muito antes disso as pessoas já estavam lá, subindo e descendo o morro sem as escadarias, vivendo nas casas de palha, de estuque, carregando lata d’água na cabeça (como ainda acontece), iluminadas por lamparinas (e não com os gatos de hoje).

Narrou ainda que estudava no Grupo Escolar Lizerina Lírio¹²⁵ - nome de uma das filhas de Fortunato Pinto Lírio, avô de Nilton Sebastião Lírio - que funcionou na Fonte Grande entre as décadas de 40 e 60, que passeava de bonde pela cidade com seu pai, que comprava, ainda muito pequena, carne seca e pão nas duas vendas que tinham no morro, lembrou do fogão à lenha que seu pai construiu com uma chaminé em cima, para não cheirar a fumaça, “aí tinha café a toda hora, era

¹²⁵ Localizada na divisa dos morros da Piedade e Fonte Grande, área conhecida como Faixa de Gaza, a escola foi desativada em meados da década de 60, e desde então é precariamente habitada pela família Messias, que não possui outra opção de moradia.

panela de barro para cozinhar o feijão, carne seca no feijão, era uma outra história”, narrativa que nos desloca para o espaço biofísico do território, como ele é significado e lembrado a partir de relações que se constituíram com os diversos elementos humanos e não-humanos do coletivo e com a própria cidade (GUIMARÃES *et al.*, 2011).

Além de dona Eralda, vários outros moradores expressaram sua relação de pertencimento com o Campinho e seu vínculo com o território:

eu nasci aqui, minha família é toda daqui, fui criado aqui, tenho cinquenta anos (Fernando da Vitória, 55 anos).¹²⁶

Meu Deus do Céu! Porque aqui é muito bom! Eu fui criada aqui, meus filhos também foram criados aqui, estou com setenta anos já. Fui criada aqui em cima. Aí fui crescendo, crescendo, casei, fiquei viúva, tornei casar, fiquei viúva de novo (risos). Estou aqui em cima (Nilza Brandão, 77 anos).¹²⁷

Eu moro aqui há muitos anos, nasci e me criei aqui (...). Isso aqui é herança da minha mãe, primeiro veio meu avô (Lauro Lírio Falcão, 51 anos).¹²⁸

Olha, quando eu nasci minha mãe já morava aqui, aí continuei morando aqui (Denise de Moura Euzébio, 27 anos).¹²⁹

Outro aspecto relevante do Campinho é o agrupamento dos moradores a partir de sua origem. No conjunto dos 57 chefes de família e respectivos cônjuges que declararam sua naturalidade, 29 nasceram em Vitória e 28 vieram de outras localidades (PMV, 2009): sete que vieram de municípios da Bahia e três que vieram de Itapina, distrito de Colatina-ES, origem da família Moura. Dessa maneira que uns são chamados de “índios”, outros de “baianos”, além dos autodenominados “nativos”, ou os “antigos”. Esse foi o segundo recorte que percebi no morro, sendo o primeiro o dos moradores do Campinho em relação aos da parte baixa do morro da Fonte Grande, onde há atuação da liderança comunitária, onde tem água da CESAN, coleta de lixo, iluminação das vias, ou seja, onde estão sendo atendidos pelo poder público.

¹²⁶ Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2009.

¹²⁷ Entrevista concedida em 08 de janeiro de 2009.

¹²⁸ Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2009.

¹²⁹ *Idem.*

Por ser híbrido, o coletivo do Campinho possui várias origens, caras e cores, existindo, através de seus atores, tanto a criação de fronteiras étnicas e sinais diacríticos em relação ao restante do morro, quanto demarcadores de suas múltiplas identidades (BARTH, 2000) quando se relacionam entre si. Conforme relato de Clarice Ana, “os ‘nativos’ são os moradores antigos, que formaram suas famílias no Campinho, como minha mãe; dona Eralda; dona Sebastina, mãe de Lauro Lírio; dona Ângela; meu tio Dino; o Tião; o Fernando; seu Everton, esposo de dona Nancy; a família Galante; a família Brandão; a mãe de Deda; é tudo antigo aqui no morro”.¹³⁰

Dona Eralda, ao se referir aos “baianos”, reforça que sua família é antiga e alude aos que vieram da Bahia da seguinte forma: “iiiiiii, esse pessoal tá aqui há pouco tempo, meu pai já estava aqui. Meu pai já estava aqui há muito tempo. Cabocla (apelido de dona Joélia), dona Maria, seu Júlio, Nailza, Admilsa, esse povo veio tudo da Bahia”.¹³¹ Já dona Juliana, nascida e criada no morro, se refere aos “baianos” como os invasores do morro: “(...) essa área que tem aqui, eles invadiram, tem barraco ali em cima, antigamente era tudo mata. (...) tem um monte de baiano que veio morar pra cá” (Juliana Galante, 35 anos)¹³², narrativas que demonstram que os fluxos migratórios e o tempo de chegada e permanência no Campinho recortam as relações internas, geram reciprocidade e conflito e produzem a cosmografia do lugar (SOUZA *et al.*, 2010).

Assim, numa alusão à relação entre estabelecidos x *outsiders*¹³³, os “nascidos e criados aqui”, já “estabelecidos” social e culturalmente no território, estigmatizariam os “que invadiram”, os “que desmataram”, que se deslocaram do campo social, cultural e econômico em que viviam e passaram a viver num novo lugar, sendo

¹³⁰ Entrevista concedida em 20 de outubro de 2012.

¹³¹ Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2009.

¹³² Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2009.

¹³³ Trabalhada por Norbert Elias e John Scotson no texto etnográfico *Os Estabelecidos e os Outsiders*, onde analisam em Winston Parva - nome fictício de uma cidadezinha do interior da Inglaterra - as tensões e conflitos entre os antigos e os forasteiros do lugar, que apresentavam uma relação hierárquica entre indivíduos pertencentes às mesmas classes sociais, porém, diferenciavam-se pelo tempo em que residiam em Winston Parva. Aqui, a imagem que o indivíduo faz de seu grupo em relação aos outros e de seu status social como membro do grupo, são elementos importantes na dinâmica da estigmatização (ELIAS & SCOTSON, 2000).

considerados menos respeitáveis e menos cumpridores das normas pelos “nativos” (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Outros moradores do Campinho compõem o grupo dos “índios”, os integrantes da família Moura, composta por dona Inácia e seus filhos Juca, Terezinha, Maria e Zelinda; seu irmão Belmiro, a esposa dona Regina e seus filhos Maria e Leandro, além de seus respectivos filhos, netos, agregados, etc. Dona Inácia vive no Campinho há mais de cinquenta anos, quando ela, o marido - seu José Manoel de Moura, falecido em 2009, aos 91 anos -, os filhos e seus irmãos migraram do interior do Espírito Santo, onde trabalhavam na roça, indo morar num lugar, em finais da década de 50, em condições semelhantes às anteriores.

Pelas suas feições, os integrantes dessa família são reconhecidos pelos outros como descendentes indígenas, são os “índios” do Campinho, mesmo que a matriarca rejeite essa identidade étnica. Já seus filhos não se incomodam com essa origem, muito pelo contrário, se consideram e também são considerados índios (CUNHA, 2009), afinal de contas, quem tem direito de dizer quem são ou quem não são índios a não ser eles próprios? (VIVEIROS DE CASTRO, 2006), sendo esta dinâmica de reconhecimento-negação repassada às gerações futuras (FIGUEIRA, 2010):

minha mãe não gosta de conversar sobre isso, não gosta de tirar fotos, nem com a gente. Ela disse que se a gente quiser uma foto dela ela dá um documento para tirar cópia (...). Pra mim é tranquilo, eu me sinto até bem quando as pessoas me chamam de índio, índio, não seu o quê (...). Lá no meu trabalho todo mundo me chama de índio, desde quando eu cheguei lá é índio, não sei o quê, ali em Fradinhos todo mundo me conhece como índio (...). Eu sei que a gente tem realmente uma descendência de índio mas eu não sei da onde a gente saiu realmente, qual a raça mesmo, entendeu? De onde a gente brotou né? (Juca, 43 anos).¹³⁴

Papai conta que ‘grande papai’ era índio bravo. Mas a tia não gosta nem de falar! (...) Eu pinto o meu cabelo, não tem?! Mas você acredita que outro dia minha filha olhou pra mim bem assim, e falou: “mamãe, você está parecendo índia!” (...) Mas eu olho pra cara dos meninos lá, não tem? Tudo tem cara de índio! (risadas) (...) A tia não gosta de falar porque ela é do tipo bem selvagem, sabe? (Maria da Conceição dos Santos, 42 anos) (FIGUEIRA, 2010).

¹³⁴ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

É porque a minha vó, a mãe da minha mãe, foi pega a laço, aí lá em casa todo mundo tem cara de índio, então eles falam que a gente é tudo índio, a gente, né? A nossa família, tudo índio, é isso (...) eu gosto, já mamãe não gosta. A família toda gosta, menos ela, não gosta que chame de índio, de bugre, diz que é palhaçada, é assim que ela fala, todo mundo fala que a gente é índio, eu, ela, meus irmãos. Na escola sempre me chamavam de índia, por causa do cabelão, da cor da pele, no começo não gostava não, mas depois a gente se acostuma de tanto ser chamada, mas eu não gostava não, brigava muito (...). Tem muita gente que deseja ser igual à gente, já teve gente que falou que eu tinha uma pele tão bonita, de jambo, eu nem achava a minha pele bonita, mas passei a achar. Eu também gosto de comer carne crua, quando eu to cortando a carne eu como uns pedaços, eu sempre fiz isso, desde criança, e índio come carne crua, eu gosto de comer sabia, desde criança eu sou assim (Terezinha de Moura Souza, 54 anos).¹³⁵

No entanto, apenas o coletivo e pessoas que interagem com eles os consideram “índios”, como na escola, na unidade de saúde, trabalho, Fradinhos, Terra, futebol, etc., não sendo considerados, muito menos reconhecidos como tais, pelos órgãos que tratam de seus direitos, como o Ministério da Cultura, FUNAI, PMV, dentre outros.

Zelinda de Moura Euzébio, 46 anos, outra filha de dona Inácia, é conhecida como “índia” e diz que isso não a incomoda, “isso só incomoda minha mãe”¹³⁶. Hoje mora com Nilton Sebastião Lírio, com quem tem dois filhos, unindo, dessa forma a família mais antiga do Campinho com a mais numerosa, a dos “índios”.

Quando perguntei à dona Inácia sobre o que achava das pessoas se referirem à sua família como a dos “índios”, teve a seguinte reação: “como é que é? Tô ruim do ouvido”. Mas logo em seguida responde: “eu não gosto de gente vagabunda que trata com abuso né? Eu não gosto de gente safada, gente abusada, eu não gosto, eu gosto de gente direita. Todo brasileiro tem sangue índio, não tem?” (Inácia Maria dos Santos, 85 anos)¹³⁷. Desde meu contato com dona Inácia em 2008, sua recusa em aceitar sua origem, além da aversão em tirar fotos¹³⁸, nos remete para indícios de uma trajetória de vida de uma senhora de 85 anos de idade que deve ter sofrido muito preconceito e discriminação ao longo de sua existência, desde o interior de

¹³⁵ Entrevista concedida em 02 de março de 2009.

¹³⁶ Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2009.

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ É conhecida a aversão de vários povos indígenas em tirar fotos por medo do roubo da alma.

Colatina no início do século XX, região de colonização italiana e alemã, levando-a a tentar esquecer (POLLAK, 1992) e rejeitar sua identidade étnica: “eu não gosto que tire retrato não, não gosto de palhaçada de tirar retrato, de pessoal feio tirar retrato pra quê? Deus me livre”. Dona Inácia nasceu em 1928 na vila de São João da Barra Seca, distrito de Itapina, município de Colatina - ES, localizado às margens do rio Doce¹³⁹, à jusante do município de Resplendor - MG, onde às margens desse rio está delimitada a Terra Indígena Krenak, refúgio dos indígenas que habitavam toda aquela região até o início da colonização européia, em meados do século XIX, quando foram violentamente expulsos de suas terras e obrigados a trabalhar como bóias frias.¹⁴⁰ Dona Inácia narrou sobre a vida difícil em Itapina e a mudança da família para a Fonte Grande:

eu moro aqui há mais de cinquenta anos, aqui nesse lugar. Na roça não tava dando nada né?, aí viemos pra cá. Graças a Deus criei todos meus filhos aqui, nunca passei fome, nunca faltou nada, graças a Deus. Na roça a gente tinha que morrer de trabalhar pra conseguir um dinheirinho. Um colega nosso que conseguiu aqui pra nós aqui (...). Primeiro era um barraquinho, aí a patroa de minha filha deu madeira e a gente fez a casa (...). Morava todo mundo aqui, depois se espalhou (...).¹⁴¹

Essa versão da história foi reforçada pelo seu filho Juca, cuja narrativa demonstra a importante participação de seu pai na consolidação da ocupação do território:

meu pai chegou ali com uns trinta e poucos anos, mais ou menos, né? Nossa família foi toda criada ali, toda criada nesse morro, a gente sempre morou ali no Campinho, aquele Campinho ali inclusive ele teve uma participação ali, foi crescendo, crescendo, e o pessoal fazendo tudo na base da mão mesmo, entendeu? Ele mais os companheiros dele, os vizinhos dali mesmo, que hoje já nem existe mais (...). Nós fomos criados com ele trabalhando nesse morro aqui, ele carregava material pro pessoal construir aqui no morro, a maioria das casas aqui do morro foi ele que carregou material.¹⁴²

¹³⁹ O baixo e médio rio Doce foi habitado historicamente pelo povo Borun, (IBGE, 1992; MATTOS *et al.*, 2007), chamados pelos colonos portugueses de Botocudos em referência aos adornos labiais e auriculares que utilizavam, além de serem conhecidos também como Aimorés, mas se auto-denominando Grén ou Krén, sendo Krenak o nome líder do grupo que comandou a cisão dos Gutkrák do rio Pancas, no Espírito Santo, no início do século XX (PARAÍSO, 1991).

¹⁴⁰ Remete-se, para aprofundamento destas situações históricas, ao texto de Maria Hilda B. Paraíso, intitulado *Os Krenak do Rio Doce: a pacificação, o aldeamento e a luta pela terra*, publicado na Revista de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador : UFBA, v. 2, s.n., p. 12-23, 1991.

¹⁴¹ Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2009.

¹⁴² Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

Além de contar sobre a chegada e ocupação da área por parte da família Moura, Juca, em seu relato, mostra como o lugar oferecia condições para continuidade do modo de vida camponês de produção doméstica auto-suficiente:

a gente plantava rapaz, plantava milho, feijão, a gente praticamente vivia daquilo ali, daquela plantação ali que papai fazia. Hoje você só vê ali mangueira e jaqueira e as casas, mas ali era tudo plantação, todo mundo era criança e morava numa casa só, morava tudo junto, e o espaço era todo para plantar. A família foi crescendo e foi construindo as casas, e ninguém queria sair de perto nem de mãe nem de pai, porque ali um ajuda o outro até hoje, aí então foi acabando a plantação, as árvores foram crescendo, e debaixo de árvore grande não tem como você plantar milho nem feijão. Quando eu era criança até meus treze, quatorze, quinze anos, por aí, ali era tudo roça, você olhava assim e era tudo roça, um interior ali, com plantação de milho. De vez em quando eu vejo plantação de milho na televisão eu lembro que quando criança eu passava lá pegava milho e já levava pro fogão, feijão também, amendoim (...). Era pro nosso consumo, mas meu pai vendia bastante também, aqui no morro muita gente comprava com ele (...).¹⁴³

Maria, seu primo Juca e sua mãe, dona Regina Brandão, relatam como era a infância nas matas da Fonte Grande:

Maria: Era bom, era muita mata na época que nós dois éramos crianças, aí nós íamos fazer lenha, nossos pais iam fazer lenha, nossas mães, ia eu, ele, as irmãs dele, ele escolhia os cipós pra gente poder se balançar. Aquele cipó, não tem? Primeiro ele testava o cipó pra gente poder se balançar (...). Aqueles balanços que levavam a gente longe e traziam a gente de volta, ó que delícia. Enquanto a mamãe fazia lenha pra nós carregarmos, a gente estava se divertindo (...). Comendo aquelas pipocas do mato (...).

Juca: É uma bolinha mesmo, é uma bolinha (...). Tem uma sementinha com uma pelinha amarela, amarelada (...). É uma arvorezinha, que dá umas frutinhas (...) A gente chamava de pipoca.

Maria: Era massa, era muito bom, tinha mais o que a gente comia no mato?

Dona Regina: Mandacaru, não é?

Maria: Mandacaru é gostoso demais.¹⁴⁴

A presença indígena na Fonte Grande foi contemplada no censo do IBGE de 2010, ocasião em que 24 pessoas se declararam indígenas, 676 pardas e 181 pretas, somando 71,5% da população, além das 14 pessoas que se declararam amarelas e

¹⁴³ *Idem.*

¹⁴⁴ Entrevista concedida em 02 de julho de 2011.

outras 336 brancas (PMV, 2013c). Os primos Juca e Maria relatam sobre a extensão de sua família no Campinho:

Juca: Dos moradores ali de cima (...), nós somos uma família só, praticamente (...)

Maria: É. Se afetar um afetou todos né? (...)

Juca: Porque a nossa família ali é grande né. É tio Miro, mamãe e quinze primos, sobrinhos (...). Eu acho que tenho uns 30 sobrinhos.¹⁴⁵

Conforme ANEXO VI - Genealogia das famílias do Campinho¹⁴⁶, é interessante notar que, com exceção da família Brito - uma família de “baianos” que aparentemente estaria desvinculada - todos os núcleos domésticos se conectam numa única rede articulada na família Moura, se reconhecendo entre si como parentes. Conforme Maria Santos de Moura, 42 anos: “aqui é tudo parente, Maria, minha prima, Miro meu tio, a filha de dona Nancy é casado com meu irmão, Jorge. O filho de dona Marina é casado com a filha de Terezinha. Além de meu irmão Juca, minhas irmãs Terezinha, além de primos e sobrinhos”.¹⁴⁷

Além das pessoas se referirem a essa família por suas feições características: “(...) ali morava os pais do Levi, o pessoal do índio ali, né? O sogro da filha do índio (...) seu Euzébio” (Dino, 60 anos)¹⁴⁸, importante sinal diacrítico (BARTH, 2000) da afirmação identitária dos “índios” é o fato de ser de conhecimento dos outros integrantes do coletivo que eles estavam determinados a não sair do Campinho:

eu não sei não, mas tem uns índios ali que não têm vontade sair dali não (Antonio Romualdo, 60 anos).¹⁴⁹

Olha, o pessoal da dona Inácia, eles não têm vontade de sair dali (...) eles não têm vontade de sair (Maria da Penha Samora, 65 anos, esposa de Antonio Romualdo).¹⁵⁰

¹⁴⁵ *Idem.*

¹⁴⁶ Diferentemente do número de moradores registrados no Campinho em 2008 (PMV, 2009), aqui foram contemplados vários parentes já falecidos, bem como ex-companheiros e/ou moradores que possuem filhos no Campinho, além de outros parentes que estão morando atualmente e não estavam em 2008.

¹⁴⁷ Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2009.

¹⁴⁸ Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2009.

¹⁴⁹ Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2009.

¹⁵⁰ *Idem.*

O que eles falavam pra mim era o seguinte: que dali só saíam mortos, ali é indígena (Joélia Vitorino dos Santos, 52 anos).¹⁵¹

Eles vieram de um lugar aí, não sei se vieram da Índia, não sei se vieram de Minas. Vieram tudo de saco nas costas, eles não tinham mala, eles não tinham nada. Os filhos eram todos pequenos, aí fizeram um barraco e foram vivendo a vida (Mauride de Oliveira, 65 anos).¹⁵²

A procedência dos “baianos”, “nativos” e “índios” e toda diversidade encontrada no Campinho não se traduz em grandes conflitos, muito pelo contrário, o hibridismo se constitui na característica de um coletivo que estabelece entre si relações comunitárias, bem como sentimentos de pertencimento ao local e ao grupo (WEBER, 2004). Ao final, todos os lírios, falcões, santos, ribeiros, vitórias, marinhos e galantes, independente de suas origens, e não desconsiderando as tensões existentes, se encontram e formam uma grande família, ou como disse Clarice Ana, “aqui é tudo misturado, aqui é tudo parente”.¹⁵³

¹⁵¹ Entrevista concedida em 07 de janeiro de 2009.

¹⁵² *Idem.*

¹⁵³ Entrevista concedida em 20 de outubro de 2012.

Na parede onde se brinca
 No chapisco encarpado
 A parede que escora
 É o fininho da vida
 Os verdadeiros heróis são os guerreiros da vida
 Por entre as trincheiras-barracos
 Passam num sopro da vida
 Subindo e descendo em silêncio
 No caminho apertado que tem
 É o fininho da vida (...)

Fininho da Vida, O Rappa¹⁵⁴

Capítulo 4 - Etnografando num coletivo em meio ao abandono e à resistência

Cena 5: José Carlos dos Santos, 65 anos, foi internado no dia 24 de julho de 2012 no Hospital Estadual Central - HEC, no Centro de Vitória, com diagnóstico de Acidente Vascular Cerebral - AVC. Novos atores não-humanos entravam na pesquisa, tais como sonda, fralda geriátrica, isquemia, disfagia, fenitoína, dentre outros, tornando o cenário ainda mais dramático e híbrido.

Num dia de visita no HEC encontrei sua filha Bruna Carla de Moura, 24 anos, que me relatou que seu pai estava mal, se alimentando por sonda nasoenteral, além de não estar falando, nem andando, em consequência de seu quinto AVC. O HEC já tinha se precipitado a dar alta médica, sem que o paciente tivesse melhorado, sendo necessário insistir muito para que seu pai permanecesse ainda internado:

ele não tinha nem uma semana e o médico deu alta a ele, disse que já estava bem pra ir para casa e que ali não era hotel. Mas como que ele deu alta se disse que meu pai não tinha mais jeito? Como que ele estava bom pra ir pra casa, entendeu? Eles só queriam tirar ele de lá.¹⁵⁵

Conheci José Carlos em 2009. Mesmo castigado por uma vida de muita luta e privações, ele sempre foi atencioso comigo e carinhoso com todos os familiares e amigos. Narrou que morava em Santo Antonio e, na década de 60, conheceu Terezinha de Moura Souza, no Centro de Vitória, por quem se apaixonou e com a qual se mudou, subindo o morro da Fonte Grande:

¹⁵⁴ Fonte: FALCÃO, Marcelo. **Fininho da Vida**. In: O RAPPA. 7 Vezes. Rio de Janeiro: Warner Music, 2008. 1 CD. Faixa 11.

¹⁵⁵ Entrevista concedida em 02 de agosto de 2012.

eu conheci Terezinha ali na rua Sete, vendendo cafezinho, né? E eu trabalhava no Banestes, naquela época, de limpeza, trabalhava de limpeza, aí eu a conheci, né? Começamos a bater um papo, né?¹⁵⁶

Narrou ainda que quando subiu ajudou a construir as casas da família Moura no Campinho: “Ali quem fez foi eu, seu Zé Manoel, Inácia, Zelinda, Maria e Belmiro. Não era como é hoje não”.¹⁵⁷

José Carlos ficou internado no hospital durante 24 dias, no qual dezoito dias com alta médica, sendo que, conforme relato da filha, nesse período o hospital pressionou e ameaçou chamar a polícia e/ou acionar a justiça, insistindo que ali não era um hotel. Voltei a visitar José Carlos em finais de agosto, agora no Hospital Estadual de Atenção Clínica - HEAC, no município de Cariacica - ES, onde ficou internado durante mais de um mês, completando no total 73 dias fora de sua casa, não podendo voltar mais para ela.

Já em outubro de 2012 fui visitar José Carlos numa casa na Fonte Grande, onde estava, junto à sua família, desde o dia 05 de outubro. A casa de cinco cômodos foi alugada por R\$ 400,00 e está localizada entre a unidade de saúde da Fonte Grande e a sede do movimento comunitário. Ao perguntar à Bruna como seu pai estava sendo atendido por essa unidade de saúde, a mesma me disse que “aqui no estado a gente só consegue as coisas na confusão”.¹⁵⁸ Confusão para o pai continuar no HEC, confusão para a médica e a enfermeira da unidade de saúde da Fonte Grande visitarem seu pai, “elas só visitam para medir a pressão e arrumar a sonda quando eu quebro o pau”¹⁵⁹, confusão para as assistentes sociais do CRAS do Centro fazerem o mesmo, confusão para conseguir uma maca para levar seu pai para a casa, já que numa oportunidade a ambulância se negou a fazer isso - quando conseguem a ambulância - tendo, na maioria das vezes, que pagar táxi.

Esse mau atendimento é relatado tanto por ela quanto por sua mãe e irmão como o fator responsável pelo quinto AVC de José Carlos no curto período de um ano, tendo

¹⁵⁶ Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2009.

¹⁵⁷ *Idem.*

¹⁵⁸ Entrevista concedida em 25 de outubro de 2012.

¹⁵⁹ *Idem.*

em vista a dificuldade, tanto de subir o morro por parte de um senhor de 65 anos de idade, quanto de descer para ir à unidade de saúde, cujas agentes de saúde não realizavam as necessárias visitas ao idoso enfermo:

a culpa foi do posto. Ele não tinha acompanhamento médico em casa, ele que tinha que descer o morro, para o médico atender ele lá. Era difícil ele de descer e eles não vinham com preguiça de subir aqui (...) eles tinham que ver a pressão dele que tava subindo (Bruna Carla de Moura, 24 anos).¹⁶⁰

A situação ainda não foi modificada, já que mesmo com receituário do médico do HEC afirmando a necessidade de acompanhamento com fisioterapia e fonoaudiologia, até o momento José Carlos não foi atendido por esses profissionais da área de saúde. Ainda sem poder falar, a família também não conseguiu uma cadeira de rodas, o que faz com que ele fique o dia todo na cama, sem poder se movimentar. Por que José Carlos ficou - mesmo com alta médica - internado durante 65 dias, sem poder voltar para casa? Por que voltou para uma casa alugada? Porque José Carlos é um antigo morador do Campinho da Fonte Grande e sua casa não apresentava condições mínimas para receber uma pessoa naquela situação.

A política do abandono

O Campinho está localizado em AIA, ZPA, ZCVS e ZREC: isso significa que o coletivo não pode melhorar suas casas, a PMV não investe em melhorias, proíbe a ESCELSA de investir na iluminação e a CESAN em abastecimento de água e esgoto, criando, dessa forma, uma situação de precariedade para forçar a sair do lugar e, ao mesmo tempo, prevenir novas ocupações. Em minha trajetória etnográfica junto ao coletivo pude observar muito de perto essa situação, tanto nas narrativas dos moradores quanto na observação direta da falta de infraestrutura básica que o restante da cidade possui, em contraste com a situação do Campinho. Como numa conversa com dona Ângela Maria Conceição Penha, 56 anos, antiga moradora do Campinho, que narra sua percepção sobre o sumiço dos agentes de combate à dengue da PMV, relacionando essa ausência ao fato do local em que mora ser hoje uma área de interesse ambiental:

¹⁶⁰ *Idem.*

(...) o pessoal da dengue botou armadilha aqui, disseram que é pra pegar mosquito. Tem um tempão que aquele rapaz não vem aqui. Aquele outro, que cuida de botar remédio na água, tem mais de dois meses que não vem. Não sei o que está acontecendo. Eles não estão cuidando de nada aqui em cima. Eu acho que é por causa disso aí que vocês estavam falando, área ambiental, área não sei o quê, que o pessoal que vinha cuidar não está vindo.¹⁶¹

Pude observar diretamente o descaso do poder público com as condições das habitações existentes no território (PMV, 2009), confirmando o quadro geral de precariedade em que vive o coletivo, sem nenhuma previsão de melhorias habitacionais por parte da PMV, uma vez que o Campinho não constitui área de intervenção das obras do PAC2 previstas para a P3.

O plano de manejo do PEFG em 1996 já demonstrava uma realidade semelhante à observada recentemente no Campinho: “no entorno da UC observam-se as precárias condições das habitações existentes, (...) sem nenhuma condição de infraestrutura básica como água, luz, saneamento e transporte” (SEAG-IDAF *et al.*, 1996, p. 26). Cabe acrescentar, nesse cenário, a dificuldade do coletivo quanto à inexistência de banheiro em suas residências, como no caso de dona Expedita Pereira dos Santos, mineira de São Lourenço, com 78 anos de idade, que mora há mais de cinquenta anos no Campinho nessa situação, ao lado de sua filha Clarice Ana, que vive com esposo e cinco filhos.

Das 38 famílias do Campinho, 25 declararam que a energia de suas casas era de origem clandestina (PMV, 2009); no entanto, esse número é bem maior, já que todos os moradores afirmaram, em conversa informal, que a energia de suas casas é “gato”, ainda que, na hora do cadastramento do PTMI, constrangidas ou preocupadas com possíveis punições pela PMV, declararam receber fornecimento de energia elétrica. Já em relação ao abastecimento de água, dezessete famílias informaram que era clandestino, dez que tinham água encanada, nove tinham poço artesiano e duas declararam que não possuíam água (*Ibidem*). Entretanto, as dez famílias que declararam possuir água encanada, recebem a mesma através de encanamentos que distribuem a água das bombas, ocorrendo de forma clandestina. O senhor Antonio Romualdo, 60 anos, antigo morador da Fonte Grande que possuía

¹⁶¹ Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2009.

um bar no Campinho, explica que “não tem nada de CESAN, a água não chegou a subir lá não, vem só aqui embaixo, na jaqueira”.¹⁶² E seu Ezequiel Vitor de Souza, 64 anos, narra sobre o motivo de não ter água da CESAN no Campinho:

não foi a CESAN que não quis colocar água aqui em cima, foi a prefeitura que embargou ela de botar água. Quanto mais ela colocar água mais o povo aglomera aqui e a prefeitura não tem interesse que ninguém venha aqui pra cima, ela quer tirar.¹⁶³

Na fotografia 11 abaixo, Renata encontra-se levando água para casa proveniente do Poço das Mangueiras, que em períodos de seca não atende o coletivo:



Fotografia 11: Renata e Deda levando água e mantimentos para suas casas
Fotografia do autor (05/02/09)

(...) quando eu vim pra cá já tinha esta água aí, só que no verão falta água direto, agora quando está chovendo não falta. Agora se fizer dois, três dias mesmo de sol, aí a água vai embora (Joélia Vitorino dos Santos, 52 anos).¹⁶⁴

¹⁶² Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2009.

¹⁶³ Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2009.

¹⁶⁴ Entrevista concedida em 07 de janeiro de 2009.

Conforme o *Diagnóstico prévio das nascentes do Maciço Central*, elaborado em 2007 pela SEMMAM, a água do Poço das Mangueiras (fotografia 12) “é inadequada ao consumo humano, (...) causando doenças de veiculação hídrica em seus usuários”, por se constituir numa “bacia de contribuição com forte contaminação de origem animal e humana” (PMV, 2007c), situação esta conhecida pelo coletivo, como demonstra Clarice Ana:

(...) crianças de fora que vem tomar banho naquela represa ali, vem aqui no poço (das Mangueiras) cospem, fazem xixi, fazem fezes, tudo aí dentro do poço. Por várias vezes eu já cheguei aqui cedo (...) encontrei fezes, encontrei tudo aí dentro, entendeu? Aí a gente vai limpar. (...). A prefeitura fez exames e mais exames e deu que a água está contaminada, entendeu? (...) E a prefeitura sequer fez um tratamento nessa água, ela não fez nada. Está contaminada? Está, mas não são eles que estão bebendo, é a gente, é a gente que está bebendo. A prefeitura não tomou iniciativa nenhuma, nenhuma mesmo, entendeu? É um absurdo isso! (ALMEIDA, 2012).



Fotografia 12: Clarice Ana e filhas no Poço das Mangueiras
Fotografia do autor (11/08/12)

Além da falta e insalubridade da água e da precariedade da iluminação, as condições das habitações vêm corroborar a afirmação dos moradores de que o Campinho está abandonado, como registrado em mais um ator não-humano dessa

rede (LATOURE, 2012), o *Relatório das Famílias em Risco Habitacional - 2010*¹⁶⁵, que se constitui numa atualização da identificação, mapeamento e caracterização das residências em risco geológico e estrutural da P3, identificadas no *Plano Municipal de Redução de Risco - PMRR*¹⁶⁶ (PMV, 2010).

No trabalho de campo ficou evidente o processo de deterioração das habitações do Campinho, sendo essa situação inerente à lógica de expulsão das famílias em AIA do município, já que ao proibir intervenções em AIA, e ao não investir em melhorias habitacionais e/ou reconstruções, o poder público intervém oferecendo seu repertório de alternativas para garantir a remoção das famílias, como a indenização,

¹⁶⁵ Diferentemente do relatório de 2008, no de 2010 todas as residências mapeadas foram georreferenciadas. Além da identificação e do grau de risco das residências, o relatório apresenta informações sobre o material construtivo, número de cômodos e situação da unidade sanitária, bem como traz uma breve caracterização da situação familiar. Das 274 edificações identificadas nessa ação, 107 estão localizadas na Fonte Grande, sendo 39 no Campinho (PMV, 2010). Essa diferença em relação às 47 edificações identificadas no *Diagnóstico socioeconômico da comunidade do Campinho da Fonte Grande (Idem, 2009)*, se explica por três famílias terem saído em decorrência do Aluguel Provisório (dona Joélia Vitorino dos Santos; dona Nailza Marinho Brito e sua mãe dona Maria Ribeiro Marinho); Juca demoliu o barracão do Nativos; a casa de madeira de José Carlos dos Santos pegou fogo e ruiu; Ezequiel Vitor de Souza derrubou a casa de bambu. Diferentemente do Diagnóstico de 2009, as habitações de seu José Alexandre Galante Dias, dona Juliana Galante Dias e dona Luciana Galante Dias foram consideradas como uma só residência, já que a casa da falecida mãe desses irmãos ainda está em nome dela, aguardando resolução dessa pendência judicial. Ainda em relação à mobilidade do coletivo, foram verificadas mudanças entre os moradores, com gente comprando ou vendendo, alugando, emprestando, cedendo, etc. Das 39 edificações, cinco foram classificadas com risco geológico e estrutural muito alto; uma com risco geológico muito alto; oito com risco geológico e estrutural alto; e seis com risco estrutural alto; além de outras dezoito com risco geológico, estrutural, e geológico e estrutural médio ou baixo (*Idem, 2010*).

¹⁶⁶ O PMRR de Vitória foi realizado em 2006 pela Fundação Espírito Santense de Tecnologia - FEST, através de convênio entre a Prefeitura do Município de Vitória, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, por meio do *Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários*. Foi elaborado um diagnóstico de risco geológico do município, com definição de setores de risco alto e muito alto e quantificação das moradias expostas a esses níveis; foram definidas as intervenções necessárias para erradicação de risco em cada setor mapeado, contemplando escopo de obras e indicação de remoções e serviços necessários, estimativa de custos para cada intervenção e hierarquização das intervenções. O estudo estabeleceu ainda “referenciais e diretrizes para o desenvolvimento e implantação de uma política pública municipal de gestão de riscos geológicos para as áreas de ocupação precária de todo o município de Vitória” (FEST, 2006). Foram mapeadas quatorze moradias na Fonte Grande, sendo cinco no Campinho, quatro numa área classificada como risco muito alto, localizada ao lado da Escadaria do Céu, atingindo as residências de dona Eralda Lopes, dona Nailza, dona Maria, dona Admilsa e seu Fernando da Vitória. Não houve limpeza e remoção das bananeiras, desmonte e remoção dos blocos instáveis ao longo da Escadaria do Céu, muito menos a revegetação da encosta, conforme tinha sido indicado, mas foram providenciadas as remoções de cinco famílias, quatro contempladas com o Aluguel Provisório, ficando evidente a maior intenção da PMV: a retirada das famílias do Campinho. A outra área no Campinho classificada como risco alto, teve como indicações a proibição da ocupação da área, a remoção da moradia e a revegetação de 400 m² da encosta (*Idem, 2007*), sendo que as últimas duas ainda não ocorreram.

o Bônus Moradia ou o Reassentamento, tendo ainda a possibilidade de antes serem atendidas pelo Aluguel Provisório.

Uma dessas habitações é a de José Carlos dos Santos, conforme fotografia 13 abaixo, que representa muito bem a precariedade em que vive o coletivo. Localizada há aproximadamente 190 metros de altura, sem água ou banheiro, o piso é de terra batida, e segundo laudo da Defesa Civil de 23/04/2010, as paredes de seu lar de cerca de 10m² são de estuque:

uma técnica construtiva antiga, que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais de bambu amarradas entre si por cipós, dando origem a um painel perfurado que, após ter os vãos preenchidos com barro, transforma-se em parede. Tal edificação já é bastante antiga e encontra-se em precárias condições estruturais. Verificamos a existência de rachaduras nas paredes, telhas do tipo amianto furadas e trincadas, caibros que dão sustentação ao telhado apodrecidos, a instalação elétrica encontra-se irregular e sujeita a curto-circuito. Uma das paredes já apresenta adernamento acentuado, apresentando risco iminente de ruína. Devido ao precário estado estrutural da residência em questão, bem como ao fato de que a mesma **localiza-se em AIA**, a Defesa Civil orienta a remoção do município do local (grifo nosso).



Fotografia 13: Lar de José Carlos e mata da Área B do PEFG ao fundo
Fotografia do autor (14/02/13)

Esses laudos são emitidos pelos técnicos da Gerência de Defesa Civil da Secretaria de Assistência Social da PMV, após identificação pela equipe local do PTMI das edificações em risco que necessitam de visita técnica, visando à abertura de processo para encaminhamento para as diversas opções de remoção da PMV, bem como para o Aluguel Provisório. Como pode ser observado na tabela 2, no período de 2007 a 2010, foram emitidos pela Defesa Civil doze laudos sobre treze residências do Campinho, sendo que num laudo foram contempladas duas casas. Dessas residências, oito foram identificadas com “risco estrutural alto”, uma com “risco estrutural muito alto”, duas com “risco estrutural e geológico alto” e apenas uma com risco geológico, classificado como “risco geológico alto”.

Tabela 2: Ocorrências dos riscos das edificações do Campinho

Risco	Ocorrências
Estrutural alto	08
Estrutural muito alto	01
Geomorfológico ou geológico alto	01
Estrutural e geomorfológico ou geológico alto	02
Não informado	01

Fica evidente que o risco das residências não está em sua localização em encostas, precipícios ou próximas às pedras com risco de rolar, mas devido à proibição de melhorias e conservação de sua estrutura, por estarem em área de interesse ambiental. Não é à toa que oito laudos propõem - conforme tabela 3 - “a demolição da residência devido à condição precária da mesma e **por estar em área de interesse ambiental**, e inclusão dos munícipes em um programa habitacional desta municipalidade”, sendo que um laudo apenas informa, no espaço da proposta de ação necessária, que “a residência está localizada em **área de interesse ambiental**”, totalizando nove laudos que indicam esta mesma localização. Logo, se na AIA as famílias não podem realizar a manutenção de suas casas - o que a tornará com risco estrutural, sendo futuramente encaminhada aos programas habitacionais da PMV e sua casa demolida - o risco maior é o estrutural ou é a localização em AIA?

Tabela 3: Propostas dos laudos da Defesa Civil

Proposta de ação necessária	Ocorrências
A demolição da residência devido à condição precária da mesma e por estar em área de interesse ambiental , e inclusão dos munícipes em um programa habitacional desta municipalidade	08
A Defesa Civil considera a área imprópria para habitação por ser uma área de risco geológico	01
Risco de ruína e encaminhamento do relatório para a P3 pra conhecimento e medidas cabíveis.	03
A residência está localizada em área de interesse ambiental	01

Nota-se ainda que não ocorre o mesmo encaminhamento de retirada de famílias do bairro de Fradinhos por estarem também em área de encostas do PEFG, o que representaria, segundo a lógica da PMV aplicada ao Campinho, um “risco” para a preservação ambiental, o que nos faz entender que:

risco só é risco dentro de um contexto relacional. E a partir desta perspectiva, a hegemonia de certo entendimento a respeito da natureza do risco ambiental na cidade de Vitória penalizou práticas de agentes menos articulados politicamente na arena de disputa. O grupo que conseguiu definir o conceito do risco definiu as práticas não sustentáveis, além do projeto e controle sobre o espaço. Ações como estas por parte do poder público são capazes de consolidar a noção da “cidade sustentável” pautada na garantia da produtividade física do meio urbano em função da reprodução do capital (LOBINO *et al.*, 2008, p. 51).

As condições de risco geológico na localidade e estrutural das moradias no Campinho, identificadas através dos *Relatórios de risco habitacional das famílias da Poligonal 3* (PMV, 2008; *idem*, 2010) ficam subsumidas ao grande projeto ambientalista da “cidade verde”, aplicando os recursos para as desapropriações e as transferências das famílias para outros locais garantidos pelo Programa Terra Mais Igual, financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2).

Entretanto, apesar das dificuldades apresentadas, o coletivo sempre demonstrou vínculo com o território, ao insistir em permanecer no Campinho, como consta desde o *Diagnóstico socioeconômico da comunidade do Campinho da Fonte Grande* (*Idem*, 2009), quando, além da aplicação do cadastro socioeconômico do Programa Terra Mais Igual, foram realizadas entrevistas com os moradores sobre a expectativa em permanecer ou não no local, e sobre as relações que mantinham com o território. Na apresentação dos resultados preliminares do estudo, realizada no NGTerra no dia 29 de abril de 2009, com a presença de diversos gestores da SEGES, SEDEC,

SEHAB e SEMMAM, expomos que 24 famílias desejavam sair do Campinho, sete famílias negociariam com a PMV e dez não queriam sair (*Ibidem*). Percebemos que o que mais importou não foram as razões, mas os números, considerados muito positivos pelos gestores da PMV, já que achavam que o número de famílias que se negariam a sair do Campinho seria muito maior.

Como observado no ANEXO V - Edificações do Campinho da Fonte Grande, todas as residências foram indicadas por cores que representam as expectativas das famílias em permanecer ou não no Campinho: a cor vermelha para “não deseja sair do imóvel”, verde para “deseja sair do imóvel” e amarelo para “negociação”. Além das 41 edificações, ainda foram identificadas com a cor roxa outras quatro que estavam fechadas, o barracão do Nativos e a residência de Flávio Almeida, que não foi encontrado, contabilizando um total de 47 edificações.

Dentre os principais motivos que levaram as vinte e quatro famílias a afirmarem que sairiam do Campinho, estão a falta de saneamento, água, luz, situação das habitações, problemas de saúde, falta de uma via de acesso por cima, dentre outras. Vale ressaltar que ao perguntar se fossem resolvidos todos esses problemas do Campinho eles sairiam, muitos afirmaram que não, como relatado por dois primos da família Moura, nascidos e criados nesse território:

hoje a maioria do pessoal que morava lá em cima está descendo porque não está tendo condição lá em cima (...) Falta água encanada, energia, precisa de uma estrada das antenas da TV até o Campinho, falta acesso aos serviços. (...) Mas se tivessem condições não desceriam (...). É claro que não, né? Eu por exemplo, não desceria (...) (Juca, 43 anos).¹⁶⁷

Se tivesse condições eu também ficaria lá em cima, teria expandido nossa casa, o acesso pra subir. É difícil subir a escadaria, as pessoas que estão com mais idade tem dificuldade, a gente poderia, se a gente tivesse poder, reivindicar estrada pelo Fradinhos que saísse nas nossas casas, só que Fradinhos não permite (Maria da Conceição dos Santos, 42 anos).¹⁶⁸

¹⁶⁷ Entrevista concedida em 02 de julho de 2011.

¹⁶⁸ *Idem*.

As sete famílias que aceitariam negociar uma saída com a PMV demonstraram apreensão com o que vem ocorrendo e intensa relação com o território e, como relatado por Sebastião Pinto Lírio, 64 anos, nascido e criado no Campinho:

eu nunca pensei nisso não, certo (...) nunca quis sair daqui, porque no lugar que a gente nasceu, me criei, criei meus filhos, nunca tive esse pensamento de sair não (...) dependendo do que for a negociação, por que você não pode impedir (...) mas tem que conversar para ver o que a gente pode fazer (...). Vai pegar a área do Parque? A área da mata vai ficar tudo pra mim, aí não tem condições. Para que eu vou ficar com a mata? A mata é deles, é da Prefeitura (...) eu não vou querer derrubar uma mata dessas na cidade por que é o “pulmão” da cidade, eu não quero prejudicar (...). Eu não quero ficar com um pedaço de terra que eu não posso mexer, eu não posso fazer atividade nenhuma. Como eu vou criar?¹⁶⁹

Já os membros das dez famílias que se manifestaram pela permanência no Campinho enfatizaram o fato de serem “nascidos e criados” no local e demonstraram seu apego pela tranquilidade, boa convivência, sossego e ar puro, dentre outros:

eu gosto daqui, aqui é sossegado, faço minhas coisinhas (...) Passei minha jovialidade toda aqui, agora eu vou sair? Tem condições? Não tem, se você ama o lugar, então você quer ficar (Nayr Rodrigues Brito, 73 anos).¹⁷⁰

Ah, a história que tive aqui foi a maior beleza (...). Ninguém me atrapalha, chego a hora que quero, saio na hora que quero. Não tem nada que aconteça aqui não. Ninguém faz nada com ninguém, ninguém mexe com ninguém, é a maior tranquilidade pra viver aqui. Não tenho vontade nenhuma de sair daqui. Eu nasci e me criei aqui, eu quero morrer aqui (Lauro Lírio Falcão, 51 anos).¹⁷¹

Aqui é calmo. Lá pra baixo não, tem uma bagunça danada, né? Aqui tem um silêncio de noite, você dorme tranquilo (Claudemir Almeida, 38 anos).¹⁷²

Aqui é bom, ar puro, tranquilidade. Ninguém mexe com ninguém. Não tem negócio de ficar na porta de vizinho. Às vezes a gente tem que descer assim ó: oi, oi, oi (risos) (Ormindo Sebastião dos Santos, 69 anos).¹⁷³

¹⁶⁹ Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009.

¹⁷⁰ Entrevista concedida em 06 de janeiro de 2009.

¹⁷¹ Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2009.

¹⁷² Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2009.

¹⁷³ Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2009.

(...) eu fico aqui mesmo. Depois vai arrumar um lugar que não vou gostar, não vai dá certo. Falaram que vão botar em apartamento, eu não quero não. Aqui eu vejo uma conversa aí, um fala uma coisa, outro fala outra, já estou de cabeça cheia, já. (...) Eu não quero ir pra outro bairro não, eu acho que enquanto eu não quiser sair não vão me tirar não (Ângela Maria Conceição Penha, 56 anos).¹⁷⁴

Não, não pretendo não, isto aqui eu não vendo não. Olha, dinheiro não me compra não, aqui é onde eu curto a natureza. Eu vou ficar no meio de gente? Tem hora que eu não gosto de ouvir as conversas de gente não (risos) (Dino, 60 anos).¹⁷⁵

Não tenho vontade de morar em bairro não, não acostumo. Não sei viver em bairro, estamos acostumados com o ambiente daqui e tudo, com o ambiente daqui (Nilza Brandão, 77 anos).¹⁷⁶

Nossa mãe, eu num posso morar num lugar apertado, eu não moro num apartamento não, Deus me livre. Pode me dar um apartamento do maior que eu agradeço (Júlio Nascimento Brito, 78 anos).¹⁷⁷

Além da falta de saneamento, água, luz, pavimentação de vias, situação das habitações, etc., a ausência de segurança pública representa outro motivo de expulsão do coletivo do território, considerado por Renato Santos como mais um exemplo do abandono do poder público no território:

o policiamento é muito mal feito, então o pessoal se sente inseguro e está abandonando o bairro (...). Uma história muito triste de abandono social. O processo de esvaziamento do bairro, o Estado está saindo de lá, agora a população tende a sair atrás, junto com a escola, as associações, os projetos sociais. O abandono completo do bairro pelo Estado, que deixa gurizinhos com armas na mão na disputa com a Piedade, o que não existia antes.¹⁷⁸

Conforme relatos de moradores, sempre muito reservados em abordar esse tema, o conflito entre os morros da Fonte Grande e da Piedade teve início numa partida de futebol no Campinho há cerca de quinze anos, quando, após uma entrada mais ríspida de um jogador, o agredido respondeu com tiros, sendo ambos integrantes do “movimento”¹⁷⁹ dos respectivos morros. Desde então, se desencadearam e intensificaram ameaças, agressões, assassinatos, vingança e disputa por pontos de

¹⁷⁴ Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2009.

¹⁷⁵ Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2009.

¹⁷⁶ Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2009.

¹⁷⁷ Entrevista concedida em 28 de janeiro de 2009.

¹⁷⁸ Entrevista concedida em 22 de junho de 2011.

¹⁷⁹ Como é chamado o tráfico de drogas nos morros.

venda de drogas nos dois morros, que, conforme relato de moradores, “só acalma quando um grupo de um lado e um do outro são presos pela polícia”. Toda essa violência chegou ao ponto de impedir que moradores de um morro utilizem a unidade de saúde do outro, e que filhos de moradores de um morro frequentem a escola de ensino infantil do outro, configurando a imposição de mais uma proibição ao coletivo.

A situação de conflito fez surgir mais uma fronteira identitária (BARTH, 2003; *idem*, 2000) no morro da Fonte Grande, entre o Campinho e a parte baixa do morro, relacionada à manifestação da violência: “aqui é muito bom de morar, é tranquilo, não tem os tiros lá de baixo, lá tá tendo tiro direto. Pra baixo não tem lugar tranquilo, é só tiro, aqui em cima é tranquilo” (Bruna Carla de Moura, 24 anos).¹⁸⁰ E mesmo que não tenham ocorrido no Campinho, nesse período de cinco anos de vivência no morro foram assassinados três moradores envolvidos no conflito - o filho de Ângela Maria, o filho primogênito de Clarice Ana, além de Rafael Galante Dias - e canceladas várias “subidas” à Fonte Grande pelos técnicos da P3, devido às notícias de tensão no morro, que também afetaram a minha pesquisa de campo, sendo inúmeras as vezes em que fui instruído pelos próprios moradores a não subir, principalmente nos períodos de guerra com a Piedade.

No início do ano de 2013, numa visita ao Campinho em companhia de uma assistente social da SEHAB, tive a oportunidade de conversar com a mãe de Clarice Ana, dona Expedita, 78 anos, que depois de ouvir um “bom dia, tudo bem com a senhora?” proferido por mim, disparou imediatamente a seguinte frase: “que nada, o Papai Noel subiu o morro vestido de preto”¹⁸¹, já que seu filho Robério Pereira da Silva, 49 anos, havia falecido em meados de setembro de 2012 com quadro de insuficiência vascular, e seu neto, Carlos Eduardo, 15 anos, fora assassinado no último dia do ano.

Os bailes no alto do morro, as partidas de futebol, os carnavais de rua, os namoros à moda antiga e até as trocas de favores entre vizinhos (FREITAS *et al.*, 2011) foram

¹⁸⁰ Entrevista concedida em 02 de novembro de 2012.

¹⁸¹ Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2013.

atingidas pelos tiros que passaram a estigmatizar a Fonte Grande como território da violência e do tráfico, frequentada cada vez mais por policiais, helicópteros e rabeções, na mesma proporção em que aparece nos noticiários policiais dos jornais e telejornais locais, além de expulsar muita gente do morro, inclusive do Campinho.

Exemplo emblemático dessa situação foi a saída de integrantes da família Moura - cujas residências de seu núcleo familiar estão representadas na figura 9 abaixo - os que mais estavam resistindo em sair do Campinho. Depois de muito tempo sem subir o morro, devido ao clima de insegurança que nos chega através dos moradores e da imprensa, no dia 04 de setembro de 2013 fui ao Campinho juntamente com alguns integrantes da P3.

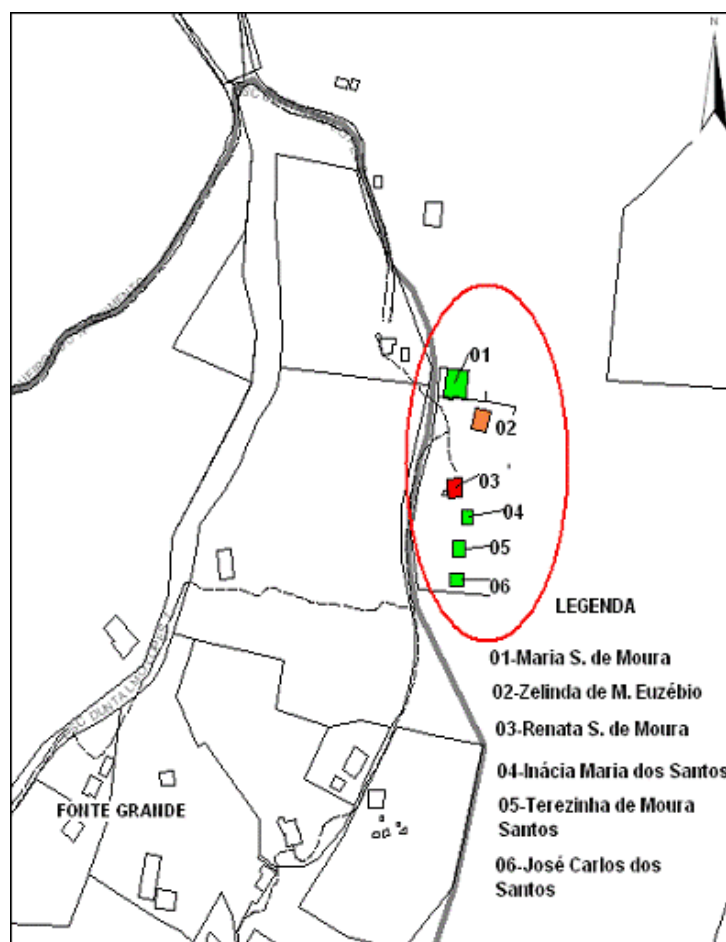


Figura 9: Núcleo da família Moura

Fonte: PMV/SEDEC/P03/Mapa de localização nº 25/2013

Verificamos que quatro das seis casas do núcleo familiar estavam fechadas, e a residência central, da matriarca da família, dona Inácia, estava apenas com os entulhos devido à sua demolição, mudando o cenário do Campinho, já que nesses

cinco anos de andanças por lá, sempre presenciava o terreiro vivo, com dona Inácia e alguma companhia sentadas no banco de madeira e as crianças e cachorros brincando no chão de terra batida. Mas mesmo se estive vazio, pelo menos dona Inácia estava lá, trocando algumas palavras, afirmando que não queria tirar fotos e agradecendo pela visita.

Juca foi o primeiro a descer, no final de 2008, para a parte baixa do morro, próximo à Escola de Samba Unidos da Piedade, devido à crescente insegurança no morro. Em sua casa (a casa 04 da figura), ficou morando sua mãe, dona Inácia, que por sua vez cedeu sua casa de madeira (casa 03) à sua neta Renata - filha de dona Terezinha - que também por conta do medo da violência e da situação precária da casa se mudou, em meados de 2012, para a casa de seu sogro em Bubu, município de Cariacica.

Já Terezinha (casa 05), por conta dos diversos AVCs de José Carlos (casa 06), com seus filhos Rodrigo, Bruna e sua neta Rebeca desceram em outubro de 2012 para a parte mais baixa do morro, mais próximo da unidade de saúde, na região conhecida como Chapéu de Lado, numa casa alugada para cuidarem de José Carlos. Maria (casa 01) e dona Inácia desceram em dezembro de 2012, já que Maria estava com medo que seus filhos, no retorno da escola à noite, pudessem ser surpreendidos com algum tiroteio no morro, descendo com sua mãe para próximo de Terezinha, já que dona Inácia, de 85 anos, não poderia continuar morando sozinha no Campinho, que por estar com vários problemas de saúde, é cuidada por Maria, sua filha caçula, sendo a antiga casa de madeira da família derrubada em junho de 2013, devido à precária condição em que se encontrava.

Em conversa no dia 11 de setembro de 2009 na casa de Terezinha, a mesma disse que sua mãe - que também estava presente, além de seu filho Rodrigo, Zé Carlos e neta - até hoje reclama de ter saído de lá, o que fora confirmado pela mesma:

eu não volto pra lá porque não tem ninguém pra voltar comigo, porque senão eu voltava pra lá, porque sozinha eu não posso, eu tenho medo de ficar sozinha, senão eu subia. (...) eu gosto de lá, eu só não volto porque não tem ninguém que me acompanha. (...) lá é

melhor, tem o terreiro, as plantas, eu acho melhor do que aqui, eu não gosto daqui não.¹⁸²

Nesse dia consegui pela primeira vez conversar com uma criança do Campinho, com uma neta de Terezinha e bisneta de dona Inácia, a Rebeca, de 04 anos, filha de Bruna, que fez uma narrativa muito semelhante à bisavó, mesmo com uma diferença de mais de 80 anos, de três gerações entre as duas “eu moro no Chapéu de Lado mas gosto mais de lá de cima, lá tem o terreiro pra brincar, lá eu podia brincar com meus primos, mas aqui não tem nada”.¹⁸³

Zelinda (casa 02), outra filha de dona Inácia que morava no terreiro da família no Campinho, já havia mudado no início de 2012 para uma casa de Nilton Sebastião Lírio localizada no Caminho das Pedras, restando no antigo núcleo da família Moura apenas um filho de Zelinda, Leivison de Moura Euzébio, que toma conta da casa de sua mãe e das demais, que resistem em pé, assim como o banco de dona Inácia, que pode ser visualizado nas fotografias 14 e 15 abaixo:



Fotografia 14 e fotografia 15: Terreiro da família Moura e casa de dona Inácia antes e depois da demolição, com seu banco no lado direito das fotografias
Fotografias do autor (04/03/13 e 04/09/13)

Desse modo, acostumados em resistir às grandes provações todos os dias, membros da família alugaram casas na parte baixa do morro, de onde ficam monitorando o Campinho, para evitar que traficantes invadam suas residências, esperando que as coisas possam se acalmar para voltarem, e, ao mesmo tempo,

¹⁸² Entrevista concedida em 11 de setembro de 2013.

¹⁸³ *Idem.*

não saindo do território “do Terra”, ficando de olho nos “tais benefícios” que o programa sempre prometeu.

A resistência do coletivo

Como visto, o coletivo encontra alternativas para várias situações adversas, como a falta d’água, luz elétrica, banheiro, segurança, etc., e, mesmo que a ausência do poder público, ausência de cidadania, já tenha feito saírem algumas famílias e descerem para a parte baixa do morro, muitos moradores resistem em continuar no território, ou melhor, desobedecem e sabotam às inúmeras investidas da PMV em domesticar e disciplinar o território. Se a antropologia é uma ciência de indisciplinados, sobre indisciplinados e para indisciplinados (VIVEIROS DE CASTRO, 2007) então, se eles não o fossem, o que estaria fazendo aqui?

Conforme James C. Scott¹⁸⁴ existem diversas formas cotidianas de resistência - armas de grupos com pouco poder - tais como a dissimulação, relutância, falsa submissão, fazer “corpo mole”, simulação de ignorância, boicote, fantasia, condescendência, teatralização, dentre outros (SCOTT, 2011; *idem*, 2002). Para permanecer no Campinho, o coletivo resiste de várias maneiras, com a instalação de gatos de energia, de bombas e caixas d’água; se recusando a assinar o Termo de Opção da PMV; construindo as casas, apesar das proibições; utilizando o valor do Aluguel Provisório para outros fins; buscando ainda denunciar sua situação nas mídias, dentre outras. Ações essas desprezadas pela PMV através de atribuições de má índole, falta de caráter, preguiça, falta de ética, fraude, enfim, diversos juízos de valor que desqualificam a resistência posta em prática pelo coletivo (SCOTT, 2011; *idem*, 2002).

¹⁸⁴ Ao estudar os camponeses asiáticos, o autor leva em conta a ética de subsistência e um senso de justiça que permeia as relações recíprocas na comunidade que cria habilmente estratégias de resistência testadas no cotidiano das relações de poder em que está envolvida (SCOTT, 2011; *idem*, 2002). Com devidos cuidados para não confundir realidades distintas no tempo e no espaço, acredito que a resistência do coletivo pode ser compreendida à luz da perspectiva de Scott.

Gatos de água e luz

Além da instalação de gatos de energia em todo o território, diante das dificuldades no abastecimento hídrico, alguns moradores construíram formas de captação e armazenamento da água da chuva, e outros investiram na compra de bombas para captar a água da CESAN que vai até a linha de AIA, como relataram duas irmãs da família Moura:

a CESAN nunca quis colocar água aqui, porque não queria que nós ficássemos aqui, aí demos um jeitinho e colocamos a bomba (Zelinda de Moura Euzébio, 46 anos).¹⁸⁵

Se nós temos esta água é porque tiramos do nosso bolso, a prefeitura não ajudou em nada, prefeitura, comunidade, nada (Maria Santos de Moura, 42 anos).¹⁸⁶

Em final de 2012, Clarice Ana colocou uma caixa de mil litros d'água ligada à da casa de dona Zelinda (com cinco mil litros), localizada logo acima e que distribui água para várias residências de seu núcleo familiar, como as das irmãs Maria e Terezinha, da mãe Inácia e da sobrinha Renata. A caixa de Zelinda enche uma vez por semana, o que faz com que as outras casas racionem a água, levando a lavar peças pesadas no Poço das Mangueiras, e “mesmo com bomba a gente continua tomando banho de balde, já que o chuveiro gasta muita água”.¹⁸⁷ Não é todo dia que a água sobe e de vez em quando a bomba quebra, de modo que todo mundo fica sem água, fazendo com que seja preciso recorrer ao Poço das Mangueiras.

A recusa da assinatura do Termo de Opção da PMV

O processo de desapropriação de áreas no Campinho e seu entorno, para serem incorporadas ao parque, iniciou-se em finais da década de 90, já com a administração do PEFG pela PMV, como no caso de dona Zilá Cansado Lopes, propriedade logo acima de Clarice Ana, ao lado do campo; seu Machadinho, propriedade logo acima de seu Dino; seu Jorge Juscelino Alvarenga, propriedade entre o campo de futebol e a casa de seu Dino, tendo seu caseiro, o senhor Carlos

¹⁸⁵ Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2009.

¹⁸⁶ *Idem.*

¹⁸⁷ Entrevista concedida em 20 de outubro de 2012.

Pereira dos Santos, 70 anos - mineiro de Carlos Chagas, conhecido, no entanto, como baiano, proveniente de Mucuri (BA), cidade natal de sua esposa, dona Marina da Conceição - permanecido na casa até hoje, com sua criação de galinhas, uma horta e diversas plantações, como visto na fotografia 16 abaixo, além dos cachorros mais temidos do morro.



Fotografia 16: Seu Carlos ao lado de um marco de AIA da PMV e de bananeiras na propriedade em que mora. Ele está abaixo da linha de transmissão que desce do PEFG e distribui energia elétrica para o Centro de Vitória, ficando o Campinho apenas com os gatos.
Fotografia do autor (14/02/13)

Em conversa com seu Carlos, em fevereiro de 2013, o mesmo narrou que foi morar no Campinho há mais de trinta anos como lavrador na propriedade de Jorge Alvarenga, que o convidou para ser o caseiro, assinando sua carteira de trabalho. Nesta época, plantava, colhia e comercializava os produtos, o que agora tem receio de fazer e perder tudo devido à desapropriação. Há cerca de dez anos Jorge Alvarenga vendeu a propriedade para a PMV e não pagou seus direitos trabalhistas. Seu Carlos foi orientado pela liderança comunitária do morro da época a permanecer no local e entrar na justiça, mas o processo ainda está em andamento. Defende a posição de que a Prefeitura é a responsável para resolver a questão o mais rápido possível, pretendendo voltar para a Bahia e comprar uma terra para

cultivar, onde vivem os parentes de sua esposa. Esse cenário foi relatado por Gegê da seguinte forma:

ali no campo, uma parte ali que é do baiano já é da prefeitura, a prefeitura já comprou. Uma parte dos fundos é do Machadinho, a prefeitura já comprou. Só tem ali o Dino, naquele recanto só tem Dino que o terreno não é da prefeitura, o resto do terreno é tudo da prefeitura. O baiano mora de favor no terreno da prefeitura, não sei como a prefeitura vai fazer, ela comprou de Jorge Alvarenga, tem tudo certinho a prefeitura (Gegê, 77 anos).¹⁸⁸

No entanto, o conflito socioambiental no Campinho passou a ganhar visibilidade a partir de 2009, quando a PMV, ao lado da política de não investimento em infraestrutura básica, através do Programa Terra Mais Igual - no intuito de remanejar a população do local sob a justificativa de ser AIA e ZPA - ofereceu aos moradores do Campinho, através do documento “Termo de Opção”, as “opções” de remoção, também conhecidas como “programas habitacionais” da PMV¹⁸⁹, sendo que alguns moradores não aceitaram assinar o documento, afirmando que não sairiam do Campinho.

Com a previsão da realização da 2ª Etapa do Plano de Intervenção Urbanística da Poligonal 3 para o ano de 2010, mas até hoje ainda não realizada, e diante da necessidade de se definir o quantitativo de unidades habitacionais a serem implementadas no território, no período de 17 a 30 de setembro de 2009, ocorreu a “aplicação” do Termo de Opção junto aos moradores da Fonte Grande¹⁹⁰, já realizada anteriormente nos outros bairros da P3 - Santa Clara, Moscoso, Piedade e

¹⁸⁸ Entrevista concedida em 18 de março de 2009.

¹⁸⁹ O Termo de Opção, com timbres da PMV e do PTMI, identificação da edificação, número do setor e da casa, ao final deve ser datado e assinado pelo técnico e pelo morador, que recebe uma cópia do documento, identificado pelo nome, CPF, estado civil e nome do companheiro, poligonal, seguido do seguinte texto:

(...) morador do bairro _____ da Poligonal 3 do Terra Mais Igual há _____ anos, em virtude da necessidade de remoção do imóvel no qual resido e sou proprietário/detentor de posse, tendo sido esclarecido a respeito das alternativas ofertadas a mim pelo Terra Mais Igual, opto, pela referida intervenção: Bônus Moradia; indenização; Reassentamento.

¹⁹⁰ No Campinho, o mapeamento das residências não seguiu a mesma metodologia adotada em 2008-2009 no diagnóstico socioeconômico (PMV, 2009), atendendo à lógica implantada em toda a área da Fonte Grande pela SEDEC, que dividiu o bairro em quatro setores, sendo que os setores 01 e 02 compreendem o Campinho.

Capixaba. Das 47 edificações mapeadas nesse território, foram assinados 32 Termos de Opção, já que seis moradores não assinaram por se tratarem de casos que necessitavam de uma resolução judicial; quatro não eram residências e cinco eram imóveis fechados. Como pode ser observado na tabela 4 abaixo, dos 32 moradores que assinaram o Termo, doze optaram pelo Reassentamento, ressalvando que não abririam mão de continuarem morando no bairro da Fonte Grande.

Tabela 4: Assinatura do Termo de Opção

Opção de remoção	Frequência
Bônus Moradia	07
Indenização	01
Reassentamento	12
Não aceita sair	12
Total	32
Não assinou	15
Total geral	47

Outros doze moradores¹⁹¹ declararam que não queriam sair de suas residências e só aceitaram assinar o documento quando propus escrever à mão a opção “não aceita sair” ao lado das outras, sendo que o senhor Lauro Lírio Falcão não concordou, declarando que nem isso aceitaria fazer.

Construções no Campinho

Mesmo diante das proibições impostas pela PMV através de seus diversos instrumentos de “controle territorial”, as pessoas não deixaram de realizar melhorias em suas residências, como no caso de Clarice Ana, que fez um “puxadinho” de madeirite como extensão da casa de sua mãe, pois a família crescia e não cabia mais nos dois cômodos da antiga residência. Na casa morava sua mãe, o irmão, ela com seu companheiro e os quatro filhos, sendo que Clarice Ana estava de novo grávida.

¹⁹¹ Além disso, o bar de seu Dino, o barraco de madeira de dona Nancy e outro de dona Ângela, que afirmaram que recusariam a assinar, por se tratarem de estabelecimento comercial e edificações fechadas, não foram contemplados com o Termo de Opção.

Em 2010, devido às chuvas do final de ano que causaram estragos às casas e encostas da Fonte Grande, Clarice Ana trocou a madeirite por alvenaria e construiu uma cobertura para o carro da família que consegue descer pela estrada do PEFG, quando não chove. Assim comentou a abordagem da prefeitura:

o pessoal da prefeitura veio aqui e falou que não podia construir mas eu falei pra eles que se eu tiver que fazer eu faço mesmo e não tem conversa não (...). Eu falei pra eles que não adianta vir com um monte de “presepeira” não, que aqui não tem nenhum marginal não. (...) Se eu tiver que fazer alguma coisa aqui eu vou fazer e quero ver a prefeitura derrubar.¹⁹²

Devido às obras, essa moradora coleciona alguns relatórios de vistoria e autos de constatação da SEMMAM, além de um par desses documentos por supressão de vegetação. No início de 2012, finalmente Clarice Ana construiu um banheiro no quintal de sua casa, onde ela, o esposo, seus filhos e a mãe - que até então morou sem banheiro em casa por mais de cinquenta anos - poderão enfim desfrutar desse “luxo” no morro.

Seu Júlio, em meados de 2013 finalmente construiu sua casa de alvenaria, do mesmo tamanho da anterior feita de madeira - conforme fotografias 17 e 18 abaixo - que pretende demolir assim que concluir a casa nova, o que irá produzir novos efeitos para o relatório de vistoria e auto de constatação da SEMMAM.



Fotografia 17 e fotografia 18: Casa de seu Julio antes e depois da alvenaria
Fotografias do autor (28/01/09 e 04/09/13)

¹⁹² Entrevista concedida em 20 de outubro de 2012.

Sabotando o Aluguel Provisório

Desde o início do cadastramento, onze famílias do Campinho já foram encaminhadas ao Aluguel Provisório devido aos riscos estruturais e geológicos indicados nos *Relatórios de Risco* (2008; 2010) e no *Plano Municipal de Redução de Risco - PMRR*. No entanto, apenas cinco famílias se mudaram e permanecem em outros bairros, já que as outras seis famílias ou não sacaram o dinheiro depositado pela PMV em contas abertas para tal fim; ou sacaram, se mudaram e voltaram para o Campinho; ou sacaram e nem saíram do lugar. Assim, mesmo diante da precariedade, falta de infraestrutura e insegurança no local, as pessoas retornam para suas casas, mostrando o forte vínculo afetivo, a identificação e pertencimento em relação ao Campinho.

Clarice Ana recebeu o Aluguel Provisório em 2009, gastou o dinheiro dos três meses em que foi depositado em sua conta, mas não se mudou do Campinho, até que em 2010 assinou um documento da SEHAB intitulado *Termo de Desistência do Aluguel Provisório*. No período em que recebeu o Aluguel Provisório, teve dificuldade em conseguir uma casa para alugar:

eu não saí porque quando eu procurei casa eu não consegui, não saí por causa disso. Todo mundo via que eu tinha quatro filhos pequenos e estava grávida de um, entendeu? As pessoas que alugavam casa não queriam, por causa de choro de criança, de recém nascido, aí não consegui, entendeu? (...) Eu gastei o dinheiro do aluguel mesmo e ninguém tem que dar opinião não, aí a assistente social chegou aqui botando opinião que eu gastei o dinheiro do aluguel, um negócio que não é nem pra ela se intrometer, ela chegou aqui gritando que parecia que o dinheiro era dela. (...) Pra aluguel eu não saio não, só pra minha casa mesmo, entendeu?¹⁹³

Dona Expedita também recebeu o Aluguel Provisório em 2009, gastou o dinheiro referente aos três meses mas não se mudou até início de 2011, quando registrou seu polegar no Termo de Desistência do Aluguel Provisório. Clarice Ana disse que sua mãe pode até se mudar, mas sempre volta:

ela já se mudou pra São Pedro, já mudou pra Serra, já mudou pra Cariacica, mas quando ela fala que vai voltar ninguém tira da cabeça

¹⁹³ Entrevista concedida em 20 de outubro de 2012.

dela. Quando ela fala de voltar, ela volta, bota uma roupa na sacolinha e se manda. Ninguém tira essa ideia da cabeça dela não. (...) ela já foi pra vários lugares mas não fica de jeito nenhum! Meu irmão fez um cômodo lá na Serra pra ela e ela não ficou. Meu outro irmão também fez e ela não ficou. Ela vai, fica animada, vai. Quando passa dois, três meses ela volta, ninguém segura ela pra voltar¹⁹⁴.

Em fevereiro de 2013, seguindo os atores e aproveitando a visita das assistentes sociais da SEHAB, lotadas na P3, à dona Maria Ribeiro Marinho, 78 anos, consegui conversar com ela com muito esforço, devido à sua dificuldade em ouvir e por fazer isso ao lado da equipe. Ela nasceu em Guaratinga (BA) e veio há cerca de doze anos de Rondônia, separada de seu esposo, seu Júlio, com o qual teve, entre outros filhos, duas moradoras do Campinho: Naiza Marinho Brito e Admilsa Marinho Brito de Freitas. Dona Maria mudou-se do Campinho em 2010, através do Aluguel Provisório, passando por várias casas em diversos bairros do município, como Vila Rubim, morro do Quadro e Santa Tereza, residindo hoje em Maria Ortiz, com seu companheiro Serafim Pereira dos Santos, de 66 anos.

Morando num apartamento de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, água encanada e luz elétrica, o casal não precisa pegar água da fonte nem fazer as necessidades no mato, muito menos gato para ter energia. No entanto, além de pagar pela água e luz, a casa não tem quintal, como no Campinho, onde dona Maria tinha bananeira, horta e galinhas, sobrando apenas um pequeno pé de boldo que trouxe do Campinho numa lata grande de manteiga, colocada ao lado da pia da cozinha. Dona Maria disse que tinha saudades de suas plantas, de suas galinhas e cachorros, e que não queria mais viver de aluguel: “quero logo minha casinha, com quintal, pra plantar meus remédios”.¹⁹⁵

Outra situação comum na P3, não só com os moradores do Campinho, é o fato de alugarem casas num valor bem abaixo daquele pago pelo Aluguel Provisório para garantir recursos para outros gastos, além da despesa com as contas de água e luz.

¹⁹⁴ *Idem.*

¹⁹⁵ Entrevista concedida em 07 de fevereiro de 2013.

Dona Eralda e suas casas

Em 2009 dona Eralda e seu Caim estavam morando numa casa ao lado da Escadaria do Céu, onde viveram por cerca de cinco anos, após terem saído da casa da família de dona Eralda na Boca da Mata: “eu nasci, cresci, casei, tive filhos, lá em cima, era do meu pai. Lá em cima na Boca da Mata: (...) ali tudo era do meu pai, meu pai tinha uma roça de milho e de feijão, aí tinha tudo! Era uma chácara ali. (...) meu pai vendia manga, vendia milho, parece mentira (...)”.¹⁹⁶ A casa original, com o terreno na Boca da Mata, heranças de seus pais, ruiu e seu Caim construiu outra no lugar. Pouco antes de se mudar para a casa da Escadaria do Céu, dona Eralda vendeu a casa para Maria Aparecida Lopes de Paula, a Deda, mas argumenta que não vendeu o terreno, demonstrando sua resistência em se desfazer da terra de seus pais, como se tivesse seu umbigo nela enterrado¹⁹⁷ (OLIVEIRA, 1998), tentando, dessa forma, separá-la da casa:

Eralda: ele (Caim) pegou a casa, que é dele, ele dizia que a casa é dele, que foi ele que fez, e de fato foi mesmo, não tinha água, não tinha luz, ele que colocou, a casa foi ele que fez mesmo, lajota, tudo foi ele que comprou. Então ele pegou a casa que era dele e vendeu, mas o quintal eu não vendi, eu não vendi aquele quintal, aquele quintal a minha mãe lançou tudinho, foi medido, já foi passado para a prefeitura, chegou os carnezinhos (...) até a moça falou: ‘a senhora fica com os carnezinhos guardados aí e não precisa pagar não, agora os carnezinhos ficam com a senhora, é como se fosse o documento dali’ (...). Ele que vendeu, eu não vendi não. Mas o terreno continua sendo meu (...), agora lá mora outra pessoa, na casa que ele vendeu, o quintal não (...). Eu vou continuar com aquele quintal para mim, primeiro porque eu não vendi, porque eu sabia que aquilo era meu (...)

Caim: eu já expliquei para ela que eu tava vendendo o barraco, ela é que tem a terra.

Eralda: Não, eu tenho é a herança.

¹⁹⁶ Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2009.

¹⁹⁷ João Pacheco de Oliveira, em seu texto *Uma etnologia dos “índios misturados”?: situação colonial, territorialização e fluxos culturais*, esclarece que a expressão “enterrada no umbigo” traz para os nordestinos uma associação muito particular, já que nas áreas rurais há um costume das mães enterrarem o umbigo dos recém-nascidos para que eles se mantenham emocionalmente ligados a ela e à sua terra de origem, uma vez que esse ato mágico aumentaria as chances da criança retornar um dia à sua terra natal. O que a figura poética sugere é uma poderosa conexão entre o sentimento de pertencimento étnico e um lugar de origem específico, onde o indivíduo e seus componentes mágicos se unem e identificam com a própria terra, passando a integrar um destino comum. A relação entre a pessoa e o grupo étnico seria mediada pelo território e a sua representação poderia remeter não só a uma recuperação mais primária da memória, mas também às imagens mais expressivas da autoctonia. (OLIVEIRA, 1998, pp. 64-65).

Caim: Ela faz questão da terra.

Eralda: Não, eu não faço questão da terra, eu faço questão da herança que meu pai deixou, eu já falei para você que eu não vou levar a terra (...) aquele terreno é herança do meu pai (...) é por isso que eu firmo o meu propósito com Deus.¹⁹⁸

Se dona Eralda pretende ser indenizada pela prefeitura, por outro lado, Deda argumenta que comprou a casa junto com o terreno e que desconhece outra situação onde se vende uma casa sem o terreno. Dona Eralda mostrou-se muito apreensiva: não tem nenhum direito sobre a casa onde mora e reivindica a propriedade do terreno que diz não ter vendido, além de não possuir nenhum tipo de renda. A casa comprada na subida da Escadaria do Céu, localizada abaixo de um barranco com pedras e bananeiras, foi classificada pelo PMRR como em área de risco geológico muito alto, assim relatado por dona Eralda:

(...) isto aí está tudo empilhado, e vai cair tudo. Isso aí é desde o tempo do meu pai, vai cair tudo. Eu passava aí para ir à escola, essa passagem é do tempo do meu pai, isso aí vai cair tudo. A gente pede socorro aqui, o povo não olha pra gente não, a gente mora em área de risco aqui, entendeu?¹⁹⁹

Em outubro de 2010 dona Eralda e seu Caim mudaram-se para a parte baixa do morro da Fonte Grande, já que passaram a receber o Aluguel Provisório. A casa foi demolida pela PMV, mudando a paisagem do lugar, como pode ser observado nas fotografias 19 e 20 abaixo, permanecendo a lembrança de subir e descer a escadaria e sempre encontrar dona Eralda, que perguntava curiosa onde eu estava indo, contava alguma novidade do morro, e se despedia com seu típico “vai com Deus, que o Senhor o acompanhe”.

¹⁹⁸ Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2009.

¹⁹⁹ *Idem.*



Fotografia 19 e fotografia 20: Casa de dona Eralda antes e depois de sua saída para o Aluguel Provisório
Fotografias do autor (09/11/10 e 05/01/12)

Em 2013, quando conversei com dona Eralda no escritório da P3, no mês de fevereiro, ela disse que continuava plantando jiló, abóbora, coentro, taioba, chuchu, boldo, manjericão, limão, batata doce, pimenta, dentre outros, no quintal atrás da casa onde mora de aluguel, na parte baixa do morro da Fonte Grande. Relatou ainda que havia pago a um vizinho para que trouxesse terra do quintal de sua casa demolida na Escadaria do Céu para poder plantar como lá em cima, com a mesma terra, como se o Campinho descesse junto.

Mostrando a cara do Campinho

Encontrei Clarice Ana na manhã do dia 26 de abril de 2012 na praça Mário de Oliveira Silva, na Fonte Grande. Eu estava subindo o morro - acompanhado de uma assistente social da SEHAB e de uma técnica em edificações da SEDEC - e ela estava descendo. Comprovando mais uma vez que também era um ator com agência seguido por outros atores (LATOURE, 2000), Clarice me chamou e disse que havia gravado um vídeo sobre o Campinho e que naquele momento estava indo para a casa de um primo para postar na internet. O vídeo intitulado *Falta de qualidade de vida em pleno sec. 21 - Prefeitura de Vitória*, o mais recente ator não-humano presente na rede (*Idem*, 2012), está no *YouTube*²⁰⁰ desde essa data e já teve mais de 500 visualizações.

²⁰⁰ <http://www.youtube.com/watch?v=VHoGX7JRZTc>.

Foi uma forma que Clarice Ana encontrou para expor e divulgar a situação do Campinho não só para a PMV, a UFES, mas para um público bem mais amplo que vai conhecer a situação de famílias que moram num lugar abandonado pelo poder público. No vídeo, gravado ao lado do Poço das Mangueiras, Clarice narra o cotidiano das famílias do Campinho em busca de água para beber, lavar roupa, vasilhas e tomar banho, sendo que sua mãe, dona Expedita, que mora há mais de cinquenta anos no local, nunca teve água encanada em sua casa:

a maioria do nosso tempo é aqui no poço, toda a vida nós dedicamos ao poço, porque tudo que a gente vai fazer depende de água, como nós não temos água encanada, a gente tem que vir para o poço (...). A gente nunca teve um chuveiro, nem uma descarga, nem uma torneira em casa não. A gente conhece isso aí por duas coisas, trabalhar na casa dos outros ou visitar casa de alguém que tem, porque aqui nós não conhecemos isso não, entendeu? A nossa vida é assim há cinquenta anos, aqui é assim, entendeu? Quem viveu isso aqui há cinquenta anos, continua vivendo. (...) Eu acho que todo mundo deveria ter uma vida digna de ter uma torneira. Já pensou minha mãe tem setenta e oito anos e nunca teve acesso a uma torneira dentro de casa? Toma banho só de baldinho, ainda porque eu carrego, porque se eu não carregasse, ela que teria que vir neste pedregulho aqui tudo (...). Ele é o único poço, o único poço que existe aqui, não existe outro, tinha mais, mas secou. Se esse poço secar, é só Deus mesmo pra ter misericórdia de nós, porque nós não sabemos o que vamos fazer se esse poço secar. Graças a Deus que está aí cheinho, bonito, que Deus conserva assim, entendeu? Se esse poço secar, só Deus mesmo (...), porque não existe outro (ALMEIDA, 2012).

Além de destacar a problemática da falta de água encanada, Clarice denuncia o descaso da prefeitura em relação à qualidade de vida do coletivo, que vive no centro da capital do Espírito Santo, descaso esse entendido pelo fato do Campinho estar localizado em área de interesse ambiental e, através do “Projeto Terra”, a PMV objetiva tirar as pessoas de lá:

eu moro em Vitória e eu não tenho qualidade de vida nenhuma, nem eu nem as vinte e duas famílias que moram aqui, entendeu? Por que nós não temos isso? Porque a prefeitura não faz nada aqui, a prefeitura nunca fez nada aqui, a prefeitura nunca fez nada (...). Aqui não tem uma estrada, não tem nada que a prefeitura tenha feito. Tá na hora da prefeitura descruzar os braços, olhar um pouco pela gente também, respeitar, porque a prefeitura não respeita não, isso aqui, isso aqui não é vida de cidadão de bem não (...). A prefeitura não faz nada porque quer isso aqui pra fazer área de preservação ambiental. (...) Mas que ela resolva o nosso problema também, porque a gente respeita as árvores, a gente respeita, falta só a

prefeitura respeitar a gente que está aqui, porque desse jeito a prefeitura não está respeitando ninguém aqui, ninguém mesmo, entendeu? Ninguém mesmo! A gente bebendo água aí ó, de xixi, de cuspe, de fezes, de lama. Eu bebo água da chuva porque a água da chuva muitas das vezes está uma água mais limpa, no Centro de Vitória, no Centro de Vitória isso está acontecendo. Que aqui desceu aqui ó, está na Costa Pereira, no Centro de Vitória, isso é uma vergonha, vergonha pra nós não, vergonha pra prefeitura de Vitória, entendeu? (...) A prefeitura de Vitória devia tomar iniciativa logo, o que fazer da gente, porque não tem como a prefeitura querer um terreno da gente e tirar a gente das nossas casas, entendeu? Pra botar em aluguel sendo que é ela que quer o terreno aqui, não somos nós que queremos sair não, aqui quem quer sair mesmo, assim, daqui de cima, apesar de todo sofrimento, é só duas, três famílias, o resto ninguém quer sair não (...). Ela tem que tirar a pessoa daqui e botar dentro de uma casa, porque aqui nós estamos dentro de nossa casa, entendeu? Da nossa casa, não é em casa dos outro não, entendeu? (...) é ela que quer isso aqui, não é a gente, entendeu? É um absurdo isso, um absurdo mesmo, se a prefeitura não tem condições de comprar casa de todo mundo, ela faz o seguinte: a gente não está reclamando de viver aqui não, estamos reclamando só da água só (ALMEIDA, 2012).

Em junho de 2013, dona Eralda compareceu ao escritório da P3 e informou que havia participado da Pré-Conferência da Assistência Social em Vitória²⁰¹ e contou que no momento das intervenções, “no meio daquela gente da alta”, se inscreveu, pediu a palavra e relatou a situação em que vivia:

eu sou Eralda Lopes, sou do Campinho da Fonte Grande, faço parte do CRAS, estou no Projeto Terra, e quero a minha casa que foi derrubada pela prefeitura e até agora não deram a minha casa. Há dois anos moro no aluguel com meu esposo e a gente não aguenta mais ficar mudando daqui pra lá, a gente quer a nossa casa, nem que seja um barraco de tábuas, em nome de Jesus, se vocês não me derem eu volto pra lá. Aí todo mundo bateu palma e vieram falar comigo.²⁰²

Disse que ficou animada em ir à imprensa e contar sua história, para ver se desta forma a prefeitura resolve seu problema. Esse tipo de atitude tem se repetido no escritório da P3, a “porta de entrada” (LATOURE, 2000) do coletivo na PMV, onde moradores do território - que recebem Aluguel Provisório ou não - comparecem prometendo denunciar, pressionando a PMV para a efetivação das ações da política pública municipal, tanto reivindicando respostas em relação aos encaminhamentos

²⁰¹ <http://www.vitoria.es.gov.br/secom.php?pagina=noticias&idNoticia=11317>.

²⁰² Entrevista concedida em 17 de junho de 2013.

assinados desde 2009, quanto ao ingresso no Aluguel Provisório. Fernando da Vitória, 54 anos de idade, também “nativo” do Campinho, se mudou no final de 2010, devido ao incêndio em sua casa, vivendo hoje de favor na casa de sua filha no morro da Capixaba. Comparece constantemente no escritório solicitando Aluguel Provisório, que não é ofertado pelo município desde 2010. Devido às inúmeras negativas recebidas, recentemente manifestou sua vontade em relatar seu caso à imprensa, além de estar conseguindo um advogado para “correr atrás” de seu Aluguel Provisório.

Dona Terezinha vem incessantemente solicitando o Aluguel Provisório no escritório da P3, já que desde outubro de 2012 vem pagando aluguel numa casa na Fonte Grande, com dinheiro do trabalho de seu filho Rodrigo, para cuidarem de seu José Carlos, ainda acamado. Dona Terezinha e seus filhos também afirmaram que irão à imprensa denunciar a situação em que se encontram, além de acionar a intervenção do Ministério Público. Em junho de 2013, dona Nailza Marinho Brito, ao apresentar o recibo do aluguel para a assistente social da SEHAB no escritório da P3, perguntou se tinha novidade sobre o Reassentamento. Recebendo a negativa da técnica, disse estar cansada de viver de aluguel e que se demorasse muito, construiria um novo barraco no Campinho, onde vivera por cerca de 20 anos.

Mesmo à margem da infraestrutura existente na cidade, o coletivo está determinado em viver no Campinho, não abrindo mão de uma intensa relação com o território, laços de parentesco e de afinidade com os demais membros, resistindo e sabotando as imposições do poder público municipal, ao mesmo tempo em que vem tomando atitudes mais ostensivas, procurando dar visibilidade pública aos problemas do coletivo, reivindicando o reconhecimento de seus direitos, pressionando e exigindo do poder público municipal uma resposta à sua situação “provisória”, já que seus integrantes ou vivem mudando de casa em casa - através do Aluguel Provisório - ou vivendo num território cada vez mais abandonado, sem qualquer investimento público, ainda não totalmente “verde”, e muito menos, com cidadania.

Who controls the past now controls the future
 Who controls the present now controls the past
 Who controls the past now controls the future
 Who controls the present now?²⁰³

Testify, Rage Against the Machine²⁰⁴

Considerações finais

Atores não-humanos (LATOUR, 2001) que sempre me acompanharam nesta vivência com o coletivo foram as perguntas tanto do documento da PMV que interpelava a SEMMAM, quanto na UFES, ou com as pessoas que entrevistei nos diversos “laboratórios” por onde andei: “Eles são “índios”? São “quilombolas”?” “E então, eles são “tradicionais” mesmo?” Diante dessa situação, me perguntava: qual o sentido disso tudo? Tentar provar que os moradores são tradicionais para “encaixá-los” num marco jurídico que garanta cidadania? Tentar provar que são índios? Tentar provar que são quilombolas? Tentar provar que moram há muito tempo ali? Tentar provar que são tradicionais para conseguirem viver com dignidade, e permanecerem onde sempre viveram? Para tanto, deveria descrever, ao longo desse texto, os diversos atores presentes nesta rede onde o Campinho se encontra emaranhado, como propõe a TAR de Bruno Latour no diálogo do professor e seu aluno da *London School of Economics*, quando da orientação da tese desse (*Idem*, 2012)? Ser um tradutor, um negociador ou um herói para o coletivo, papéis esses já adotados pelos antropólogos (ALMEIDA, 1992)?

Concordo com Mauro Almeida quando afirma que “os próprios antropólogos deveriam propor a si mesmos tornarem-se desnecessários enquanto heróis” (*Ibidem*, p. 116), por também acreditar que os próprios interessados que reivindicam poder atravessam as fronteiras, deixando o antropólogo de ter um papel privilegiado tanto no processo de comunicação quanto no de negociação entre esses interessados e o Estado (*Ibidem*). Assim, não assumo nenhuma missão heróica - e sim a

²⁰³ Quem controla o passado agora controla o futuro
 Quem controla o presente agora controla o passado
 Quem controla o passado agora controla o futuro
 Quem controla o presente agora? (Tradução do autor).

²⁰⁴ Fonte: LA ROCHA, Zack de. **Testify**. In: MACHINE, Rage Against the. *The battle of Los Angeles*. Rio de Janeiro: Sony Music, 1999. 1 CD. Faixa 1.

responsabilidade de antropólogo diante do cenário existente no Campinho - propondo agora algumas reflexões.

Estando o Campinho emaranhado numa rede “ambientalística” com uma série de atores humanos e não-humanos que restringem seu uso, ordenam seu território e o priva de direitos, em último caso, a fronteira física que se tem limitando-o é o PEFG, uma “área protegida”, um “artefato sociocultural” (BARRETO FILHO, 1999), uma construção humana representando um tipo específico de território que caberia dentro da noção de razão instrumental do Estado (LITTLE, 2002).²⁰⁵

Podemos dizer ainda que a unidade de conservação de proteção integral (BRASIL, 2000) - que não admite a presença humana em seu interior - como o PEFG, se constituiria, conforme Marc Augé (2012), num não-lugar, ao destinar o espaço a determinados fins - como a proteção integral da flora, fauna, do solo e demais recursos naturais bem como assegurar condições de bem estar público, com utilização para objetivos educacionais, científicos e recreativos (ES, 1986) -, desconstruindo as referências culturais do lugar, expropriando os sujeitos de sua identidade; definindo novas relações com o meio, bem como os excluindo do contexto histórico local (AUGÉ, 2012). Conforme Ronaldo Lobão, nessas “áreas protegidas”, as relações experimentadas entre o coletivo e o território seriam esvaziadas de sentimentos, em nome da conservação da biodiversidade (LOBÃO, 2006).

O PEFG, fruto de uma ideologia ambientalista definida de “preservacionismo territorializante” por Paul Little, devido à centralidade e totalidade do seu controle sobre extensas áreas geográficas, consagra o valor da apreciação da natureza no seu estado “intocado” (*wilderness*) (LITTLE, 2002) e exclui a compatibilidade entre a ação humana e a conservação da natureza, tão bem demonstrada por Philippe Descola, que, ao analisar o mito da Amazônia como a última e mais vasta região de

²⁰⁵ Para Paul Little, as “áreas protegidas” criadas pelo Estado mediante decretos e leis, conformam parte das terras da União, sendo, portanto, terras públicas. A criação dessas áreas inclui pesquisas científicas envolvendo um grande leque de especialistas, mostrando o alto grau de conhecimento humano implicado nelas; o estabelecimento de planos de manejo que especificam com detalhes as atividades permitidas e proscritas dentro desses territórios, ou seja, as áreas protegidas representam uma vertente desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento (LITTLE, 2002).

floresta tropical do planeta, afirma ser esse estereótipo amplamente contestado pelos trabalhos de ecologia histórica, que tem indicado que a natureza amazônica é muito pouco natural, sendo um produto cultural de uma manipulação de milênios da fauna e da flora, onde a taxa de biodiversidade é mais elevada nas porções da floresta antropogênicas do que nas porções de floresta não modificadas pelo homem (DESCOLA, 2000).

Ronaldo Lobão, ao tratar do Parque Nacional do Jaú - localizado nos estados do Amazonas e de Roraima - construído a partir de uma ideologia de governo, com total afastamento dos moradores da região e dos atores locais do processo (LOBÃO, 2006), identifica esta situação como ocorrida em todo território nacional:

é nesse sentido que o “meio ambiente” e as unidades de conservação vêm sendo utilizados, entre nós, para conformar culturas particulares e seus espaços a um modelo exógeno. Em uma perspectiva experiencial, no território brasileiro não existem espaços territoriais que não façam parte da história de vida de algum grupo social (*Ibidem*, p. 227).

Nesse processo, onde grupos sociais e o Estado, minorias e majorias configuram “encontros neocoloniais” nos quais a assimetria de poder gera algum tipo de violência, física, espacial, cognitiva, ou simbólica (*Ibidem*), fica evidente que os principais interessados - os moradores dos morros e encostas do município - não estão sendo envolvidos nos debates e nas formulações das políticas públicas que contemplam o ordenamento territorial, criação de unidades de conservação e o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001).

O Estado acaba impondo uma nova relação do coletivo com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural (OLIVEIRA, 1998). Assim, o espaço de uso, de sociabilidade e reprodução cultural torna-se o “meio ambiente”, gerando conflitos e tensões, já que direitos à moradia são negados face à emergência da ideia de uma natureza intocada a ser preservada em detrimento da presença humana, sendo essa representada como danosa (MOTA, 2007).

No Campinho, o Estado chega com estratégias bem definidas para remover as pessoas, forçá-las a saírem e a desistirem de morar no local. É o Estado adotando diversas táticas para alcançar seu objetivo último: a incorporação do Campinho ao plano de preservação ambiental da cidade. Multifacetado, ao mesmo tempo em que é omissivo, já que chega sem o PAC, emprego, educação, saneamento, iluminação, água, segurança, dentre outros, o Estado é autoritário, com seus diversos tentáculos impositivos e territorialidades sobrepostas, como as AIAs, ZPAs, ZCVSs, ZRECs, etc.

Aqui fica explícito como se dá a ausência do Estado, que, atrás do argumento de que não se pode investir em AIA para não incentivar a ocupação do lugar, gera uma situação contraditória e paradoxal, como demonstrado na tabela 5 abaixo. Para ter energia elétrica em suas casas, os moradores devem recorrer aos “gatos”, já que a determinação é não trazer luz ao Campinho; para terem acesso à água devem recorrer às bombas d’água colocadas abaixo da linha de AIA ou pegar água do Poço das Mangueiras, e/ou armazenar água da chuva; os moradores que têm banheiro lançam seus despejos em fossas, já que não há saneamento e os que não possuem banheiro vão para a mata ou desafiam a fiscalização feroz da SEMMAM. No entanto, todo ano o carnê do IPTU - Imposto Territorial Urbano - chega às casas, dando algum desconto se for pago logo nos primeiros dias após seu recebimento.

Tabela 5: O Estado no Campinho

Ausente	Autoritário
Não tem água	Plano Diretor Urbano: é ZPA 2 e 3, dessa forma, é proibido construir no local e as famílias devem ser retiradas
Não tem luz	Parque Estadual da Fonte Grande: vai unir as duas seções do parque, é proibido construir no local e as famílias devem ser retiradas
Não tem esgoto	Programa Terra Mais Igual: é AIA, dessa forma, é proibido construir no local e as famílias devem ser retiradas
<i>“Aqui não se pode fazer nada (...)”</i> ²⁰⁶	IPTU: não possui infraestrutura, mas o carnê chega todo ano para pagar
Não tem PAC	APA do Maciço Central: vai unir as UCs da APA, dessa forma, é proibido construir no local e as famílias devem ser retiradas
Não tem segurança	ZEE: proibida a construção de edificações com finalidade comercial ou habitacional em seu interior; áreas com restrições legais de uso; ou com imposição ainda mais restrita à área pelo PDU

²⁰⁶ Dona Inácia Maria dos Santos, 85 anos.

De modo similar à situação de chegada do Estado a um território e sua modificação, sintetizada no ocorrido no Morro das Andorinhas, em Niterói - RJ, onde uma família que lá morava há mais de 150 anos teria que sair porque seu lugar seria transformado no Parque Estadual da Serra da Tiririca²⁰⁷ (LOBÃO, 2006; MOTA, 2007; LATINI, 2010), os moradores do Campinho seriam removidos de seu território - construído como AIA - por estar localizado entre as duas secções do Parque Estadual da Fonte Grande, já que a SEMMAM tem a intenção de unir essas áreas e conectá-las aos demais “espaços protegidos” dessa APA.

Como analisado no capítulo 2, em 2008 a então coordenadora do Programa Terra Mais Igual enviou ofício²⁰⁸ ao secretário de meio ambiente da PMV solicitando os estudos já realizados pela SEMMAM sobre a área e um posicionamento quanto ao plano de uso da mesma, considerando alguns documentos, dentre eles, uma ata de reunião realizada em 2007, com a presença de gestores de várias secretarias, onde, dentre outras questões, se indicava a possibilidade de presença de comunidade tradicional no território:

a futura remoção de famílias em AIA e Parque na Fonte Grande deve ser melhor estudada, pois **existe um rumor de que na área residem famílias remanescentes de quilombolas e indígenas. Essa população possui uma relação diferenciada com aquele habitat, contribuindo na inibição de novas ocupações.** Deve-se considerar que a diretriz anterior era de remoção total, face à legislação ambiental. Mas, devemos tratar esta situação, se realmente existe, como uma exceção, a partir de **uma política afirmativa dessas populações**, uma vez que **os limites de Parque não são imutáveis** (Ata Reunião da Comissão Gestora do Projeto Terra do dia 15/08/2007, grifo nosso).

Importante destacar que o texto, ao vincular essa presença com a permanência do coletivo no lugar, admite a possibilidade de alteração dos limites impostos.

Em 2008, em resposta ao ofício da SEGES, e justificando sua decisão de retirada desses moradores do Campinho, a SEMMAM, através de Parecer Técnico²⁰⁹,

²⁰⁷ Localizado nos municípios de Niterói e Maricá, no estado do Rio de Janeiro, o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) foi criado em 1991, através da Lei nº 1.901/91, e em 2012 foi ampliado pelo decreto estadual nº 43.913/12, passando a abranger uma área de 3.568 hectares.

²⁰⁸ Ofício nº 014/08 SEGES/APE/PTerra.

²⁰⁹ Parecer Técnico nº 071/08 GCM/CPME de 12 de agosto de 2008.

confirma a presença de indígenas, embora aponte algumas ressalvas, ao mesmo tempo em que nega a existência de quilombolas:

realmente a área apresenta descendentes de indígenas, porém em **número muito reduzido**, mas identificados pela **característica fisionômica de razoável tipicidade**, assim como verificável em outras áreas urbanas nacionais, e até mesmo no próprio estado. Embora moradores de uma área do contexto urbano, que se pode referenciar como exclusiva daquelas que contam com a presença de uma infraestrutura mais diversificada, **não revelam por outro lado um referido *modus vivendi*** que lhe seja decorrente e propriamente com inerência. Quanto ao que diz respeito aos quilombolas, **não se observa, como se possa deduzir, a referida característica pelo mesmo ponto de vista do *modus vivendi***, embora possamos admitir que alguns possam até ter descendentes de escravos, fato que não é incomum ocorrer, por razões históricas da própria formação da população brasileira. Conforme pesquisado em vários sites (*sic*), como por exemplo www.cedefes.org.br, verifica-se indicativos de quilombolas em: São Mateus (comunidade Serraria), Linhares (comunidade Linharinho), Aracruz, Serra, Viana (Araçatiba), Cachoeiro de Itapemirim (comunidade Monte Alegre), Conceição da Barra (comunidade São Domingos), e cujos conflitos se reportam em especial com as atividades da Aracruz Celulose. Não observado nenhum indicativo de tal ocorrência em Vitória (grifo nosso).

Conforme Mauro Almeida (1992), a SEMMAM estaria reclamando aqui uma pureza ideológica delimitada por fronteiras fechadas, onde são admitidos apenas dois cenários, o da **preservação**, puro como em imagens de santuários - queria ver índios nus, pintados de urucum ou jenipapo, de cocares de penas e colares de sementes, com seus arcos e flechas ou zarabatanas, caçando na mata do parque? E os quilombolas, com lança em mãos, fazendo farinha ou beiju, batendo tambor, dançando jongo ou lutando capoeira? - e o da **integração**, a extinção de fronteiras numa história indiferenciada, onde não existiriam mais índios, muito menos quilombolas no morro, encontrando ali seus "*modus morrendis*".

Em ambos os casos, os argumentos do parecer técnico estão sustentados em características exteriores, fenotípicas e estereotipadas, reproduzindo visões coloniais do outro, há tempos questionadas pelos órgãos competentes, conforme Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, ratificada pelo Brasil. Desconsideram os aspectos simbólicos e da organização do grupo ali inserido, fundamentais na constituição de suas identidades e, conforme Eduardo Viveiros de Castro, ser ou não ser índio aqui - como poderia tratar também de ser ou

não ser quilombola - seria muito mais um “estado de espírito”, um modo de ser e não um modo de aparecer (VIVEIROS DE CASTRO, 2006).

Estudos antropológicos recentes realizados por Celeste Ciccarone em bairros de Vitória (CICCARONE *et al.*, 2008), Sandro José da Silva no morro de São Benedito (SILVA *et al.*, 2007), e Osvaldo Martins de Oliveira (OLIVEIRA *et al.*, 2009) no morro da Fonte Grande e no morro da Piedade, dão visibilidade à índios e quilombolas que habitam a cidade de Vitória. Somam-se a esses outros trabalhos com comunidades tradicionais da cidade, como o de André Alves (ALVES *et al.*, 2004) e de Janeth Aparecida de Souza (SOUZA, 2006), que tratam dos pescadores artesanais e catadores de caranguejo nos manguezais da ilha de Vitória. Essas pesquisas, muitas delas financiadas pela própria PMV, através da FACITEC - como ocorreu com a Cartografia Social do Campinho - fontes imprescindíveis para se conhecer, dialogar e avançar no reconhecimento e garantia de direitos dessas comunidades tradicionais, são desconsideradas pela PMV, provavelmente por falta de diálogo e articulação entre as diversas secretarias da administração municipal, ou como estratégia em manter invisíveis as múltiplas identidades coletivas da cidade - com formas diversificadas de organização, ocupação, manejo e uso dos recursos naturais presentes em seus *habitats* (CICCARONE, 2010) - para continuar com a política municipal de expulsão dessas populações de seus territórios de sociabilidade, que acabam sendo também invisíveis para a PMV.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares²¹⁰, existiam no Espírito Santo em 2008 - ano do parecer técnico da SEMMAM - 27 Comunidades Remanescentes de Quilombos reconhecidas e com certidão²¹¹ e não apenas as cinco indicadas naquele parecer. Das 39 comunidades identificadas atualmente, nove ainda não tiveram seu reconhecimento, bem como outras que ainda não entraram nessa conta, como as comunidades quilombolas na cidade de Vitória, referidas acima.

²¹⁰ Instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira.

²¹¹ Fonte: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/4-quadro-geral-das-crqs-ate-10-06-2013.pdf>.

O parecer técnico da SEMMAM também questiona a tradicionalidade do coletivo, sem, no entanto, buscar subsídios para elaborar parâmetros, conforme estabelecido em outras políticas municipais:

a presença da população local, se considerada pelo ponto de vista de **tradicional**, enfatizaria a conotação de tempo de permanência, qual seja, residem no local há tempos, observando-se que tempo também é uma questão relativa, pois que não se dispõem de um parâmetro que defina a partir de que tempo referenciado se pode determinar preteritamente uma **tradição ocupativa**. A dedução depende de efeito. Por outro lado, uma **tradição** quanto aos usos que são consecucionados no local, por conta do que preteritamente já era utilizado, e relativamente ao que veio a ser definido, pela vigência das normas de uso e ocupação estabelecidas pelo ordenamento urbano, Plano Diretor Urbano e Zoneamento Ambiental, evidenciam conflito entre o que é realizado e pretendido de continuar sendo feito, com o que se estabelece na legislação (Parecer Técnico nº 071/08 SEMMAM/GCM/CPME, grifo nosso).

Conforme Ronaldo Lobão, em diferentes momentos da trajetória do Ocidente, tempo e espaço foram conceituados em conformidade com as condições de dominação fundadas na dicotomia natureza x cultura. Por esse motivo, os direitos de grupos sociais minoritários, como quilombos, indígenas, tradicionais, em relação à autonomia sobre o espaço que ocupam, estão fundados em uma anterioridade histórica. O passado desses grupos é descolado do seu futuro, através da ideia do “desenvolvimento sustentável”, enquanto no presente, seu espaço vivido é aprisionado em categorias abstratas, as unidades de conservação ou as “áreas protegidas”, em nome da proteção do “meio ambiente” (LOBÃO, 2006).

Em relação à pretensa relatividade da noção de tempo de moradia, no estado do Rio de Janeiro, segundo a Lei nº 2.393 de 20 de abril de 1995, que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação, comunidades residentes em “áreas de preservação” por pelo menos cinquenta anos tem o direito a permanecerem no local (RJ, 1995; MOTA, 2007; LATINI, 2010). Se tomarmos o meio século como parâmetro para determinarmos uma ocupação tradicional, o caso do Campinho estaria também contemplado. Os autodenominados “nativos” e os “índios” possuem registro de presença no território entre meio século e sessenta anos - com exceção da família Lírio, no morro há mais de um século - como as famílias dos “índios”, de dona Mauride, de dona Eralda, de dona Regina, de

dona Nancy, de dona Ângela Maria, de seu Fernando da Vitória, de seu Lauro, de dona Expedita, da família Galante, da família Brandão. Ainda são do início da década de 60 os registros sobre a reforma e mudança de posição do campo de futebol e os animados torneios de futebol, bailes de forrós e quadrilhas juninas às quais fazem referência os moradores.

O parecer técnico da SEMMAM explicita o conflito entre o que estabelece e impõe a legislação em vigor - “uso e ocupação estabelecidas pelo ordenamento urbano, Plano Diretor Urbano e Zoneamento Ambiental” - e os usos tradicionais - “consecucionados no local, por conta do que preteritamente já era utilizado” - confirmando que o Estado chegou negligenciando os usos existentes no local, exigindo, em caso de violação da lei, autos de constatação, infração, multa, etc., além dos coletivos terem que viver sem cidadania, à margem da cidade.

Fábio Reis Mota, analisando também o conflito no Morro das Andorinhas, lembra que os moradores desse lugar recorreram ao critério da tradicionalidade para permanecerem no território, criando a Organização da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas como forma de garantir seus direitos, visibilidade positiva no espaço público, reconhecimento e consideração (MOTA, 2007).

Será essa a saída para os moradores do Campinho? Deverão se organizar numa “Associação da Comunidade Tradicional do Campinho da Fonte Grande” para lutarem por seus direitos de permanência com cidadania no lugar, se pautando no disposto no Decreto Federal nº 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)? Já que, por estarem na Área de Proteção Ambiental do Maciço Central, impresados entre duas secções do PEF, em Zona de Proteção Ambiental 2 e 3 do PDU de Vitória, em AIA da P3 do Programa Terra Mais Igual, ou em qualquer outro instrumento de ordenação territorial, “ambiental”, “verde”, etc. do Estado, estão “naturalmente” condenados à saírem do Campinho, devendo ser purificados, reconhecidos por outros agentes do Estado para poderem ficar ali, mas não mais como antes, mas agora assumindo a identidade de “comunidade tradicional”, categoria também criada por esse Estado em que novas percepções e significações sobre o tempo e o espaço colocam os grupos locais em uma posição tutelada ou

subalterna, numa nova configuração que Ronaldo Lobão chama de “cosmologia política do neocolonialismo” (LOBÃO, 2006)? Conseguir, dessa forma, uma medida emergencial como no caso de Andorinhas, onde foi estipulado um Termo de Compromisso Ambiental - TCA, vinculado ao SNUC (BRASIL, 2000) e com eficácia de um título executivo extrajudicial, através do qual uma população tradicional continua, temporariamente, sua reprodução cultural e material em seu lugar (LOBÃO *et al.*, 2012)?²¹²

A assimetria entre o poder público municipal e os ambientalistas de um lado, e o coletivo de outro, é evidente ao comparar o repertório jurídico que trata do ordenamento territorial do município, composto pelo PDU (Lei Municipal nº 6.705/06), PTMI (Decreto Municipal nº 13.669/07), cadastramento socioeconômico do Programa Terra Mais Igual (Decreto Municipal nº 14.053/08), AIA (resolução COMDEMA nº 009/98), Programa Habitacional de Interesse Social (Lei Municipal nº 6.967/07), toda a legislação que cria as 68 “áreas protegidas” de Vitória²¹³ - leis, resoluções do CMPDU e decretos²¹⁴ municipais, além de dois decretos e uma lei estadual - bem como o SNUC (Lei Federal nº 9.985/00), instrumento que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação em todo o país.²¹⁵

²¹² No caso do Campinho poderia ser ainda estipulado um acordo, junto ao Ministério Público Estadual, entre SEMMAM, PEFG, PMV, UFES, CESAN, ESCELSA, e a necessária representação do coletivo, garantindo toda a infraestrutura e melhorias reivindicadas.

²¹³ Como pode ser observado no ANEXO I - Espaços protegidos do município de Vitória - ES.

²¹⁴ O decreto municipal nº 8.911/92, que cria a APA do Maciço Central, ordena todo o território compreendido nessa APA através de seu Zoneamento Ecológico Econômico.

²¹⁵ O SNUC criou dois grandes grupos de Unidades de Conservação: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. As primeiras - Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre - se pautam na ideia de que determinadas áreas devem ser protegidas da ação humana, segundo a lógica que o ser humano seja um “predador” da natureza por excelência. Dessa forma as Unidades de Proteção Integral objetivam a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, ou seja, não envolvendo consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Já as Unidades de Uso Sustentável - Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural - objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais por parte de povos e comunidade tradicionais, envolvendo coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

O SNUC apresenta-se como um ator híbrido nesse conflito socioambiental, já que possibilita alternativas que garantem a permanência de humanos no território, podendo representar um caminho para a solução da situação do coletivo do Campinho, introduzindo um elemento fundamental no processo de classificação da categoria de uma unidade de conservação: a “população tradicional”, outro híbrido, um misto de natureza e cultura (LATOURE, 1994).

Esse “elemento” passa por um procedimento de purificação e tradução por parte de várias instâncias do Estado - como a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, as Secretarias de Meio Ambiente e as Universidades - em seu processo de auto-identificação, necessário para a aplicação da lei, já que, para dar início à discussão acerca dos direitos dos grupos, eles devem ser primeiro oficializados pelo Estado e seus agentes (LOBÃO, 2006). Para Vianna, o SNUC significou o “diploma legal” que consolidou o conceito de “população tradicional” e determinou sua inclusão nas políticas de conservação da biodiversidade. O art. 2º, inciso XV, continha, na versão original, uma definição dessa categoria, usada em diversos dispositivos, apesar de ter sido modificada e vetada pelo Executivo:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

(...)

XV - população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente e produzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável (BRASIL, 2000).

O Decreto Federal nº 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, apresenta-se como a legislação que possibilita tanto assegurar a permanência no território, quanto fundamentar a mudança da categoria de unidade de Proteção Integral para a de Unidade de Uso Sustentável. Conforme inciso I do Art. 3º, são considerados Povos e Comunidades Tradicionais:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua

reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Em seu anexo, além de objetivos específicos, o Decreto institui seu objetivo geral:

a PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007, Art. 2º).

Nessa minha trajetória junto ao coletivo, tive a oportunidade de participar ao Projeto de Pesquisa *Identidades, Territórios e Cidadania*, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, na elaboração da Cartografia Social da Comunidade do Campinho da Fonte Grande, Vitória-ES, inspirado no Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, que a partir de 2006 expandiu os trabalhos de mapeamento social para fora da Amazônia envolvendo Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.²¹⁶

Construída a partir de um trabalho participativo, com produção de croquis, levantamentos de pontos georreferenciados significativos para os moradores para elaboração do mapa, trechos de depoimentos e fotografias, a cartografia social representa um instrumento de fortalecimento do coletivo, já que sua produção é uma oportunidade de afirmação social de seus conhecimentos, significados, usos e gestão do território.²¹⁷ Em relação à proposta da PNCSA, a elaboração da Cartografia Social no Campinho teve algumas limitações. A primeira diz respeito ao fraco poder político do coletivo enquanto grupo ainda não organizado como movimento social que, como tal, poderia utilizar de maneira mais contundente a cartografia social junto aos poderes públicos. Devido à situação de conflito entre os traficantes dos morros da Fonte Grande e Piedade, foi difícil garantir uma

²¹⁶ Remete-se ao site do PNCSA <http://www.novacartografiasocial.com/index.php>.

²¹⁷ Conforme Alfredo Wagner, a auto-cartografia se mostra como um elemento de combate que povos e comunidades tradicionais organizadas tem utilizado para reivindicar junto aos poderes públicos, a implementação de políticas públicas, pautadas nos princípios de cidadania e respeito à diversidade sociocultural.

participação ampla dos moradores, receosos de se exporem e sofrerem represálias futuras dos chefes do tráfico, já que o mapeamento participativo do território revelaria suas trilhas, grutas e caminhos estratégicos, ligados aos quatro cantos da Ilha.

As oficinas realizadas dentro das casas, evitando lugares abertos, como varandas, terreiros e quintais, contaram apenas com a participação dos “índios” que solicitaram à equipe da pesquisa que não divulgássemos suas identidades, muito menos suas fotos. Na construção dos mapas, o coletivo demonstrou amplo conhecimento do lugar e relação estreita com o território. Nomeavam os diversos elementos do morro, associando-os a acontecimentos, com seus protagonistas, como a fonte do Cajuza, da Mangueira e Inocente, Pedra do Amor, dentre outros. As diversas trilhas transbordavam todos os limites impostos pela PMV, ligando o Campinho ao Centro e aos bairros da Vila Rubim, Fradinhos, Maruípe, Santo Antonio, São Pedro, dentre outros. A primeira versão do mapa georreferenciado foi encaminhada ao grupo dos “índios” que fez correções e acrescentou outras informações que mais uma vez mostravam o domínio de seu conhecimento do território.

Em agosto de 2012, numa manhã de domingo, em ocasião de jogos de futebol no Campinho, a equipe da pesquisa entregou os fascículos da cartografia, num intervalo entre as partidas, aos presentes - crianças, adultos, antigos moradores, traficantes ou integrantes do “movimento” que compartilhavam daquele momento sem tensões aparentes.

Muitos moradores começaram a se reconhecer, reconhecer as casas, as nascentes, os caminhos nas fotos, a ler os depoimentos e a procurar interpretar o mapa, do qual estranhavam a codificação, auxiliados por outros moradores e pela equipe. Olhavam para os jogos e para a cartografia estreita nas mãos, como se ambas lhes pertencessem, num duplo movimento de reconhecimento do que é “nosso”.



Fotografia 21: Leitura da cartografia pelo coletivo
Fotografia do autor (19/08/12)

O entusiasmo aumentou quando a equipe apresentou a cartografia, como ela vinha sendo utilizada em outros lugares no Brasil, como um instrumento de interlocução com o poder público e como poderia servir para reivindicar o direito do coletivo de permanência no Campinho e acesso à cidadania.

A potencialidade de agenciamento político provocada pela fala da equipe estimulou alguns moradores, tais como Juca e sua irmã Maria, a tomarem a palavra, como representantes do coletivo, agradecendo e elogiando o trabalho e o apoio à causa do Campinho, criticando a falta de interesse sobre sua situação por parte das várias instâncias institucionais e não institucionais da cidade de Vitória e lançando tímidas promessas de mobilização futura.



Fotografia 22: Apresentação da cartografia pela equipe
Fotografia de Pedro Padilha (19/08/12)

Em conversa com Juca, um pouco mais de um ano após a entrega da cartografia, esse fez uma avaliação do Projeto e da PMV, além de uma auto-avaliação do coletivo. Desmobilizado politicamente enquanto grupo, acionando algumas intervenções de caráter individual, como discutido no capítulo anterior, o coletivo, por meio de um representante e interlocutor privilegiado dessa pesquisa, espera que uma instância externa “resolva” seus problemas, bem como questiona os limites da atuação dos pesquisadores nesse processo:

depois daquele dia nós não avançamos em nada, na verdade não colocamos a cara na reta, não corremos atrás do que (a cartografia) poderia trazer pra gente, paramos ali mesmo. (...) vocês também só fazem pesquisa, pesquisa e nada muda aqui. Vocês poderiam nos ajudar, denunciar a situação em que vivemos (...). A PMV só atrapalhou, estou indignado! Não deixou ninguém melhorar nada e não melhorou nada, agora está tudo aí abandonado.²¹⁸

Por ainda não existir uma política de povos e comunidades tradicionais no estado, foi realizado nos dias 23, 24 e 25 de março de 2012 o I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo, no município de Aracruz, que

²¹⁸ Entrevista concedida em 03 de setembro de 2013.

significou um importante avanço na busca de reconhecimento de direitos a essa população pelo Estado. Promovido pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), esse encontro contou com a participação de indígenas, quilombolas, ciganos, comunidades de terreiro, pescadores artesanais e pomeranos. Na ocasião, foi elaborada a Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo²¹⁹, com metas e diretrizes, apresentando diversas demandas por políticas públicas identificadas nos seis grupos de trabalho reunidos nesse encontro, sendo composta por uma parte geral, comum a todos os povos e comunidades tradicionais, e de partes específicas.

Assim como no estado, também no município de Vitória, que ainda não possui essa política, foi realizado nos dias 04 e 05 de junho de 2012 o Seminário Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais de Vitória, promovido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), visando o avanço no reconhecimento dos direitos dessa parcela da população urbana. Diferentemente do seminário estadual, apesar do objetivo do evento de elaboração da minuta de um projeto de lei da Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais de Vitória, a situação de assimetria entre poder público e comunidades tradicionais ficou explícita. Enquanto ocorreram palestras da superintendente do IPHAN-ES, da secretária e subsecretário da SEMMAM, da subsecretária de estado de Patrimônio Cultural, além de vereadores, a participação das comunidades foi restrita aos representantes de pescadores e das paneleiras do bairro de Goiabeiras.

Somente nas oficinas de discussões e esclarecimentos, foi questionada a falta de participação de outros representantes de comunidades tradicionais da cidade, como indígenas, quilombolas e catadores de caranguejo, dentre outros, sendo registrada ainda, por um técnico da SEMCID, a ausência de representantes do Campinho, demonstrando, mesmo que de forma ainda tímida, certa visibilidade por parte do poder público municipal, sendo exemplos ainda o *Diagnóstico socioeconômico da comunidade do Campinho da Fonte Grande*, um documento oficial da PMV que os trata como “comunidade tradicional”, bem como a Cartografia Social do Campinho,

²¹⁹ Disponível em: http://www.secult.es.gov.br/?id=/noticias/materia.php&cd_matia=4104.

financiado pela FACITEC/PMV. Como encaminhamento, a SEMMAM ficou de marcar oficinas com representantes dessas comunidades para voltar à elaboração da minuta, que até hoje não ocorreu.

Uma quarta arena de discussões e possíveis encaminhamentos sobre a luta por direitos de povos e comunidades tradicionais no Espírito Santo e em Vitória se deu no Seminário Interno do Programa Terra Mais Igual, realizado pelo Núcleo Gestor do PTMI em novembro de 2012, reunindo os técnicos sociais e urbanísticos da SEGES que trabalham no programa, visando sua avaliação no período da gestão municipal 2005-2012. Nesse encontro, tive a oportunidade de questionar a política da PMV de retirada das famílias localizadas em AIA, além das famílias do Campinho da Fonte Grande, ficando registrado no *Relatório de Transição - Programa Terra Mais Igual* (PMV, 2012), no item *Desafios, referentes à P3*, com o seguinte texto: “Redefinir a linha de remoção e os limites da Área de Interesse Ambiental, bem como da possibilidade da permanência das famílias do Campinho (PMV, 2012)”, que abriu a possibilidade de discussão de um tema que até então era considerado esgotado pela ex-coordenadora do PTMI e pelo parecer técnico da SEMMAM. Quando de forma indisciplinada (VIVEIROS DE CASTRO, 2007) questionei o Programa, e, talvez, seu maior tabu - a AIA -, após um momento de constrangimento, com silêncio e olhares incrédulos, uma assistente social de outra Poligonal comentou que o que dizia era uma viagem, era impossível, que “não existe Terra sem AIA”. Por isso talvez valeria a pena relembrar a epígrafe: "Sejamos realistas, exijamos o impossível!".

Voltando à afirmação anteriormente citada da ex-coordenadora do PTMI, uma vez que “os limites de Parque não são imutáveis” - mesmo que o Campinho não esteja dentro da área do PEFG - poderíamos pensar então em mudar a linha de AIA e chegar com infraestrutura ao Campinho? Ou ainda, se na Poligonal 2 a PMV mudou o PDU de ZPA para ZEIS para incluir o Reassentamento²²⁰, por que não modificar as ZPAs do Campinho para ZEIS e chegar com infraestrutura? Ou melhor, inserir o PEFG, criado em 1986, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (2000), que no Art. 55, determina:

²²⁰ Conforme nota de rodapé nº 26.

as unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei (BRASIL, 2000).

Diante da intenção da SEMMAM em unir as duas porções do PEF, o momento é oportuno para iniciar um debate entre a sociedade civil e o poder público sobre a necessidade de adequação da UC ao SNUC. Mudando a categoria da UC - passando do grupo das de Proteção Integral, para uma de Uso Sustentável, como, por exemplo, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável - o coletivo, enquanto “comunidade tradicional”, seria incorporado à área, criando uma Zona Histórico-Cultural, como ocorrido no Morro das Andorinhas, onde foi encaminhado por uma série de entidades²²¹ - dentre elas a Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (ACOTMA) - ao Conselho Gestor do Parque Estadual da Serra da Tiririca, através do Conselho Consultivo do PESET (LATINI, 2010), a demanda para delimitação de uma Zona Histórico-Cultural nesse parque.

Essa incorporação exigiria do coletivo um investimento em sua organização política e a apropriação dessas categorias ambientais que parecem, no entanto, estarem presentes na perspectiva dos moradores, já que os mesmos demonstram consciência da necessidade de negociar com o poder público para continuar vivendo no território:

vai ter que ter tipo uma troca, né? A prefeitura cede, deixa a gente morar lá, com saneamento básico, com uma condição de vida melhor pra gente, e a gente vai ajudar a preservar, entendeu? Organizar tudo, com tambores de lixo pra não ter mais lixo espalhado (Juca, 43 anos).²²²

Trata-se ainda de reconhecer que os próprios moradores têm contribuído e continuarão contribuindo na preservação do parque, mas agora vislumbrando um ambiente com cidadania para o coletivo:

²²¹ Associação dos Sítios Tradicionais da Serra da Tiririca (ASSET), Associação da Comunidade Tradicional do Engenho do Mato (ACOTEM), Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu (ALPAPI) e Associação da Comunidade Tradicional do Morro da Peça - Duna Grande (ACODUNA) (LATINI, 2010).

²²² Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

eu sei que é uma área de reserva, né? Mas a gente não tá aqui pra atrapalhar, a gente está aqui pra isso: fazer o que a reserva precisa. (...) plantar, cuidar da natureza, né? (Dino, 60 anos).²²³

(...) Eu imagino ali como se fosse um conjunto habitacional, com aquelas casinhas que estão ali, no mesmo lugar delas, de alvenaria, entendeu? Tudo pintadinha, com aquele laranja forte, aquele verde forte, mas separadinho assim, tudo calçadinho, um lugar pra você pisar e não sujar o pé de lama, um banheirinho bom, mesmo que não tenha o esgoto mas com uma fossa descente, fechadinha, com cerca no campo, criar programa ambiental, cursos na área ambiental para as crianças, para os jovens, para cuidar do parque, ajudar a preservar, conscientizar eles. Se isso acontecesse, eu sei que isso é difícil, seria uma área bonita, alegre, e todo mundo feliz, todo mundo tranquilo. Acredito na convivência entre o parque e a gente, tranquilo, desde que tenha qualidade de vida ali pro povo (Juca, 43 anos).²²⁴

O coletivo tem possibilidades para a solução do conflito, inscritas nos marcos legais, tais como o Decreto Federal nº 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a Lei nº 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ou seja, seus direitos praticados e garantidos por lei, ainda não lhe foram reconhecidos.

Pelo que pude etnografar até o momento, esse conflito socioambiental se encontra numa situação de impasse ou apresentando tímidos avanços para sua solução. No processo de expulsão do coletivo que vive há gerações no topo do morro da Fonte Grande, a PMV pretende a construção de uma “cidade verde”, fundamentada num aparato ontológico de separação entre natureza x sociedade, onde os habitantes “pobres” devem ser retirados dos morros para a construção dessa “cidade paisagem”. Não observei mudanças nessa forma dicotômica em tratar a questão pela PMV e ambientalistas, muito menos avançou a organização política do coletivo que pretende permanecer com cidadania em seu território.

Assim como assinala Fábio Reis Mota, que existem cidadãos mais cidadãos que outros (MOTA, 2007), pude observar que no Campinho há cidadãos menos cidadãos que outros, ou que ainda aguardam para ser cidadãos, vivendo às margens de uma cidade à qual teriam direito, conforme afirma Henri Lefebvre:

²²³ Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2009.

²²⁴ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2009.

o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEVBRE, 2001, p. 134).

Seria necessário repensar a cidade em que vivemos e o modo de encarar os moradores de morros para os quais o atributo de “pobres” legitima os enquadrar num programa de expropriação de suas referências, de seus ambientes de sociabilidade, vislumbrando uma cidade planejada pelos e para os “não-pobres”. Essa cidade “repensada” deveria buscar uma relação mais simétrica entre elementos humanos e não-humanos, bem como respeitar a diversidade de seus moradores, garantindo sua dignidade.

Independente do nome atribuído aos atores humanos que vivem no alto do morro da Fonte Grande - Campinho, coletivo, comunidade tradicional, indígenas, quilombolas, etc. - fruto da nossa eterna criação do “outro” (LOBÃO, 2006), cabe à PMV respeitar a vontade desses, com a cidadania que todos os habitantes da cidade deveriam ter direito de exercer, com moradia de qualidade, água, luz, esgoto, segurança pública, coleta de lixo, acessibilidade, saúde, educação, cultura, diversão, etc., o que ressignificaria o Campinho, de um território abandonado e “provisório” para um território vivo e de direito, onde o coletivo agenciaria o presente, à luz da memória de sua trajetória, se reapropriando de seus projetos para o futuro.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: _____ (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, Mauro. **Desenvolvimento e responsabilidade dos antropólogos**. In: DEBERT, Guita Guin (org.) *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade dos antropólogos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ALVES, André; SAMAIN, Etienne. **Os argonautas do mangue**. Precedido de *Balines Character (re)visitado*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 2012.

BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998. (Cadernos de História, n. 13).

BARRETO FILHO, Henyo. **Notas para a história de um artefato sociocultural: o Parque Nacional do Jaú**. In: *Terra das Águas - Revista de Estudos Amazônicos*, nº 1, 1999, pp. 53-76.

BARTH, Fredrik. **Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade**. In: VERMEULEN, Hans & GOVERS, Cora (Orgs). *Antropologia da etnicidade: para além de ethnic groups and boundaries*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BATESON, Gregory. **Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CICCARONE, Celeste. **A igualdade “por baixo” e a escadaria “do céu: erradicação da pobreza, ambientalismo e pluralidade num caso de conflito socioambiental na cidade de Vitória”**. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição nº 08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 04-53.

_____. *et al.* **Os Tupinikim e a cidade**. Vitória-ES: Relatório de Pesquisa FACITEC, Prefeitura Municipal de Vitória, 2008.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. **Lugares de vida, espaços de lembrança: conflitos socioambientais no Parque Nacional do Jaú (AM)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *et al.* **O nosso lugar virou parque**: estudo socioambiental do Saco de Mamanguá - Parati - Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

DERENZI, S. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: Ed Pongeti, 1965.

DESCOLA, Philippe. **Ecologia e Cosmologia**. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec, NUPAUB - USP, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**: the making and unmaking of the third world. Princeton. Princeton University Press, 1995.

FIGUEIRA, Fernanda Carvalho. **Participação política das comunidades tradicionais na Fonte Grande**. In: *Jornada de Iniciação Científica (Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC/PIVIC)*. UFES: Vitória, 2010.

FILGUEIRAS, Márcio de Paula. **Aspectos Processuais dos Direitos Ambientais Brasileiro e Norte-Americano**: produção da verdade, acesso a direitos e interesse público em perspectiva comparada. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

FREITAS, Márcio Antonio Farias de; CICCARONE, Celeste. **Entre as áreas do parque há um Campinho**: reflexões sobre um conflito socioambiental em Vitória-ES. In: XXVIII Reunião Brasileira de Antropologia. São Paulo: 2012.

_____; SOUZA, Edimilson Rodrigues de. **Contos e encontros**: ocupação de áreas de interesse ambiental e conflitos entre políticas públicas e comunidades locais em Vitória-ES. In: I Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais. Vitória: UFES, 2011.

INGOLD, Tim. **Humanidade e Animalidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, n. 28, ano 10, p. 39-53, junho de 1995.

GUIMARÃES, Filipe da Silva; SILVA, Alexandre Del Piero. **Ecologia política e territorialidades**: da epistemologia ambiental ao desenvolvimento multicultural. In: XXVIII Congresso Internacional da ALAS. Recife, 2011.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LATINI, Juliana Lopes. **O Morro das Andorinhas e a nossa família é uma história só: família e território de parentesco em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Niterói, 2010.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA, Bauru: EDUSC, 2012.

_____. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. **A Esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

_____. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, J. S. Lopes (Coord.) & ANTONAZ, D. & PRADO, R. & SILVA, G. (Orgs.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropológica, nº 322, Brasília. UnB, 2002. <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>.

LOBÃO, Ronaldo; MARANHÃO, Tatiana; MILANO, Yanne. **É possível inovar no direito?** As condições de possibilidade de um termo de acordo socioambiental. In: I Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. Niterói: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012.

_____. **Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

LOBINO, Camilla; VITORINO, Igor; FILGUEIRAS, Márcio. **O discurso da sustentabilidade e as práticas de re-ordenamento do espaço na Grande Vitória-ES**. In: Revista Geografares. Vitória, nº 6. 2008.

MAGNANI, José Guilherme C. **Quando o campo é a cidade:** fazendo antropologia na metrópole. In: _____ & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATTOS, Izabel M. de; BAETA, Alenice Motta. **A Serra da Onça e os índios do Rio Doce:** uma perspectiva etnoarqueológica e patrimonial. *Habitus*, Goiânia, v. 5, nº 1, p. 39-62, jan./jun. 2007.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva:** Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOTA, Fábio Reis. **Quando a cidade vira meio ambiente:** notas antropológicas sobre conflitos ambientais no Brasil. In: *Anais da First International Conference of Young Urban Researchers (FICYUrb)*. Lisboa, 2007. Disponível em <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=149&print=1&cf=3>.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos 'índios misturados'?** situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.) *et al.* **História, memória e cultura nos morros da Piedade e Fonte Grande**. Vitória: Instituto Elimu Professor Cleber Maciel/Secretaria da Cultura-ES, 2009.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Krenak do Rio Doce:** a pacificação, o aldeamento e a luta pela terra. In: *Revista de Filosofia e Ciências Humanas*, UFBA. Salvador, v. II, p. 12-23, 1991.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. **Etnografias a jato**. In: SCHUCH, Patrice (org.) *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã, volume 7).

SCOTT, James C. **Exploração normal, resistência normal**. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.

_____. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. In: *Raízes*. Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002 (pp. 10-31).

SILVA, Geovana Tabachi. **A vida citadina e suas especificidades:** o Campinho da Fonte Grande-Vitória/ES. In: I Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais. Vitória: UFES, 2011.

SILVA, Sandro. *et al.* **São Benedito:** Território negro urbano. In: *Quilombos urbanos em Vitória: etnicidade e territorialização*. Vitória: Relatório de Pesquisa FACITEC, Prefeitura Municipal de Vitória, 2007.

SIMON, Alba. **Conflitos na conservação da natureza:** o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

SOUZA, Edimilson Rodrigues de; GUIMARÃES, Filipe da Silva. **Outras biofrafias da ilha:** sobre narrativas de ocupação de áreas de interesse ambiental e conflitos entre políticas públicas e comunidades locais. In: VIII Encontro de História da ANPUH. Vitória, 2010.

SOUZA, Janete Aparecida de. **Da lama ao caos, do caos à lama:** estudo antropológico dos impactos da chegada da doença do caranguejo letárgico ao litoral capixaba. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas:** populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A antropologia e a imaginação da interdisciplinariedade**. In: Palestra concedida ao IEAD/UFMG, 2007. Disponível em 14 partes a partir de: <http://www.youtube.com/watch?v=ry1ykrRVqYk>.

_____. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é**. In: RICARDO, Beto e RICARDO, Fany (org.). *Povos indígenas no Brasil - 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. pp. 41-49.

_____. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VELHO, Otávio. **De Bateson a Ingold:** passos na constituição de um paradigma ecológico. *Mana* [online]. 2001, vol.7, n.2, pp. 133-140. <http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n2/a05v07n2.pdf>.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 2004.

Legislação citada

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

_____. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ES. **Lei Complementar nº 248**. Cria o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos - IEMA. Vitória, ES. 2002.

_____. **Lei nº 4.126**. Cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA. Vitória, ES. 1987.

_____. **Lei nº 3.875**: Cria o Parque Estadual da Fonte Grande. Vitória, ES, 1986.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ. **Lei nº 2.393**. Dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 1995.

Outros documentos

ALMEIDA, Clarice Ana Pereira de. **Falta de qualidade de vida em pleno sec. 21**. 2012. Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=VHoGX7JRZTc>

CARTA de Vitória pelo desenvolvimento sustentável. Disponível em: http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/arquivos/20120518_carta_de_vitoria_concluida.pdf Acesso em 19 de maio de 2012.

DIAGONAL Urbana Consultoria Ltda. **Dossiê Poligonal 03**: relatório de atividades out/98 a dez/99. Vitória: 1999.

DIAGONAL Urbana Consultoria Ltda. **Dossiê Poligonal 03**: relatório de atividades out/98 a dez/99. Vitória-ES: 1999.

Estatuto da Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande. Disponível em <http://fontegrande.blogspot.com.br/search?updated-min=2011-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2012-01-01T00:00:00-08:00&max-results=10> Acesso em 10 de janeiro de 2013.

FERNANDES, Vilmar. **Cinco parques e uma reserva vão ser unificadas**. A Gazeta, Vitória-ES, 09 mai 2010. p. 11.

Fundação Espírito-Santense de Tecnologia - FEST. **Plano Municipal de Redução de Risco de Vitória-ES - 2ª Etapa**: Elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco - PMRR. Vitória, 2007.

_____. **Plano Municipal de Redução de Risco de Vitória-ES - 1ª Etapa**: Detalhamento da Metodologia e Planejamento das Atividades. Vitória, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Vitória-ES**: População 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 05 de janeiro de 2013a.

_____. Espírito Santo-ES: **Bovinos** - efetivo dos rebanhos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/compamun/compara.php?codmun=320530&codu f=32&tema=prodpec2011&codv=v01&lang=>. Acesso em 05 de janeiro de 2013b.

_____. Espírito Santo-ES: **Vacas ordenhadas** - quantidade. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/compamun/compara.php?codmun=320530&codu f=32&tema=prodpec2011&codv=v13&lang=>. Acesso em 05 de janeiro de 2013c.

_____. Espírito Santo-ES: **Leite de vaca - produção - quantidade**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/compamun/compara.php?codmun=320530&codu f=32&tema=prodpec2011&codv=v15&lang=>. Acesso em 05 de janeiro de 2013d.

_____. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002.

MOREIRA, Carolina; SPENASSÉ, Francine. **Teleférico e bondinho em Vitória**. A Tribuna, Vitória-ES. 23 março 2013, pp. 02 e 03.

PREFEITURA Municipal de Vitória - PMV. Vitória em dados: **População residente em Vitória (ES) por gênero e bairros - 2010**. Disponível em http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/Censo_2010/Tab1_sinopse_pop.asp. Acesso em 05 de janeiro de 2013a.

_____. **Vitória em dados**: Fonte Grande. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao1/fontegrande.asp>. Acesso em 29 de agosto de 2013b.

_____. **Vitória em dados**: Cor/raça por bairros de Vitória (ES). Disponível em: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/Censo_2010/Dados_Universo/bairro/cor_rac a/Tabela16.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2013c.

_____. **Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda**. Disponível em <http://legado.vitoria.es.gov.br/secretarias/sedec/projterra.htm> Acesso em 10 de janeiro de 2013.

_____. **PMV investirá mais de R\$ 19 milhões em obras de infraestrutura na Poligonal 3**. Disponível em: <

<http://www.vitoria.es.gov.br/terra.php?pagina=noticias&idNoticia=7941>> Acesso em 05 de maio de 2012.

_____. **Relatório de transição:** Programa Terra Mais Igual. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2012.

_____. **Relatório das famílias em risco habitacional.** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2010.

_____. **Diagnóstico socioeconômico da comunidade do Campinho da Fonte Grande.** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2009.

_____. **Relatório das famílias em risco habitacional.** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2008.

_____. **Decreto nº 13.669:** Altera o Decreto 10.131/98. Vitória, 2007a.

_____. **Lei nº 6.967/07:** Institui Programa Habitacional de interesse social no âmbito do Projeto Terra. Vitória, 2007b.

_____. **Diagnóstico prévio das nascentes do Maciço Central.** Vitória, 2007c.

_____. **Lei nº 6.705:** Institui o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória. Vitória, 2006a.

_____. **Relatório anual do Parque Estadual da Fonte Grande.** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2006b.

_____. **Agenda 21 da cidade de Vitória:** um sonho em construção. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2003.

_____. **Componente ambiental do Projeto Terra.** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2000.

_____. **Decreto nº 10.131:** Cria o Projeto Terra. Vitória, 1998.

_____. **Agenda 21:** Vitória do Futuro - Plano Estratégico da Cidade 1996 - 2010. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1996.

_____. **Decreto Municipal nº 8.911:** Cria a Área de Proteção Ambiental do Maciço Central. Vitória, 1992a.

_____. **Plano de Manejo da APA do Maciço Central.** Vitória, ES, 1992b.

_____. **Lei nº 3.315:** Cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Vitória, 1986.

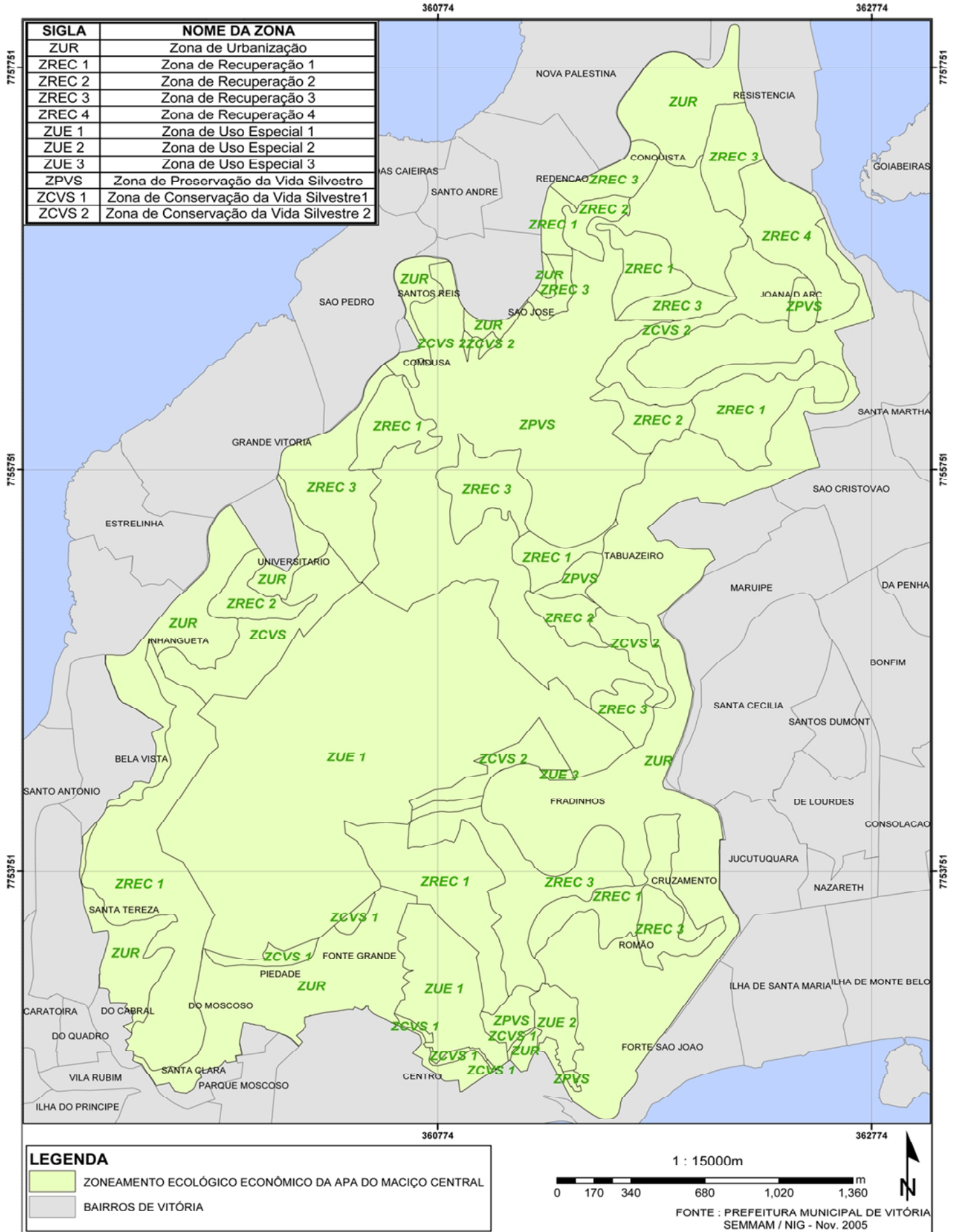
SEAG-IDAF; SEMMAM; CEPEMAR. **Plano de Manejo:** Parque Estadual da Fonte Grande. Vitória-ES, 1996.

ANEXO I - Espaços protegidos do município de Vitória - ES²²⁵

²²⁵ Fonte: SEMMAM/AIG (Assessoria de Informação e Geoprocessamento), 2012.

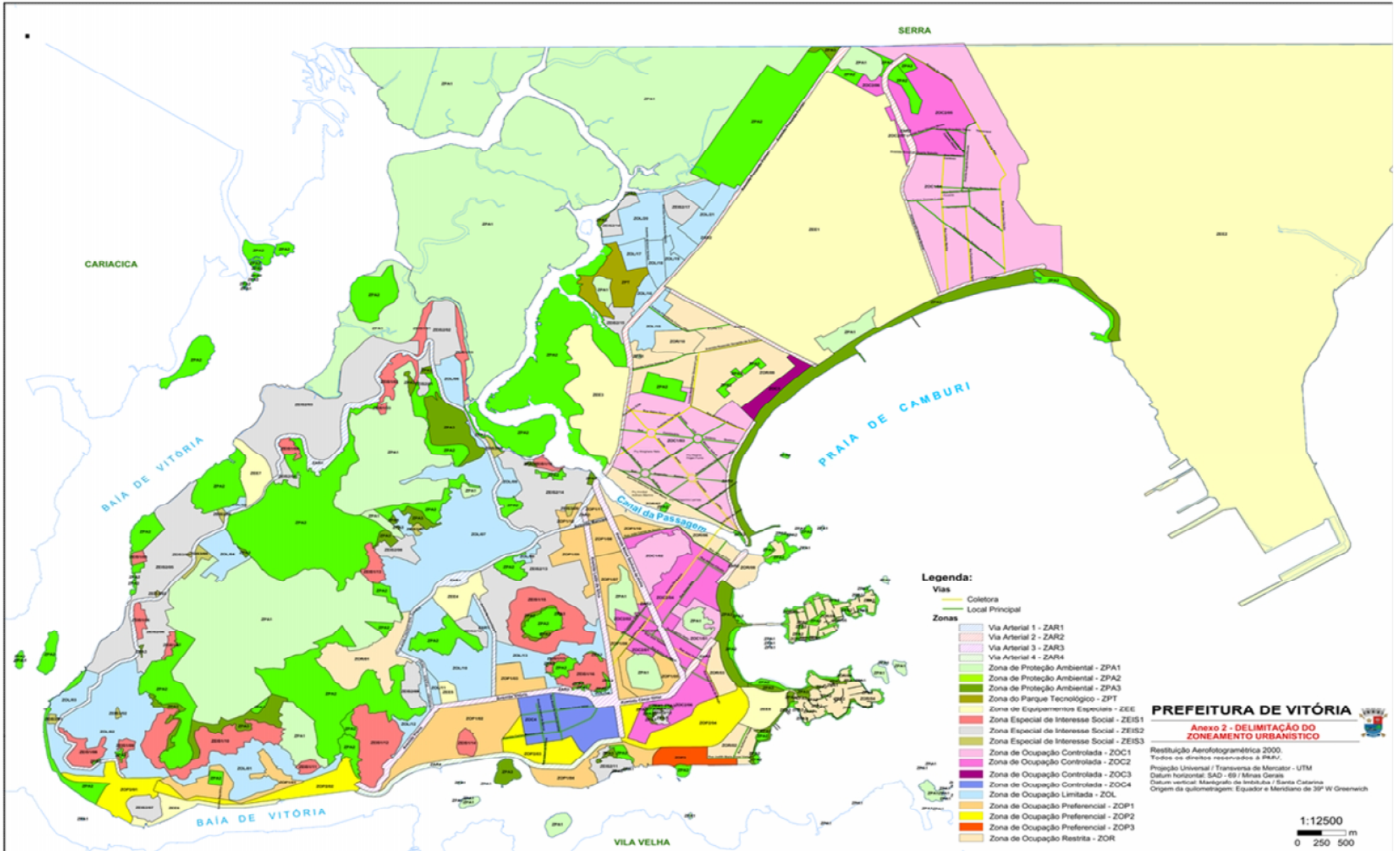
ANEXO II - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Maciço Central²²⁶

²²⁶ Fonte: SEMMAM/NIG (Núcleo de Informação e Geoprocessamento), 2005.



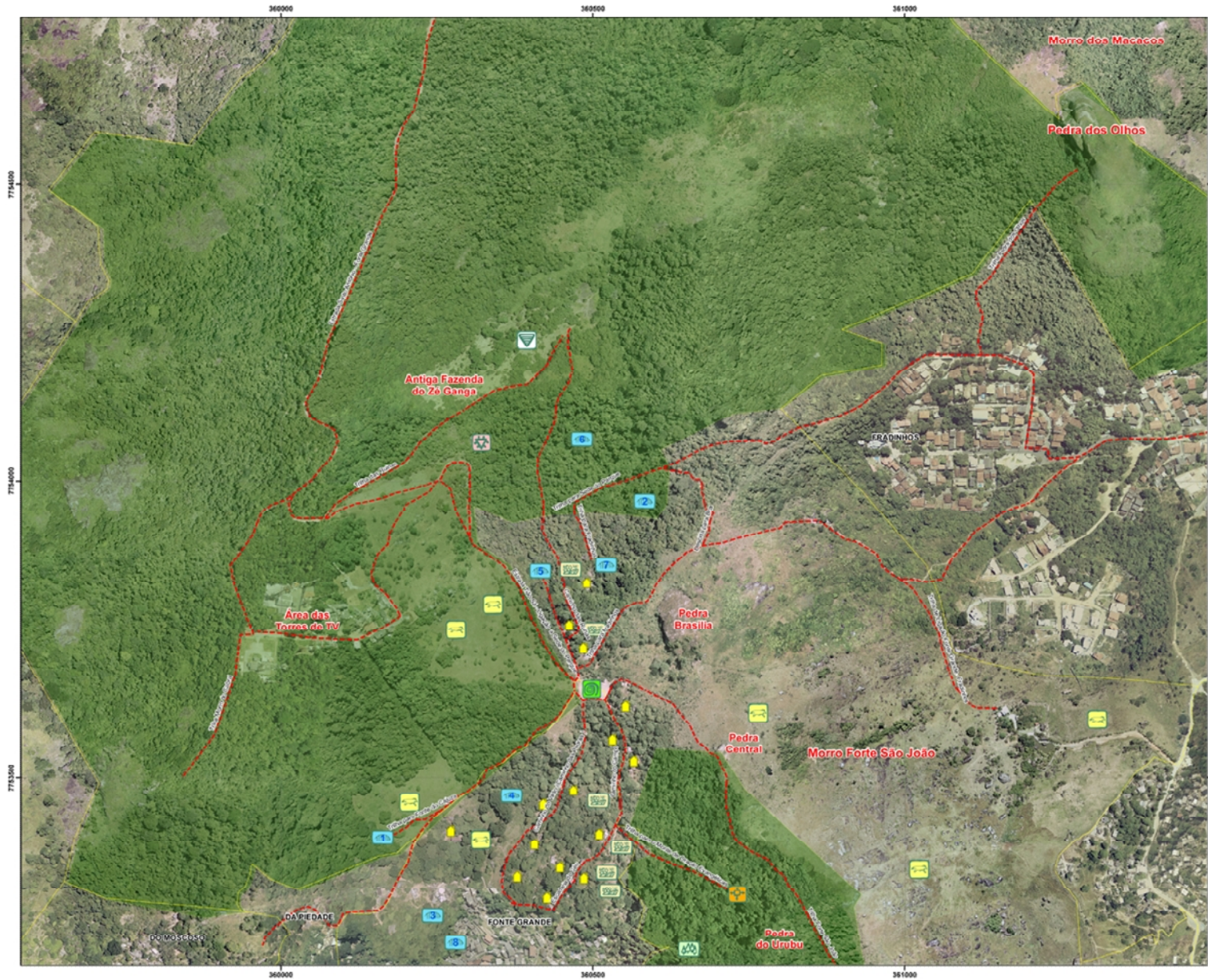
ANEXO III - Delimitação do zoneamento urbanístico de Vitória - ES²²⁷

²²⁷ Fonte: Lei Municipal nº 6.705/06 (PMV, 2006a).



ANEXO IV - Comunidade do Campinho da Fonte Grande²²⁸

²²⁸ Fonte: Cartografia Social da Comunidade do Campinho da Fonte Grande, 2012.



Legenda:

- Núcleos Familiares
 - Tabua
 - Campinho Beqemim Matias
 - 1 - Fonte Cajazá
 - 2 - Fonte da Bica
 - 3 - Fonte dos Inocentes
 - 4 - Fonte dos Morcegos
 - 5 - Fonte Helena Euzébio
 - 6 - Fonte Sopro de Mata
 - 7 - Fonte Represa
 - 8 - Fonte São Benedito
 - Morro Oração Evangélicos
 - Passagem e Criação de Gado
 - Pedra do Amor
 - Plantações
 - Ruínas Antigas
 - Boca de Mata
- PARQUE ESTADUAL DA FONTE GRANDE



Projeto Unimov / Transmissão de Menador - LTM
 Contorno horizontal: SAG - 40 / Menor Corte
 Datum vertical: Wadsworth de Sordani / Curva Culmante
 Origem de quilômetros: Equador e Meridiano de 30° W Greenwich

ESCALA: 0 20 40 60 80 100 120

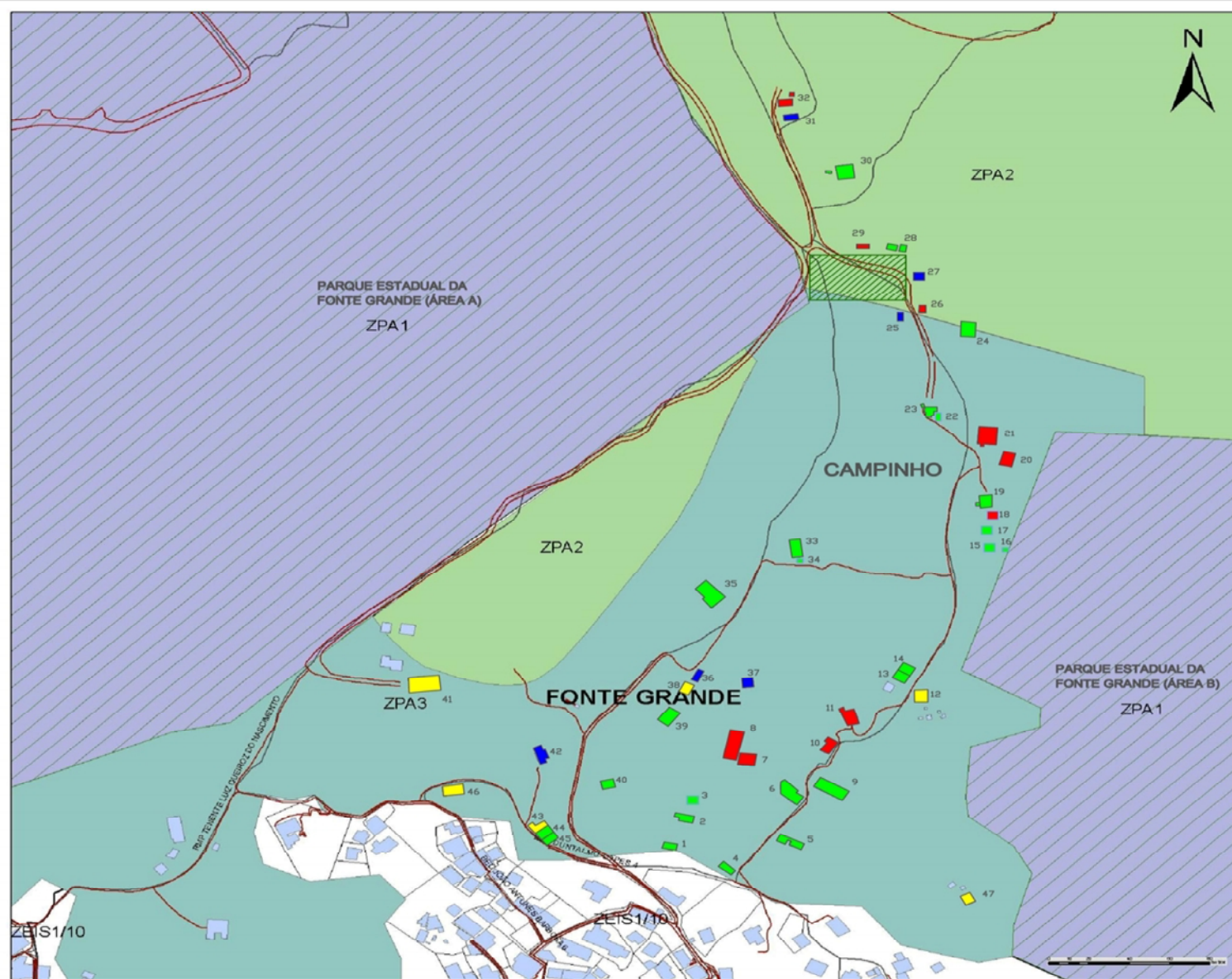
Projeto de pesquisa: Identidades,
Territórios e Cidadania

COMUNIDADE DO CAMPINHO DA FONTE GRANDE

PROJ: (DEC) USRP: (APROJ):
 ESCALA: 1:4.000
 DATA: Agosto / 2015 ELAB. ORTO: Adriano Thier - CREA ES-0498-053/0

ANEXO V - Edificações do Campinho da Fonte Grande²²⁹

²²⁹ Fonte: Diagnóstico socioeconômico da comunidade do Campinho da Fonte Grande (PMV, 2009).



EDIFICAÇÕES DO CAMPINHO DA FONTE GRANDE

- 1 Fernando da Vitória
- 2 Maria Ribeiro Marinho
- 3 Nilza Marinho Brito
- 4 Ersida Lopes
- 6 Jôliã Vitorino dos Santos
- 6 Ornelo Sebastião dos Santos
- 7 Delbely Rodrigues S. Santos
- 8 Nancy Rodrigues Brito
- 9 Carlos Hego de Almeida Brandão
- 10 Aldenir Rodrigues Souza
- 11 Lauro Lirio Faício
- 12 Júlio Marinho Brito
- 13 Regina Brandão
- 14 Maria da Conceição dos Santos
- 16 Teresinha de Moura Souza
- 16 José Carlos dos Santos
- 17 David de Moura Souza
- 18 Inácia Maria dos Santos
- 19 Renata Santos de Moura
- 20 Zairinda de Moura Euzébio
- 21 Maria Santos de Moura
- 22 Clarice Ana Pereira de Almeida
- 23 Expedita Pereira dos Santos
- 24 Apolário Flor da Fonte
- 25 Barracão Time de Futebol Nativos
- 26 Claudemir Almeida
- 27 Afonso Galante Dias (casa vazia)
- 28 Antonio Romualdo (Bar)
- 29 Bar do Dino
- 30 Carlos Pereira dos Santos
- 31 Flávio Almeida
- 32 Claudino Almeida
- 33 Maria da Glória Pflger
- 34 Essequiel Vitor de Souza
- 35 Fabiana de Freitas Oliveira
- 36 Francisco de Assis C. da Penha (casa vazia)
- 37 Nancy Rodrigues Brito (casa vazia)
- 38 Angela Maria Conceição Penha
- 39 Maurício de Oliveira Lemos
- 40 Rosilene Silveira da Silva
- 41 Nilton Sebastião Lirio
- 42 Admilson Galante Dias (casa vazia)
- 43 José Alexandre Galante Dias
- 44 Juliana Galante Dias
- 45 Luciana Galante Dias
- 46 Neyr Rodrigues Brito
- 47 Maria Aparecida Lopes de Paula

LEGENDA

- ZPA1
- ZPA2
- ZPA3
- CAMPO DE FUTEBOL BEJAMIN MATIAS
- NÃO DESEJA SAIR DO IMÓVEL
- NEGOCIAÇÃO
- DESEJA SAIR DO IMÓVEL
- VAZIO / MORADOR R ENCONTRADO

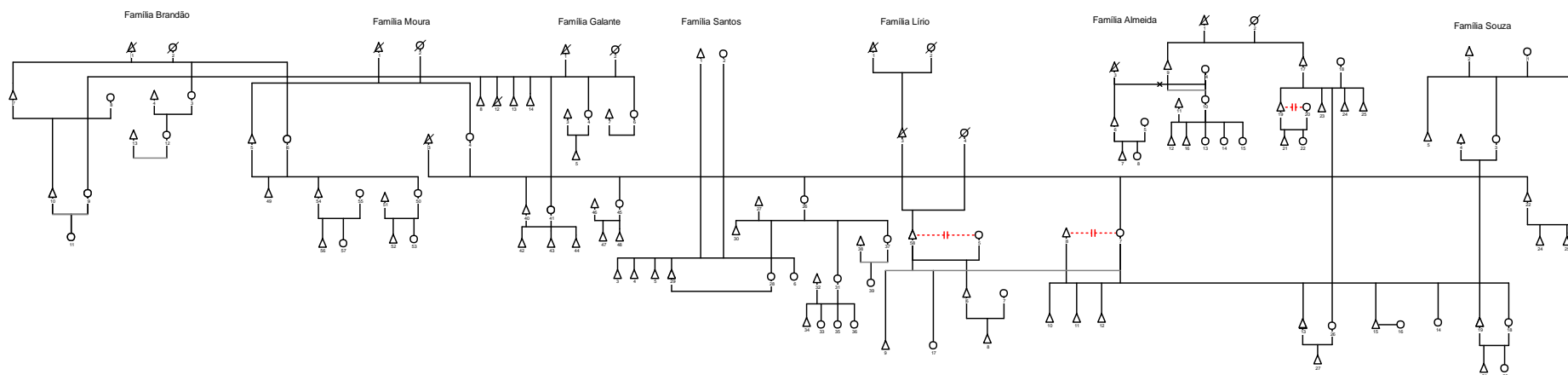


Edificações do Campinho da Fonte Grande

SECRETARIA LOCAL - POLIGONAL 5	
	01/01

ANEXO VI - Genealogia das famílias do Campinho

Genealogia das famílias do Campinho



Família Brandão	Família Moura	Família Galante	Família Santos	Família Lirio	Família Almeida	Família Souza	
1-? 2-Nilza Brandão 3-Nina Brandão Santos 4-Ormino Sebastião dos Santos 5-Carlos Magno de Almeida Brandão 6-Vera Regina Galante Dias 7-Isabela Dias Brandão	1-Alicio Francisco dos Santos 2-Edwiges Maria da Conceição 3-Maria Brandão 4-Nilo Brandão 5-José Manoel de Moura 6-Inácia Maria dos Santos 7-Belmiro dos Santos 8-Regina Brandão 9-Zelinda de Moura Euzébio 10-Levi Boamorte 11-Maycon Diego de Moura Lirio 12-Leivison de Moura Euzébio 13-Douglas de Moura Euzébio 14-Kennedy Patrick de Moura Euzébio 15-Davi de Moura Euzébio 16-Natália de Moura Euzébio 17-Deivid de Moura Euzébio 18-Rozilene Conceição da Penha 19-Michelle de Moura Lirio 20-Denise de Moura Euzébio 21-Aldenir Rodrigues de Souza	22-Kevin Moura de Souza 23-Karen Moura de Souza 24-Jorge Carlos de Moura 25-Ádria Rodrigues de Souza 26-Everton Rosa dos S. Moura 27-Bryan de Souza S. Moura 28-Terezinha de Moura Souza 29-José Carlos dos Santos 30-Radilis Conceição dos Santos 31-Vanessa Souza dos Santos 32-Rodrigo Moura dos Santos 33-Renata Santos de Moura 34-Everaldo Oliveira da Vitória 35-Pâmela de Moura Pelegrino 36-Rafael de Moura da Vitória 37-Dyeisla de Moura da Vitória 38-Sabrina de Moura da Vitória 39-Bruna Carla Moura dos Santos 40-? 41-Rebeca Moura dos Santos 42-José Manel de Moura Filho 43-Soriana Galante de Jesus	44-Liniker José Galante de Moura 45-Ilgner Manoel Galante de Moura 46-Taylor Jesus Galante de Moura 47-Maria Santos de Moura 48-Pedro Nunes Rio Branco 49-Peterson Moura Rio Branco 50-Pablo Moura Rio Branco 51-Luiz Brandão dos Santos 52-Maria da Conceição dos Santos 53-Roberto da Silva Nunes 54-Gleyvson Santos Nunes 55-Vitória Liz de Souza Carneiro 56-Leandro Brandão dos Santos 57-Lucilene Aparecida F. dos Santos 58-Thaynã Emanuelle S. dos Santos 59-Walisson Silva dos Santos 60-Nilton Sebastião Lirio	1-Carlos Pereira dos Santos 2-Marina da Conceição 3-Miguel Conceição dos Santos 4-Esmael Conceição dos Santos 5-Márcio Conceição dos Santos 30-Radilis Conceição dos Santos 31-Vanessa Souza dos Santos 8-Silvana Conceição dos Santos	1-Fortunato Pinto Lirio 2-? 3-Irico Pinto Lirio 4-? 60-Nilton Sebastião Lirio 6-Darcina Pascolar Lirio 7-Jarderson Pascolar Lirio 8-Tatiana Barbosa Santana 9-Ricardo Pascolar Lirio	1-? 2-? 3-? 4-Expedita Pereira da Silva 5-Marlene da Silva 6-Robério Pereira da Silva 7-Rafael Pereira da Silva 8-Andressa Pereira da Silva 9-Clarício Almeida 10-Clarice Ana Pereira de Almeida 11-Sandro Garcia da Silva 12-Carlos Eduardo Pereira de Almeida 13-Maria Eduarda Pereira de Almeida 14-Katiele Pereira de Almeida 15-Amanda Pereira de Almeida 16-Alessandro Pereira de Almeida 17-Claudino Almeida 18-Elza Almeida 19-Claudemir Almeida 20-Joélia Vitorino dos Santos 21-Felipe Almeida dos Santos 22-Juliana Almeida dos Santos 23-Claudio Almeida 24-Flávio Almeida 25-Fabricao Almeida 26-Jéssica Almeida 15-Davi de Moura Euzébio 28-Cauã Almeida	1-Nancy Rodrigues de Souza 2-Everton Gomes dos Santos 3-Álida Rodrigues de Souza 4-? 5-Aldenir Rodrigues de Souza 6-Denise de Moura Euzébio 7-Karen Moura de Souza 8-Kevin Moura de Souza 9-Deibley Rodrigues de Souza 10-Ádria Rodrigues de Souza 11-Jorge Carlos de Moura 12-Everton Carlos de Moura 13-Bryan de Souza S de Moura